

JÉSSICA SUZANA MAGALHÃES CARDOSO

**MULHERES RURAIS E LITERACIA DIGITAL:
QUESTÕES PARA ALÉM DO ACESSO ÀS TIC**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Ivonete da Silva Lopes

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

C268L
2023

Cardoso, Jéssica Suzana Magalhães, 1998-

Literacia digital e mulheres rurais : questões para além do
acesso às TIC / Jéssica Suzana Magalhães Cardoso. – Viçosa,
MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (118 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Orientador: Ivonete da Silva Lopes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia Rural, 2023.

Referências bibliográficas: f. 107-116.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.512>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Trabalhadoras rurais - Viçosa (MG). 2. Tecnologia da
informação. 3. Letramento digital - Viçosa (MG). I. Lopes,
Ivonete da Silva, 1972-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação
em Extensão Rural. III. Título.

CDD 22. ed. 307.72

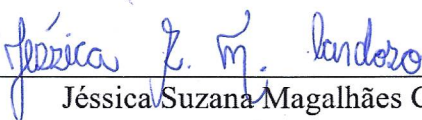
JÉSSICA SUZANA MAGALHÃES CARDOSO

**MULHERES RURAIS E LITERACIA DIGITAL:
QUESTÕES PARA ALÉM DO ACESSO ÀS TIC**

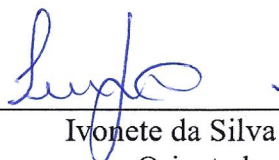
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 28 de julho de 2023.

Assentimento:



Jéssica Suzana Magalhães Cardoso
Autora



Ivonete da Silva Lopes
Orientadora

AGRADECIMENTOS

Povoada. Graças a Deus não ando só! Aos que caminharam comigo e acreditaram em meu potencial durante os dois anos em que cursei o mestrado, o meu muito obrigada.

Agradeço especialmente a minha mãe Rosângela, por me dar a vida e ensinar a ser persistente. Ao meu pai, Idolino, por me incentivar e estar sempre presente. A Tia Lourdes, por cuidar de mim como se fosse sua filha. Aos meus irmãos Bruno, Érika, Ângelo, Benjamim e Otávio, o amor de vocês é o que me move. Ao Thiago, meu companheiro de vida, por sempre acreditar na minha capacidade e apoiar o meu trabalho. A vida é mais fácil com seu amor.

Minha gratidão a Regiane, André e Mayron, por se fazerem minha família em Viçosa. A minha amiga Raquel, por me acolher nas dificuldades e celebrar as minhas conquistas. As meninas dos alojamentos velho (ap. 922) e novíssimo (ap. 411), por dividirem a vida comigo. Aos meus amigos Cefetinhos por se fazerem presentes e compreenderem minhas ausências. Aos presentes que o curso de cooperativismo me deu, especialmente Miria, Luís, Débora e Vanessa. Aos meus colegas de turma no mestrado, que dividiram as angústias e trocaram experiências.

Agradeço a minha querida orientadora Profa. Ivonete Lopes, por acreditar em mim e no meu trabalho desde o terceiro período da graduação. Desejo que outros alunos pretos possam ser inspirados por você, como eu fui. Estendo o meu agradecimento a todos os colegas do grupo de pesquisa Meios – Comunicação, Relações Raciais e Gênero, com quem pude compartilhar a trajetória acadêmica desde 2017 e aprendi muito. De forma especial agradeço a Lindemberg, Marco, Jonathan, Guilherme e Daniela, pela amizade e apoio fundamental no percurso da pós-graduação. Agradeço também aos professores Pâmela Pinto, Vera Rodrigues, André Pasti e Edilene Pereira, que se disponibilizaram a participar das bancas que compõem o processo do mestrado, contribuindo com visões que enriqueceram o trabalho.

Minha gratidão às mulheres da comunidade quilombola do Buieie e do assentamento Olga Benário, por abrirem as portas de suas casas e aceitarem participar desta pesquisa.

Meu agradecimento ao Departamento de Economia Rural (DER) e aos técnicos administrativos por me acolherem desde a graduação. Ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGER) e os professores que compartilharam seus conhecimentos e me desafiaram a construir um pensamento crítico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas de

iniciação científica que me possibilitaram permanecer na universidade durante a graduação e pela bolsa de mestrado que viabilizou a realização desta pesquisa. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) pelo apoio financeiro para a realização dos projetos de extensão.

Ao povo brasileiro, “que segue em frente e segura o rojão” em meio a tantas desigualdades. Que a Universidade Pública Gratuita e de Qualidade seja cada vez mais um espaço do povo e para o povo. Que eu não seja mais a única da minha família a estar aqui. Povoada!

*Ei, Povoada é um-um nome curioso né?
Porque a gente sempre fala de Povoada
Em relação à Terra né?
A Terra é povoada
Mas, também sou terra
A gente também é terra de povoar
Deus te ajuda
Deus te ajude e te livre do mal
Te desejo tudo de bom, viu fia'? (Povoada!)
Eu sou uma, mas não sou só, minha fia'*

*Povoada
Quem falou que eu ando só?
Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma, mas não sou só
Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma, mas não sou só*

Canção Povoada
Sued Nunes

RESUMO

CARDOSO, Jéssica Suzana Magalhães, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2023. **Mulheres rurais e literacia digital: questões para além do acesso às TIC.** Orientadora: Ivonete da Silva Lopes.

O uso e apropriação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) pelas mulheres rurais pode potencializar suas capacidades informativas, de geração de renda, mobilização social e até mesmo de lazer. No entanto, as desigualdades socioeconômicas interferem nas possibilidades de acesso e aproveitamento das TIC, fazendo com seu uso seja limitado ou não aconteça. Diante do exposto, o objetivo desta dissertação é compreender como os marcadores sociais (gênero, raça e território) impactam nas condições de acesso, uso e apropriação das TIC e sua relação na construção da autonomia de mulheres rurais, quilombolas e assentadas, dos municípios de mineiros Viçosa e Visconde do Rio Branco. A pesquisa, qualitativa e exploratória, foi realizada com oito mulheres da comunidade quilombola do Buieié e 12 do assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Olga Benário, somando 20 participantes com idades entre 18 e 60 anos. O percurso metodológico constituiu-se na realização de levantamentos bibliográficos, entrevistas semiestruturadas com as mulheres, caderno de campo e uma análise de conteúdo dos perfis nas redes sociais Facebook e Instagram dos respectivos territórios. O referencial teórico do trabalho desenvolve os conceitos de território, interseccionalidade, hiato digital de gênero e literacia digital. Os resultados apontam que o gênero, a raça e o território se articulam com outros marcadores sociais como escolaridade, a renda e a idade e impactam no uso das TIC e no desenvolvimento da literacia digital pelas mulheres rurais. As dificuldades para a promoção da conexão à internet e a pouca literacia digital não impede que as mulheres rurais se articulem e utilizem as redes sociais, ainda que de forma limitada, como uma ferramenta de geração de renda, mobilização social e fortalecimento dos laços comunitários.

Palavras-chave: Mulheres rurais. TIC. Interseccionalidade. Literacia Digital.

ABSTRACT

CARDOSO, Jéssica Suzana Magalhães, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July 2023. **Rural women and digital literacy: issues beyond access to ICT.** Advisor: Ivonete da Silva Lopes.

The use and appropriation of information and communication technologies (ICT) by rural women can enhance their capacities for information, income generation, social mobilization, and even leisure. However, socioeconomic inequalities interfere in the possibilities of access and use of ICTs, making their use limited or non-existent. In view of the above, the objective of this dissertation is to understand how the social markers (gender, race and territory) impact on the conditions of access, use and appropriation of ICTs and their relation to the construction of autonomy of rural women, quilombolas and settlers, from the municipalities of Viçosa and Visconde do Rio Branco. The research, qualitative and exploratory, was carried out with eight women from the quilombola community of Buieie and 12 from the settlement of the Landless Rural Workers Movement (MST) Olga Benário, adding 20 participants with ages between 18 and 60 years. The methodological approach consisted of a bibliographic survey, semi-structured interviews with the women, a field notebook and a content analysis of the social network profiles Facebook and Instagram of the respective territories. The theoretical framework of the work develops the concepts of territory, intersectionality, gender digital divide and digital literacy. The results point out that gender, race, and territory articulate with other social markers such as education, income, and age and impact the use of ICTs and the development of digital literacy by rural women. The difficulties in promoting internet connection and poor digital literacy do not prevent rural women from articulating and using social networks, even if in a limited way, as a tool for income generation, social mobilization, and strengthening of community ties.

Keywords: Rural Women. ICT. Intersectionality. Digital Literacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Aspectos metodológicos	13
Estrutura da dissertação	15
CAPÍTULO 1: DA OCUPAÇÃO DE TERRAS À FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS	17
1.1 O conceito de território e territorialidade	18
1.2 Territórios quilombolas no Brasil: direito negado, porém conquistado.....	20
1.3 Acesso à terra e direitos sociais: as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....	27
1.4 Territórios de contestação na Zona da Mata de Minas Gerais	33
1.4.1 O assentamento Olga Benário – Visconde do Rio Branco/MG	35
1.4.2 A comunidade quilombola do Buieíé – Viçosa/MG.....	38
CAPÍTULO 2: UMA VISÃO INTERSECCIONAL SOBRE AS MULHERES QUE CONSTROEM OS TERRITÓRIOS	42
2.1 A condição das mulheres que constroem os territórios.....	43
2.2 As potencialidades da análise interseccional	48
2.2.1 Hiato digital de gênero: as intersecções que afetam na apropriação das TIC	54
2.3 As mulheres do Olga Benário e do Buieíé e suas realidades socioeconômicas.....	57
CAPÍTULO 3: ACESSO À INTERNET E LITERACIA DIGITAL COMO FERRAMENTA DE AUTONOMIA	69
3.1 A perspectiva crítica da literacia digital	70
3.2 O uso da internet para a transformação social	75
3.3 As condições de acesso às TIC pelas mulheres do assentamento Olga Benário e da comunidade quilombola do Buieíé	80
3.4 O uso das mídias digitais e o impacto das oficinas de literacia digital.....	88
3.4.1 A produção de conteúdo após as oficinas de literacia digital	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	107
ANEXO A – Fotos da realização das oficinas	117

INTRODUÇÃO

A presente dissertação nasceu da articulação entre pesquisa e extensão promovida pelo grupo de pesquisa Meios – Comunicação, Relações Raciais e Gênero¹, do qual faço parte desde 2017. Durante o primeiro semestre de 2022 foram realizados dois projetos de extensão em uma comunidade quilombola e um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) localizados na Zona da Mata de Minas Gerais (ZM – MG). Os projetos nasceram do contato recíproco entre os integrantes do grupo de pesquisa Meios e as mulheres moradoras dos respectivos territórios.

Segundo a demanda das mulheres da comunidade quilombola do Buieié (Viçosa – MG) e do assentamento Olga Benário (Visconde do Rio Branco – MG) foram desenvolvidos dois projetos de extensão denominados: “Mulheres quilombolas, letramento midiático e empoderamento” e “Literacia digital e mulheres do Assentamento Olga Benário/MST: uma ação para a autonomia na produção de conteúdo”; que buscavam possibilitar a autonomia das mulheres em relação à produção de conteúdo para as mídias digitais.

Foram realizadas oficinas de literacia digital com os seguintes temas: Canva², Técnicas de fotografia para celular, Redes sociais (Facebook e WhatsApp Business no Buieié; Facebook e Instagram no Olga Benário) e Elaboração de vídeos (somente no Buieié). Na oportunidade fiquei responsável pelas oficinas de redes sociais, auxiliiei no desenvolvimento da oficina de Canva e dei assistência durante a realização das demais ações.

A participação nos projetos de extensão me permitiu a aproximação com os territórios estudados e com as mulheres que participaram da pesquisa. A partir das conversas com as integrantes das comunidades envolvidas nas ações, a percepção sobre a importância da literacia digital³ para a autonomia das mulheres e de seus territórios foi tornando-se cada vez mais acentuada.

¹ O Grupo de Pesquisa Meios reúne pesquisas e projetos de extensão interdisciplinares que tenham interface com a comunicação, em especial que articulem instituições e práticas comunicativas; narrativas midiáticas; movimentos sociais/populares e comunicação contra-hegemônica; mídia e representação; comunicação e diversidade. E procura, também, refletir sobre os processos comunicacionais e as interações sociais no âmbito rural. É possível conhecer um pouco as ações do grupo nas redes sociais: @meios_ufrv (Instagram) e Meios Pesquisa (Facebook).

² Canva é uma plataforma de design gráfico criada em 2013 que tem como missão “garantir que qualquer pessoa no mundo possa criar qualquer design para publicar em qualquer lugar”. Disponível no site e como um aplicativo a ferramenta permite que os usuários façam inúmeros formatos de apresentações e imagens para as diversas redes sociais. Pode ser utilizada de forma gratuita e também existe a possibilidade de compra de um pacote que amplia as possibilidades de ações dentro do Canva. Disponível em: <https://www.canva.com/pt_br/about/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

³ A opção por utilizar a expressão “literacia” ao invés de “letramento” nesta pesquisa, se dá para que o conceito não seja confundido com a ideia de alfabetização digital. Compreendemos que a perspectiva da literacia digital é mais ampla e trabalha o uso das TIC de forma crítica e consciente pelos indivíduos.

A participação das mulheres nas lutas e no cotidiano dos territórios rurais é fundamental. Estudos apontam que nas comunidades quilombolas e nos assentamentos do MST, no Brasil, a participação feminina é significativa para a articulação social e/ou para a organização da vida comunitária (FISCHER, 2004; CALHEIROS; STADLER, 2010; SANTOS, 2019; DEALDINA, 2020). Durante a pandemia da Covid-19 foram as mulheres rurais quem se mobilizaram para promover o acesso à internet em suas comunidades, mediante a inação do poder público (CRISÓSTOMO; MELO; TERSO, 2022; LOPES; CARDOSO; LEAL, 2022). A ação delas contribuiu para que o número de domicílios rurais com acesso à conexão, subisse de 51% em 2019 para 71% no ano de 2021 (CGI.br, 2022). Contudo, o aumento da conectividade não corresponde diretamente ao aproveitamento de todas as possibilidades digitais pelos indivíduos.

As discussões acerca da utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC)⁴ perpassam questões desde a sua disponibilidade, as possibilidades de acesso por parte dos cidadãos e até a forma sobre como estes irão se apropriar dessas tecnologias (HERNANDEZ; LOPEZ; FLORES, 2020). Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) defende a educação digital como parte da formação de todos os cidadãos e um requisito para o desenvolvimento social democrático (WILSON *et al.* 2013).

Uma das formas de entender os diferentes níveis de educação digital é por meio da aplicação do conceito de literacia digital. A literacia digital pode ser explicada como uma abordagem que busca desenvolver as capacidades de apropriação dos indivíduos, de modo que compreendam e utilizem os recursos digitais e seus conteúdos, para lidar com as questões do cotidiano e interagir com a sociedade (BORGES; OLIVEIRA, 2011). Acrescenta David Buckingham (2008), que uma pessoa com literacia digital é capaz de adquirir informações e ocupar os espaços digitais de modo interativo e democrático.

O uso das TIC, a literacia digital e de suas oportunidades, se dá de forma diferente entre as pessoas, especialmente em contextos nos quais a desigualdade social é acentuada. Isso acontece em função de exigirem capacidades técnicas, cognitivas e sociais para o seu uso (BORGES; OLIVEIRA, 2011). No Brasil, as desigualdades sociais interferem nas possibilidades de acesso, uso e apropriação das TIC. São as mulheres negras (pretas e pardas) que mais acessam a internet somente pelo celular (CGI.br, 2021) e as mulheres rurais que mais possuem dificuldades na disponibilidade e uso das TIC (ROTONDI *et al.* 2020). As autoras Escosteguy, Sifuentes e Bianchini (2017) ainda destacam que as localidades rurais nem sempre

⁴ Neste trabalho será adotada a sigla TIC ao se referir às tecnologias de informação e comunicação. Somente será utilizada a expressão TICs em caso de citações diretas.

são vistas como rentáveis aos prestadores de serviços de internet que tendem a preferir as áreas urbanas.

A condição socioeconômica e o território impactam no acesso às tecnologias e limitam as opções informativas de grande parte das populações no Brasil, especialmente as mulheres rurais, impedindo o desenvolvimento social democrático. A apropriação das mulheres rurais sobre as tecnologias digitais pode auxiliar na busca por informações adequadas sobre saúde, no escoamento da produção rural, no fortalecimento de laços familiares, na divulgação de sua cultura e modos de vida, entre outras ações (ESCOSTEGUY; FELIPPI; SIFUENTES, 2020; CRISÓSTOMO; MELO; TERSO, 2022).

Logo, o debate acerca da literacia digital das mulheres rurais se faz pertinente, uma vez que isso interfere na apropriação das oportunidades existentes nos meios digitais e, conseqüentemente, no desenvolvimento de seus respectivos territórios. Ao pensar o uso das TIC por essas mulheres ainda é importante destacar que as mesmas podem ser atravessadas por obstáculos sociais, econômicos, de gênero, geracionais, raciais, além das desigualdades no uso e apropriação das TIC. Essa constatação leva à afirmação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2020) de que as mulheres rurais são o grupo social mais vulnerável aos problemas socioeconômicos e que o não reconhecimento e enfrentamento dessa situação, tem impedido o seu desenvolvimento.

Ao analisar as competências técnicas e sociais para haver literacia digital entre as populações rurais no estado de Minas Gerais, ainda é preciso considerar que a maior parte dos agricultores não possuem o Ensino Médio e que 10,57% nunca frequentaram a escola (IBGE, 2017). Dados que evidenciam mais uma barreira social que impede e/ou dificulta o desenvolvimento da literacia digital entre os povos rurais deste estado. Ciente de que as comunidades quilombolas e os assentamentos/acampamentos do MST estão localizados, majoritariamente, no espaço rural, o acesso à internet e a literacia digital no campo tornam-se importantes meios para a sua mobilização política.

As populações quilombolas são grupos étnico-raciais, com critérios de auto atribuição e trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas (BRASIL, 2003). De forma semelhante, os militantes Sem Terra, são pessoas com uma identidade política construída historicamente que buscam a garantia do direito à terra para a materialização da vida (FILHO *et al.* 2018). Nesse sentido, a luta pela terra e a relação intrínseca com o território é algo que perpassa os dois grupos, nos quais, o uso estratégico das TIC tem sido um aliado para dar visibilidade às suas causas.

O uso e a apropriação das tecnológicas têm possibilitado diversas articulações sociais e a visibilidade das lutas negligenciadas pelas mídias tradicionais. Entretanto, a evolução tecnológica das TIC ao mesmo tempo que permite diversas populações acessarem os meios virtuais e terem mais facilidade na conexão e produção de informações, também pode ser algo que as separa quando não são realizados investimentos e/ou disponibilizadas as condições técnicas e sociais necessárias para seu aproveitamento efetivo (ROSA, 2017).

De acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2021 (CGI.br 2022) apenas 20% das residências rurais possuem um computador. Dentro desse percentual, cerca de 35,8% possuem um computador de mesa e 67,8% têm um notebook. A mesma pesquisa também aponta que somente 37,5% das pessoas que residem no meio rural já utilizaram um computador. É preciso considerar que 17,9% da população rural nunca acessou a internet. Ressalta-se que devido à pandemia da Covid-19, todos esses indicadores apresentaram a melhor evolução desde o começo da série histórica que teve início em 2005. Ainda assim, todos os dados apontam um déficit em relação às populações residentes nas áreas urbanas.

Nesse sentido, a presente pesquisa visa responder a seguinte questão: como os marcadores sociais (gênero, raça e território) se articulam na produção de desigualdades socioeconômicas e impactam no de acesso das mulheres rurais às tecnologias de informação e comunicação, no desenvolvimento da literacia digital e na autonomia de seus respectivos territórios? Buscamos compreender sob qual contexto ocorre a conexão e o acesso às TIC de mulheres residentes em dois territórios rurais específicos da Zona da Mata do estado de Minas Gerais: a comunidade quilombola do Buieie em Viçosa e o assentamento Olga Benário em Visconde do Rio Branco.

Localizada a cerca de 15 km do centro urbano da cidade de Viçosa – MG, atualmente a comunidade quilombola do Buieie é composta por cerca de 130 famílias⁵. Pesquisas recentes sobre a comunidade evidenciam o protagonismo das mulheres na luta comunitária pelo reconhecimento e garantia de direitos, principalmente em meio a pandemia da Covid-19 (LOPES; CARDOSO; LEAL, 2022; CAETANO, 2023). O uso das TIC tem sido apresentado como uma ferramenta de geração de renda, mediação de informações e articulação social entre os quilombolas.

O assentamento Olga Benário está situado a 2,8 km da sede do município de Visconde do Rio Branco – MG, atualmente residem no território 33 famílias⁶. A principal atividade econômica no assentamento é a pecuária leiteira, mas também há uma produção diversa nos

⁵ Informação obtida com as entrevistas em 05/03/2022.

⁶ Informação obtida com as entrevistas em 09/06/2022.

quintais, em sua maioria geridos por mulheres, sendo a maior parte destinada ao autoconsumo e o excedente comercializado para complementar a renda das famílias. Segundo as mulheres do assentamento, durante a pandemia da Covid-19, as redes sociais digitais (WhatsApp e Instagram) foram um dos meios que possibilitaram as vendas dos produtos produzidos no período.

À vista disso, para responder à questão proposta, o objetivo geral do trabalho é compreender como os marcadores sociais impactam nas condições de acesso, uso e apropriação das TIC e sua relação na construção da autonomia de mulheres rurais, quilombolas e assentadas. De forma mais detalhada iremos: 1) investigar as condições de conexão à internet nesses territórios rurais em relação às suas respectivas cidades; 2) verificar se e como as mulheres utilizaram o aprendizado proporcionado nas oficinas de literacia digital, realizadas nos respectivos territórios, para a produção de conteúdo; 3) caracterizar os usos das mídias digitais (Facebook e Instagram) pelas mulheres nos territórios estudados.

Aspectos metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e combina diferentes metodologias para alcançar seus objetivos. A mesma também é exploratória, uma vez que busca compreender a realidade das mulheres rurais, quilombolas e assentadas das cidades de Viçosa e Visconde do Rio Branco, em Minas Gerais, em relação às formas de acesso, uso e apropriação das TIC. Esse tipo de pesquisa é indicado quando existem poucas informações sobre o tema/situação a ser estudado (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

Fazem parte desta pesquisa oito mulheres da comunidade quilombola do Buieí e 12 do assentamento Olga Benário, com idades entre 18 e 60 anos, que participaram dos projetos de extensão: “Mulheres quilombolas, letramento midiático e empoderamento” e “Literacia digital e mulheres do Assentamento Olga Benário/MST: uma ação para a autonomia na produção de conteúdo”; realizados nos respectivos territórios pelos integrantes do Grupo de Pesquisa Meios – Comunicação, Relações Raciais e Gênero, no primeiro semestre de 2022.

A presente dissertação surge devido a articulação entre pesquisa e extensão promovida pelo Grupo de Pesquisa Meios, que possibilitou a minha inserção nos territórios e interação com as realidades estudadas. E também, por fazer parte do projeto “Mulher rural e recursos infocomunicacionais: das desigualdades às estratégias na busca de conhecimento sobre saúde

em contexto pandêmico”⁷ que tem entre os seus objetivos específicos analisar a desigualdade de acesso aos recursos infocomunicacionais (informação e tecnologias da comunicação) em diferentes grupos de mulheres rurais da ZM – MG.

O primeiro procedimento metodológico utilizado foi o levantamento bibliográfico sobre os principais temas trabalhados nesta pesquisa⁸, na intenção de reunir as produções atuais sobre os mesmos e analisar quais perspectivas e dados estão sendo apresentados e poderiam contribuir com esta investigação (CERVO; BERVIAN, 2002). Essa ação auxiliou, principalmente, na construção do referencial teórico do trabalho, além de fornecer lentes para a realização das análises do material recolhido.

Para compreender a situação acerca da literacia digital e das condições de acesso nas respectivas comunidades rurais foi realizada uma observação participante (MARCONI; LAKATOS, 2003). Isso se deu devido à relação existente entre a pesquisadora e as comunidades estudadas, as quais buscam participar do processo de análise de sua própria realidade e assim transformá-la.

Com as mulheres que aceitaram participar da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas, garantindo seu anonimato por meio de pseudônimos. Essa técnica de investigação, conforme Marina Marconi e Eva Lakatos (2003), permite que os respondentes deem informações sobre seus conhecimentos, crenças e valores, além de falarem sobre seus temores, expectativas e comportamentos. Outra importante característica das entrevistas semiestruturadas, posta pelas autoras, é a possibilidade de o entrevistador desenvolver cada situação da forma que considerar mais adequada, podendo explorar mais determinadas questões.

As entrevistas foram realizadas em duas partes. A primeira aconteceu durante a primeira oficina de literacia digital em cada território⁹ e teve como objetivo conhecer o perfil socioeconômico das mulheres e sua relação com as TIC antes da realização das oficinas. Após a execução das oficinas novas entrevistas¹⁰ foram realizadas na intenção de avaliar a efetividade e o uso dos conteúdos compartilhados com as mulheres. Além das entrevistas, também adotei

⁷ Essa pesquisa compõe o projeto “Mulher rural e recursos infocomunicacionais: das desigualdades às estratégias na busca de conhecimento sobre saúde em contexto pandêmico” coordenado pela Prof. Dra. Ivonete Lopes e o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para realização das entrevistas dado pela universidade é: 4.529.610.

⁸ Os principais temas foram: literacia digital e letramento midiático; mulheres rurais; populações quilombolas e MST.

⁹ Na comunidade quilombola do Buieí as primeiras entrevistas foram realizadas no dia 05 de março de 2022. Já no assentamento Olga Benário as primeiras entrevistas aconteceram no dia 13 de maio de 2022.

¹⁰ A segunda parte das entrevistas ocorreu entre os dias 04 a 08 de abril de 2022 com as mulheres do Buieí e entre os dias 28 de maio a 09 de junho com as mulheres do Olga Benário.

um caderno de campo que me permitiu realizar observações a cada ida e interação com os territórios e as participantes.

Para complementar o conteúdo das entrevistas e do caderno de campo foram analisadas as respectivas mídias digitais (Facebook e Instagram) de cada território, seus conteúdos e abordagens (antes e depois das oficinas de literacia digital). A intenção foi verificar se e como as mulheres se apropriaram do aprendizado proporcionado nas oficinas de literacia digital realizadas no primeiro semestre de 2022.

As respostas obtidas nas entrevistas e o material coletado nas mídias digitais foram analisados sob o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Laurence Bardin (2011) afirma que o método consiste em uma forma empírica de verificação das relações existentes entre o conteúdo discursado e os contextos sociais externos. Ainda segundo a autora, a análise de conteúdo permite que o pesquisador faça inferências, fundamentadas de acordo com seu referencial teórico, a respeito do material analisado.

Estrutura da dissertação

A presente dissertação está organizada em três capítulos, além desta introdução e suas considerações finais. Optamos por construir o trabalho articulando teoria e campo, portanto ao longo dos capítulos serão trabalhadas as questões teóricas fundamentais e as realidades percebidas durante a realização da pesquisa. Os territórios que formam o *locus* de investigação fazem parte de uma realidade social específica do Brasil; ainda que a luta pela terra e dos povos tradicionais aconteça em outros países, cada qual possui uma conjuntura diferenciada. Por esse motivo, as principais referências bibliográficas são de estudiosos brasileiros que se dedicam/dedicaram a compreender essas circunstâncias. Como a pesquisa é constituída por mulheres rurais, também buscamos priorizar o uso de autoras que adotam uma perspectiva crítica sobre as questões que permeiam esta pesquisa.

O primeiro capítulo discute a compreensão adotada neste trabalho acerca do conceito de território e a noção de territorialidade, além de identificar as lutas territoriais realizadas pelos dois grupos que compõem a pesquisa: as populações quilombolas e os militantes Sem Terra. O Brasil é um país extenso e formado por uma pluralidade de territórios e territorialidades, por isso, buscamos realizar uma breve contextualização histórica, sobre as lutas do MST e das populações quilombolas no país. Finalizamos com uma apresentação dos *locus* desta pesquisa, o assentamento Olga Benário e a comunidade quilombola do Buieíé, bem como seus respectivos históricos de construção e a situação atual de cada localidade.

Baseado na perspectiva dos territórios como espaços constituídos por indivíduos heterogêneos que compartilham experiências em comum, o segundo capítulo analisa a situação geral das mulheres rurais que constroem os territórios estudados. Os conceitos de interseccionalidade e de hiato digital de gênero são discutidos neste capítulo para compreender a situação socioeconômica e de acesso às TIC das mulheres rurais de forma mais aprofundada. No capítulo dois também são analisados os perfis socioeconômicos das mulheres que compõem a pesquisa e como esse contexto pode interferir em suas possibilidades de uso e acesso das TIC.

O terceiro capítulo traz o conceito de literacia digital, trabalhando as questões socioeconômicas que o permeiam e sua importância para o desenvolvimento social democrático. Além disso, iremos trabalhar a importância do acesso à internet para a garantia dos direitos humanos e também para a participação dessas cidadãs. Por fim, serão expostas as condições de acesso às TIC no assentamento Olga Benário e na comunidade quilombola do Buieié e os usos das mídias digitais pelas mulheres entrevistadas. A importância da literacia digital para a autonomia das mulheres e de seus territórios em relação a produção de conteúdo, também é abordada nesse capítulo, que apresenta alguns dos resultados obtidos através da realização das oficinas de literacia digital.

CAPÍTULO 1: DA OCUPAÇÃO DE TERRAS À FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

O Brasil é um país continental formado por uma multiplicidade de territórios e com diversas realidades sociais. Por esse motivo, desde os primórdios da formação do país, as lutas territoriais e as disputas sociais são constantes. Segundo Maria Sarita Mota (2008), toda a história fundiária brasileira está permeada de conflitos sociais dentre os quais muitos perduram até hoje. A exemplo temos as disputas em torno das terras indígenas e quilombolas, as quais ocasionaram uma discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade em relação a titulação desses territórios¹¹. A garantia do acesso à terra para essas populações representa a preservação cultural, manutenção de seus modos de vida e a justiça social, porém, isso contraria os interesses econômicos e as estruturas capitalistas contemporâneas (CAVALCANTI, 2014; SOARES, 2018).

Existem também os confrontos territoriais devido a concentração fundiária e a especulação imobiliária no país. As discussões acerca da função social da terra originaram diversos movimentos sociais no meio rural, sendo o maior e mais conhecido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que luta pela realização da reforma agrária, garantia do acesso à terra e transformações sociais (STEDILE; FERNANDES, 1999). Esses exemplos ilustram a complexidade das lutas territoriais e disputas sociais ao longo da história do Brasil, evidenciando as desigualdades sociais, as tensões entre os grupos e a busca por justiça e reconhecimento dos territórios.

Nesta pesquisa iremos analisar a realidade de dois territórios rurais que se inserem nas lutas pela garantia da terra e acesso de suas populações aos direitos sociais: uma comunidade quilombola e um assentamento do MST. É comum a estigmatização das pautas do movimento Sem Terra e das populações quilombolas no Brasil, os quais têm que lidar com a marginalização de suas experiências e relações territoriais. As ocupações, uma das principais estratégias de luta do MST, normalmente são noticiadas como invasões pelos grandes veículos da mídia (GATTO; MEDEIROS, 2017). Os territórios e populações quilombolas precisam lidar com o racismo e preconceito étnico, dificuldades em relação a infraestrutura de seus territórios e a morosidade por parte do Estado em titular as suas terras (SOARES, 2018).

¹¹ A discussões sobre o marco temporal referem-se ao entendimento jurídico de que as populações indígenas e quilombolas têm direito ao território somente se comprovarem a ocupação das terras na data da promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, o STF, negou em 2018 haver necessidade de estabelecer uma temporalidade para a demarcação territorial das terras quilombolas no Brasil. Os debates na corte em relação às terras indígenas ainda perduram em junho de 2023 (RIBEIRO, 2023).

A construção de um território, o estabelecimento das relações simbólicas e afetivas pelos indivíduos e a função social da terra nem sempre foram reconhecidas pelo Estado brasileiro. É através das lutas e reivindicações sociais que os povos quilombolas e os trabalhadores rurais sem terra obtêm acesso à terra, um bem que está diretamente relacionado com a perpetuação de suas existências e identidades. À vista disso, o objetivo deste capítulo é descrever como ocorre a construção das mobilizações quilombolas e do MST no Brasil, considerando a importância do território para esses cidadãos.

Neste primeiro capítulo serão apresentados uma contextualização acerca da territorialidade quilombola que sobrevive no Brasil, bem como suas formas de organização e resistência. Similarmente, traremos um resgate do contexto histórico do surgimento e formação do MST no país, além de seus princípios e frentes de luta. A comunidade quilombola do Buieié e o assentamento Olga Benário, *locus* desta pesquisa, também são descritos neste capítulo. O capítulo foi dividido em quatro seções: “O conceito de território e a noção de territorialidade”; “Territórios quilombolas no Brasil: direito negado, porém conquistado”; “Acesso à terra e direitos sociais: as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” e “Territórios de contestação na Zona da Mata de Minas Gerais”.

1.1 O conceito de território e territorialidade

A formação de um território acontece mediante a apropriação, material ou simbólica, do espaço por atores sociais. Se durante muitos anos autores em uma perspectiva materialista reconheciam o território como alicerce do Estado-Nação, o geógrafo brasileiro Milton Santos (1993; 2000) expõe que a intensificação dos fluxos transnacionais determina a necessidade de releitura do conceito. Santos (2014) compreende o território como consequência das relações sociais geografizadas, o qual é mutável de acordo com a construção histórica, envolvendo estruturas e funções sociais contemporâneas. Dessa forma, o território é produto da ação do homem sobre o espaço, o qual o faz na perspectiva de construir um futuro. Para Milton Santos e Maria Silveira (2001) o território pode ser compreendido como um nome político dado às formas de utilização do espaço.

Ao analisar o Brasil e sua dimensão continental é possível perceber que existem diferentes formas de apropriação do espaço e, conseqüentemente, diversos territórios. Isso se dá, pois, “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território” (RAFFESTIN, 1993, p. 152). Segundo Renato dos Santos e Gabriel Correa (2013), a constituição do território brasileiro se deu de forma heterogênea devido a fatores econômicos, políticos, populacionais e

morfológicos. Ainda segundo os autores, as diferentes formas de trabalho, o modelo de repressão e a diversidade de origem dos povos que construíram o país interferiram na configuração social dos respectivos espaços.

Destarte, o território passa a ser considerado o espaço que se constitui em comunidade/população, onde se manifesta a vida social, a cultura e se constroem as identidades. Pondera-se que, se nas comunidades tradicionais o território poderia ser lido como uma unidade coesa entre linguagem, cultura e comportamento; na contemporaneidade existe um jogo de interesses e intenções político-econômicas que ditam as formas de organização do espaço, dos usos e apropriação das tecnologias, das redes de interdependência e das formas de comunicação (SANTOS, 1993; 2000).

André Pasti (2018), ao estudar o pensamento miltoniano sobre território, destaca que este é um campo de disputa dos projetos da sociedade. E que, ao pensá-lo, é preciso fazer sob a ótica de que estão sendo usados e apropriados, manifestando a vida social e a cultura. Nesse sentido, os territórios também se apresentam como espaços de concentração de poder e, paralelamente, de conflitos. Na forma como se deu a expansão do capitalismo em um mundo global, os territórios (e suas populações) passaram a ser distinguidos em função de seu poder econômico, das informações que possuem e de suas relações com o mundo globalizado. A dinâmica do capital induz a modificação dos territórios, impondo limites e deixando à margem aqueles que não se adequam (SANTOS, 1993; 2000).

De acordo com Claude Raffestin (1993), a centralidade e marginalidade existem simultaneamente no território, sendo influenciadas uma pela outra. Para o autor, a centralidade está relacionada ao controle dos recursos, fluxos e informações. Assim, a marginalidade seria caracterizada pela falta de acesso a esses recursos e pela ausência de participação ativa nas redes de poder e tomada de decisões. Os grupos “marginais” podem ser compreendidos como aqueles que são excluídos da participação social e política dos territórios.

O geógrafo Raffestin (1993) ressalta que fortes centralidades resultam em marginalidades acentuadas. Corroborando com a perspectiva de Santos (2014), de que o território pode ser alterado ao longo do tempo devido às transformações históricas, é possível inferir que as centralidades e as marginalidades também podem ser modificadas. Raffestin (1993) afirma que as mudanças na estrutura de poder causam alterações na formação territorial.

Ao trabalhar as modificações que podem ocorrer no espaço e, partindo da premissa de que o sistema territorial é “produto e meio de produção” Raffestin (1993, p. 158) apresenta a noção de territorialidade. Conforme o autor, a territorialidade é a expressão da multidimensionalidade do que é vivido pelos indivíduos de uma coletividade nas sociedades

em geral. Dessa forma, a territorialidade pode ser entendida como as formas de apropriação do espaço pelos atores sociais. As relações existenciais e/ou produtivistas, tidas como relações de poder que visam alterar as relações sociais e com a natureza, fazem com que as pessoas vivam ao mesmo tempo o processo e sejam o produto territorial (KAROL, 2009).

Para Eduardo Karol (2009), as ciências humanas tratam a noção de territorialidade como as relações humanas com o território. Dessa forma, contribui para criação da identidade de determinados grupos, sendo um elemento que auxilia na coesão social. As autoras Naiara Silva e Aline Hernandez (2019), ao estudarem a noção de territorialidade na formação de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), afirmam que essa concepção atribui ao espaço importantes características simbólicas e afetivas, tornando-o mais do que algo funcional.

No mesmo sentido, Ana Guedes e Mayany Salgado (2020) explicam que a territorialidade negra construída nos quilombos representa uma forma de organização social pautada na coletividade e influenciada pelos valores culturais de matriz africana. Assim, a relação de produção do território por parte dos quilombolas está relacionada com a religiosidade, os conhecimentos ancestrais, os interesses coletivos e o sentimento de pertencimento ao grupo. É justamente a territorialidade que existe nos assentamentos do MST e nas comunidades quilombolas, por exemplo, que os torna territórios de contestação. Suas formas de organização comunitária, os diferentes saberes, suas culturas e modos de vida contestam a estrutura e as estratégias capitalistas contemporâneas (CAVALCANTI, 2014; SOARES, 2018).

A seguir iremos apresentar as lutas por território travadas especificamente pelas comunidades quilombolas e pelo MST no Brasil, destacando que esses conflitos territoriais têm relação com o reconhecimento da identidade e história dos grupos que ocupam os territórios, da função social e do valor simbólico da terra, além da promoção da justiça social (CALHEIROS; STADLER, 2010; SOUZA, 2016; FILHO *et al.* 2018; SILVA; HERNANDEZ, 2019).

1.2 Territórios quilombolas no Brasil: direito negado, porém conquistado

As primeiras atividades econômicas no Brasil estavam fundamentadas na agricultura e influenciaram diretamente a organização socioeconômica atual do país. As disputas por território acontecem desde o momento da invasão portuguesa nas terras brasileiras, que até então eram habitadas pelos povos originários. O processo de colonização do país foi baseado

na tomada das terras pelos portugueses e na exclusão dos povos originários como detentores da terra, fazendo com que os mesmos fossem tidos apenas como mão de obra (MOTA, 2008).

Ao trabalhar o conceito de território é necessário compreender as disputas que compõem essa discussão no Brasil. A autora Maria Sarita Mota (2008) afirma que o sistema de sesmarias, realizado na época colonial, é o que define as bases para o regime de apropriação de terras e que atualmente pode ser associado ao latifúndio. As sesmarias foram um método de distribuição das terras pela Coroa portuguesa aos súditos que podiam explorá-las com recursos próprios. O termo latifúndio inicialmente era utilizado para se referir às extensões de terra dominadas pelos aristocratas, na contemporaneidade a expressão refere-se às grandes propriedades de terra em geral (com mais de 15 hectares conforme a lei do país). Com os conflitos territoriais brasileiros, a expressão ganhou uma conotação política, sendo o latifúndio entendido como um símbolo das relações de exploração e opressão (MEDEIROS, 2012), que deve ser questionado.

Outra característica do regime econômico colonial era a escravização dos povos indígenas e, posteriormente, dos negros africanos. O Brasil é descrito como o país que mais importou africanos escravizados e foi o último das Américas a revogar legalmente esse sistema (THEODORO, 2022). Como consequência, as disputas pelos territórios foram iniciadas ainda na época do Brasil colônia, uma vez que os negros escravizados “resistiram e lutaram contra a opressão e a discriminação por meio de uma multiplicidade de formas de resistência” (SOUZA, 2016, p. 33).

Entre as estratégias de protesto¹² adotadas pelos negros escravizados encontra-se a fuga das senzalas para locais seguros e que foram denominados de quilombos. A historiadora Beatriz Nascimento (2021) afirma que a fuga era uma reação de resistência utilizada para iniciar uma nova ordem social, oposta ao colonialismo. Conforme a autora, essa era apenas uma etapa da luta dos negros escravizados. Historicamente, os quilombos são tidos como unidades de resistência e experiência social, formados majoritariamente por negros que fugiram, mas que também podiam abrigar indígenas e brancos que se contrapunham ao sistema colonial (CALHEIROS; STADLER, 2010; SOUZA, 2016). O intelectual Abdias do Nascimento (2019) adiciona que os quilombos poderiam variar em relação ao tamanho das terras ocupadas e do número de pessoas abrigadas; ainda assim, eram tidos como espaços onde os modelos sociais africanos foram adaptados à nova realidade da América.

¹² Durante o período da escravização os negros buscaram inúmeras formas de resistir, além dos quilombos, outras estratégias foram: não realizar o trabalho, suicídio, aborto, revoltas organizadas, fugas em massa, etc (SOUZA, 2016; NASCIMENTO, 2021).

Nesse sentido, as autoras Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 5) enfatizam a relação desde a ocupação da terra à formação do território construída por meio dos quilombos:

Em tal situação de desigualdade, os grupos minoritários passam a valorar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas, e é neste contexto social que constroem sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural. Não é qualquer terra, mas a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e, consequentemente, a autoestima.

A ocupação das terras e a criação de novo modelo social que se opunha ao regime colonial vigente tornou-se uma alternativa para os negros que haviam sido escravizados e retirados de seus países de origem. Como o modelo escravocrata ocorreu em todo o continente americano, lembramos que essa forma de ocupação territorial também existiu em outros países. Os quilombos espalhados pelas Américas tinham diferentes nomes, eram *palenques* na Colômbia, *cumbes* na Venezuela, *marrons* no Haiti e *cimarrones* em diversas localidades da América Espanhola (SANTOS; CORREA, 2013; GOMES, 2015).

Com essa estratégia de resistência, as terras ocupadas obtinham valor simbólico e afetivo, tornando-se territórios a serem defendidos. As lutas pela ocupação de terras e criação de espaços seguros eram recorrentes durante o Brasil colônia, fazendo com que os colonos se organizassem para minar as estratégias e formas de sobrevivência dos “rebeldes” (SOUZA, 2016; THEODORO, 2022).

A resiliência dos negros e a luta pela terra deu origem ao primeiro Estado livre das Américas: a República dos Palmares (NASCIMENTO, 2019; GONZALEZ, 2020). O maior quilombo que se tem conhecimento no Brasil resistiu durante um século, de 1595 a 1695. Segundo Nascimento (2019), a disputa pelo território palmarino ocorreu por meio de cerca de 27 guerras contra os portugueses e holandeses. O autor realça que sua sobrevivência se deu também pela capacidade de se relacionarem com os povos indígenas e brancos vizinhos de forma colaborativa. No mesmo sentido, Flávio Gomes (2015) e Nascimento (2021), reforçam que muitos quilombos existem até os dias atuais justamente devido à sua interação com os diversos setores e atores da sociedade.

A morte de Zumbi, o líder do quilombo dos Palmares, em 20 de novembro de 1695 não significou o fim dessa forma de ocupação territorial, apesar de esse ter sido o intuito da ação. O regime escravocrata perdurou formalmente até 1888 e muitos quilombos coexistiram nesse período (SOUZA, 2016). O fim da escravidão não indicou uma inclusão social dos negros na sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2019). Não houve políticas de integração dessa

população, as quais se viram obrigadas a ingressar no trabalho informal e mal remunerado e se refugiaram nas periferias urbanas e rurais. Lélia Gonzalez (2020, p. 35) afirma que “um dos legados concretos da escravidão diz respeito à distribuição geográfica da população negra”. É nesse momento que se iniciam as construções das favelas e das moradias insalubres, que perduram até os dias atuais e evidenciam as desigualdades territoriais e raciais do Brasil.

A Lei de Terras de 1850 instituiu a compra como única forma para garantir a propriedade de terras no Brasil e, de forma não aleatória, essa lei foi instituída no mesmo ano em que o fim do tráfico negreiro foi definido (GIRARDI, 2022). É importante lembrar que em 1850 o Brasil ainda era um país escravista. Eduardo Girardi (2022) salienta que, com o fim do tráfico negreiro e a iminente revogação do trabalho escravo (que só aconteceria 38 anos mais tarde), a criação da Lei de Terras buscava estabelecer obstáculos para que os negros, livres e libertos, tivessem direito à propriedade. Assim, a elite colonial brasileira mantinha seus privilégios econômicos e colocava mais uma barreira social para a integração dos negros e mais pobres (MOTA, 2008; GONZALEZ, 2020).

Como se não bastasse negar os direitos sociais aos ex-escravizados ao final do regime, ainda foi instituída uma política de embranquecimento da população. O período de 1890 a 1930 é caracterizado por uma série de incentivos por parte do governo brasileiro para que imigrantes brancos europeus viessem morar no país¹³. A intenção era realizar um processo de miscigenação que alterasse as características físicas dos brasileiros, tornando-os majoritariamente brancos (GONZALEZ, 2020). Isso se deu, pois, o elevado número de pessoas negras no Brasil era tido como uma das causas de seu pouco desenvolvimento (NASCIMENTO, 2019; THEODORO, 2022).

A política de embranquecimento da população fracassou e a relação dos negros com o pouco desenvolvimento do país foi refutada, porém, deixando resquícios na manutenção do racismo e na formação da sociedade brasileira. A necessidade de homogeneização da nação não integrava as populações negras e não brancas em seu território. Em decorrência desse processo houve “uma verdadeira invisibilização de diversas narrativas e grafagens espaciais, como a dos grupos quilombolas” (SANTOS; CORREA, 2013, p. 121).

Segundo Gomes (2015), durante o século XX os quilombos foram negligenciados e estigmatizados. O processo de invisibilidade se deu principalmente pela falta de políticas públicas para essa população e por meio da sua exclusão nos recenseamentos populacionais e censos agrícolas. Ademais, algumas populações quilombolas foram transformadas em

¹³ Gonzalez (2020) salienta ainda que o Brasil foi o único país das Américas que se recusou a receber imigrantes não brancos, como os indianos e os chineses.

caboclos, caiçaras, pescadores e retirantes (GOMES, 2015). Para Nascimento (2021), o apagamento da história dos negros no Brasil, é uma estratégia que provoca o desconhecimento dos mesmos sobre os fatores que levam ao agravamento de sua situação na sociedade contemporânea. Em relação a população quilombola, ela foi incluída pela primeira vez em um Censo Demográfico do país somente no ano de 2022, após anos de reivindicações.

Santos e Correa (2013), reiteram que a desterritorialização das populações quilombolas era parte central na prática da aniquilação de suas existências. Durante o período republicano, especialmente a partir de 1889, o termo quilombo deixou de ser mencionado nas bases legais brasileiras. Os autores Gomes (2015) e Souza (2016) chamam atenção para esse fato, uma vez que os quilombos eram tidos como espaços de transgressão e eram sempre descritos na intenção de serem combatidos.

O sistema escravocrata está atrelado ao surgimento dos primeiros quilombos no Brasil, porém, o fim dessa forma de organização socioeconômica não corresponde ao apagamento das unidades de resistência dos ex-escravizados. Como afirmam Calheiros e Stadler (2010), as práticas opressoras do sistema escravocrata continuam sendo direcionadas para a população negra, daí a necessidade da manutenção de sua resistência.

Diferentes formas de opressão e repressão foram direcionadas para os escravizados antes, durante e após a escravidão. Consequentemente, houve uma pluralidade de estratégias de ocupação territorial por parte das populações negras no Brasil. As territorialidades negras espalhadas pelo país foram denominadas de diversas formas além de quilombos; eram chamadas de mocambos, terras de preto e terras de santo (GOMES, 2015; SOUZA, 2016). Por esses motivos, Santos e Correa (2013) alertam para o perigo de buscar uma singularidade na compreensão atual sobre os quilombos.

A primeira definição de quilombo afirmava que eles eram grupos formados por escravizados fugidos e foi dada pelo Conselho Ultramarino, em 1740. Atualmente, sabe-se que as comunidades remanescentes de quilombos foram constituídas por diversos processos territoriais, que vão desde a fuga dos escravizados, às doações e compras de terras, heranças, recebimento das terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, e outras (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Para Bárbara Souza (2016), somente através da Constituição Federal de 1988, quando o Estado finalmente reconheceu a existência de comunidades quilombolas no território brasileiro,

por meio do Artigo 68¹⁴, é que há uma mudança na visão sobre essas territorialidades, saindo de uma “perspectiva histórica de extinção, visão esta que aponta para o fim dos quilombos com a Lei Áurea, para a perspectiva de processo dinâmico e vivo, como fato do século XX e XXI” (SOUZA, 2016, p. 62). Dessa forma, os quilombos são reconhecidos como elementos constitutivos da sociedade brasileira e que resistiram e se reinventaram com o passar do tempo.

A menção aos territórios quilombolas como “remanescente de quilombo”, na Constituição de 1988, reapresenta esse conceito como categoria de acesso a direitos e reconhece o fenômeno de contestação da escravidão por parte dos escravizados (SANTOS; CORREA, 2013; SOUZA, 2016). A compreensão de quilombo reemerge como símbolo de luta e direito à terra, ampliando a cidadania e viabilizando, por meio da lei, ações de proteção às manifestações culturais específicas (LEITE, 2008).

As territorialidades negras evidenciam que a relação com o território vai além das fronteiras físicas. Conforme Souza (2016, p. 100), é “o vínculo cultural, histórico e social da comunidade com o espaço habitual”. Nesse sentido, a identidade quilombola tem intrínseca relação com o território, sendo formada a partir das formas de ocupação e organização territorial que contrastam com os modelos de produção – colonial e, atualmente, capitalista (SOARES, 2018). A garantia do acesso à terra para as populações quilombolas tem relação, então, com a manutenção de seu direito à vida e a proteção de sua identidade e cultura (THEODORO, 2022).

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, afirma no Art. 2º que são consideradas remanescentes das comunidades quilombolas os “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). Para os povos quilombolas do Brasil, esse Decreto representou um avanço normativo importante, uma vez que relaciona de forma estrutural a territorialidade e o uso da terra com a identificação dos quilombolas (DEALDINA, 2020).

A regulamentação e a garantia dos direitos territoriais dos povos quilombolas na forma de lei é uma conquista das lutas travadas pelos negros desde o início da escravidão. Entretanto, a morosidade no procedimento de reconhecimento e titulação dessas terras ainda é um problema enfrentado no Brasil. Segundo Dealdina (2020), existem mais de 6 mil quilombos espalhados em 26 Estados da Federação. Entre esses 3.336 são certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e, somente, 181 são territórios titulados, sendo 139 por governos estaduais. Os

¹⁴ O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na Constituição Federal de 1988, garante que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes [sic] títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

estados do Pará e Maranhão são os que possuem o maior número de terras quilombolas tituladas. Souza (2016) salienta a importância de as unidades federativas também terem uma legislação que regulamenta o sistema de titulação, uma vez que isso pode agilizar a garantia de direitos para essa população.

O órgão responsável pela atribuição da titulação aos territórios quilombolas é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Para que isso aconteça é preciso que a comunidade tenha uma Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombolas, proferida pela FCP, reconhecendo o direito daquela população. Posteriormente a comunidade solicita à Superintendência do Incra em seu estado a abertura do processo administrativo para a regularização de seu território. O Incra realiza um estudo para a elaboração e a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) daquele território e, quando o mesmo é aprovado, uma portaria é publicada e o território quilombola é delimitado.

Realizados todos os trâmites, a próxima etapa é a regularização fundiária. Os não quilombolas que residem no perímetro demarcado são retirados do local, as áreas em posse de particulares são desapropriadas e as em posse de entes públicos são tituladas por suas respectivas instituições. Ao final, a comunidade quilombola obtém o título de propriedade de seu território e o registro no cartório é feito sem custos (DEALDINA, 2020). Apesar de estar descrito em lei, na prática, o reconhecimento das comunidades quilombolas como remanescentes de quilombo é penoso e contraditório, existindo inúmeras dificuldades para a sua efetivação (SOARES, 2018; SILVA, 2021).

Os entraves enfrentados para a garantia da territorialidade negra no Brasil estão relacionados com o racismo estrutural que perpassa as instituições, com os interesses econômicos e os projetos de desenvolvimento existentes sobre esses territórios – como a especulação imobiliária, o latifúndio, a construção de portos e rodovias (FERNANDES *et al.*, 2013; DEALDINA, 2020). A autora Souza (2016) reforça que a territorialidade negra dos povos quilombolas é pautada na coletividade. Quando seus territórios são titulados, suas terras se tornam inalienáveis e coletivas, contrapondo-se aos interesses econômicos dominantes.

Em decorrência dos problemas estruturais na garantia dos territórios e direitos quilombolas, muitas comunidades estão expostas a uma situação de vulnerabilidade, insegurança e violência. Atualmente, grande parte das comunidades quilombolas do país é caracterizada pela ausência de serviços de saneamento, infraestrutura e moradia adequada, além de acesso restrito aos serviços de saúde e educação (SOUZA, 2016; DEALDINA, 2020).

A situação de violência e as dificuldades para a efetivação do que é previsto em lei, fazem com que os quilombolas continuem se organizando e buscando formas de terem suas causas reconhecidas. Uma das principais entidades de representação dessa luta é a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Criada no dia 12 de maio de 1996 na cidade de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, a Conaq tem representantes dos 26 estados do país e articula as reivindicações nacionais pela territorialidade negra quilombola juntamente com outras representações estaduais e movimentos sociais (LOPES; CAETANO; CARDOSO, 2022).

Como os quilombos, outras formas de ocupação da terra de forma simbólica e de sobrevivência dos modos de vida existem no Brasil e travam lutas pela garantia do território, como as populações indígenas, ribeirinhos, extrativistas e outras. Souza (2016) reitera a necessidade de que o Estado brasileiro reconheça e garanta as diversas formas dos usos territoriais, as quais nem sempre acontecem por meio da compra da terra. As populações rurais que compõem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são outro exemplo de busca pela utilização da terra de forma mais justa no Brasil. Sua luta, seus princípios e características organizativas serão apresentadas a seguir.

1.3 Acesso à terra e direitos sociais: as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

A concentração fundiária atual tem suas origens no regime colonial e no processo de ocupação e distribuição de terras realizados pela Coroa portuguesa (MOTA, 2008; FERNANDES *et al.*, 2013). O sistema de sesmarias, compreendido como uma das raízes do latifúndio no país, foi substituído somente com a implementação do “Regime de Posses”, que começa a se consolidar a partir de 1822 e tem seu fim com a regulamentação imposta pela Lei de Terras em 1850 (SILVA, 2021).

Compreende-se como “Regime de Posses” o período em que não havia uma legislação definitiva sobre o uso e a posse da terra, o que desencadeou uma série de ocupações desordenadas das terras brasileiras. Com a implementação da Lei de Terras, alguns posseiros obtiveram os títulos de suas localidades e outros, que não atendiam às condições postas na lei, receberam uma indenização pelas ações realizadas nos terrenos (MOTA, 2008).

A partir do dia 18 de setembro de 1850, através da lei nº 601, a terra deixou de ser um bem natural e tornou-se um produto que deve ser adquirido (STEDILE, 2012). Portanto, a ocupação e a relação de territorialidade deixam de ser significativas se os indivíduos não possuírem capital suficiente para comprar a localidade. Na prática, a implementação da Lei de

Terras não incentivou as pequenas propriedades e restituiu o direito de posse dos senhores sesmeiros e dos grandes posseiros (THEODORO, 2022).

Após a Lei de Terras em 1850, houve em 1888 a abolição formal do sistema escravocrata no Brasil. Contudo, os negros livres e libertos, não foram incluídos inicialmente no novo sistema econômico do país. Ao invés disso, o governo brasileiro incentivou a entrada de imigrantes brancos para substituir a mão de obra escravizada. Além do argumento de que a população negra era a causa do pouco desenvolvimento do Brasil, também se afirmava sua incompatibilidade com as demandas postas pelo processo de modernização (THEODORO, 2022). Para Girardi (2022), os imigrantes que vieram para o país substituir a mão de obra dos negros foram atingidos de forma intencional com as restrições impostas na lei de 1850. O intuito era que os imigrantes não se apossassem das terras e fossem obrigados a vender sua mão de obra para os fazendeiros.

Dessa forma, os ex-escravizados, a população indígena e os brancos pobres, que contabilizavam milhares de pessoas vivendo em regime de subsistência, tornaram-se ocupantes ilegais de diversas áreas. Segundo Mário Theodoro (2022), é nesse momento que surge um enorme excedente de trabalhadores rurais sem-terras, os quais estariam disponíveis como força de trabalho enquanto a concentração fundiária era consolidada. Explica João Stedile (2012) que o direito à propriedade, para além de tornar a terra um bem mercadológico, também alimentou a acumulação de capital. À vista disso, o indivíduo detentor de terras obtinha mais dinheiro, comprava mais propriedades, ganhava mais lucros e, por conseguinte, somava mais capital.

Após o advento da Lei de Terras, somente na Constituição de 1934 é que a propriedade no Brasil é relacionada, pela primeira vez, com o interesse social e coletivo. É na Constituição de 1946 que há uma ampliação desse debate, nela é instituída a possibilidade de uma distribuição justa da propriedade, igualando as oportunidades para todos (STROZAKE, 2012). Durante o período em que o Brasil vivia sob o regime de ditadura civil-militar (1964 – 1985), especificamente em 1964, foi estabelecido o Estatuto da Terra¹⁵. O Estatuto foi promulgado como uma resposta ao movimento das Ligas Camponesas, uma das primeiras formas de articulação e luta pela reforma agrária no país e que foram duramente silenciadas até a década de 1980 (STROZAKE, 2012; GIRARDI, 2022).

De acordo com Girardi (2022), as publicações de algumas leis que ampliavam as discussões sobre a questão da terra no Brasil, não significaram a realização de transformações

¹⁵ O Estatuto da Terra, estabelecido pela lei ° 4.504 de 30 novembro de 1964, foi a primeira legislação a estabelecer parâmetros para a reforma agrária no Brasil, prevendo as condições que possibilitavam desapropriações por interesse social (MEDEIROS, 2012).

na estrutura fundiária do país. Ao invés disso, o único processo transformador imposto foi a modernização das atividades agrícolas. A autora Maria Fonseca (1985) afirma que o surgimento do que chamamos hoje de Extensão Rural¹⁶ no Brasil ocorreu nos moldes estadunidenses e com a anuência das elites agrárias do país. Nesse sentido, a mecanização da agricultura visava manter o *status-quo* e diminuir o êxodo rural. Para isso o governo brasileiro financiou a adoção de pacotes tecnológicos, especialmente para os grandes e médios estabelecimentos agropecuários, incentivou o uso de insumos agrícolas e facilitou o acesso ao crédito (MEDEIROS, 2012; GIRARDI, 2022).

Em decorrência desse período desenvolvimentista o que houve foi aumento da desigualdade no Brasil. Isso porque o percurso para a modernização culminou na expulsão do campo de inúmeras famílias que mantinham uma pequena produção, além do surgimento do fenômeno de proletarização da mão de obra rural (THEODORO, 2022). Houve também o endividamento dos pequenos proprietários, especialmente no Sul do país, o que os levou a vender suas terras e colaborou ainda mais com a concentração fundiária (MEDEIROS, 2012; THEODORO, 2022).

Além da população negra e dos povos originários, que viviam às margens do sistema socioeconômico brasileiro, essas transformações afetaram de forma significativa um contingente de imigrantes e seus descendentes. Essa população, que migrou para os centros urbanos em busca de trabalho, tornou-se um “exército de reserva” ou adotou os empregos informais, uma vez que nem todos foram incorporados nos postos de trabalhos formais (GONZALEZ, 2020; GIRARDI, 2022). Para Theodoro (2022), é a partir dos processos de modernização que são acentuadas as condições de pobreza e miséria dos pretos e pardos e que se define a distribuição e a exclusão espacial de diversos grupos que compõem a sociedade brasileira.

O período da redemocratização do Brasil, no final da década de 1970 e no início dos anos 1980, foi caracterizado pelo surgimento e reorganização de diversos movimentos sociais nas áreas urbanas e rurais. É nesse momento que as populações quilombolas têm suas causas reconhecidas e que se intensificam as discussões sobre as diversas possibilidades de uso e apropriação da terra, para além da compra. Paralelamente, foram registradas diversas lutas de trabalhadores rurais pela terra no país, especialmente na região Centro-Sul, e que com o passar

¹⁶ O surgimento da Extensão Rural brasileira está atrelado ao processo de mecanização da agricultura e com o modelo difusionista, que buscava a transição do “tradicional para o moderno”. Atualmente, existem outras perspectivas e modelos de se fazer Extensão Rural que valorizam o conhecimento e as práticas tradicionais e não visam somente o aumento da produtividade e do lucro.

do tempo, expandiu-se para todo o território nacional (STEDILE; FERNANDES, 1999; CALDART, 2001).

Para João Stedile e Bernardo Fernandes (1999), a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está imbricada nessas lutas e na situação socioeconômica e histórica da região Sul do Brasil, onde o movimento foi formalizado. A autora Roseli Caldart (2004) destaca o trabalho que já vinha sendo desenvolvido pelas Comissões Eclesiais de Base (CEBs) e o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 1975, em Goiânia, como umas das principais influências para a organização e a luta dos trabalhadores rurais sem-terra no território nacional. As igrejas Católica e Luterana, principalmente no Sul do Brasil, realizaram importantes contribuições para o surgimento e manutenção do MST (STEDILE; FERNANDES, 1999; CALDART, 2004).

Oficialmente o MST nasceu durante a realização do Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado entre os dias 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. O movimento surge atrelado a três principais lutas: terra, reforma agrária e mudanças estruturais na sociedade (STEDILE; FERNANDES, 1999; SILVA, HERNANDEZ, 2019). Nesse sentido o movimento se define como socioterritorial, político e autônomo, reunindo diversos atores sociais¹⁷ para realizar a luta pela garantia da terra e de outros direitos sociais (FERNANDES, 2012).

Uma das principais formas de luta realizada pelo MST é a ocupação das terras que não estão cumprindo a sua função social. Segundo o artigo 186 da Constituição Federal de 1988, a função social da terra é efetivada quando uma propriedade rural atende de forma simultânea aos seguintes critérios: realizar um “aproveitamento racional e adequado” da terra; utilizar de forma apropriada os recursos naturais, promovendo a preservação do meio ambiente; respeitar as leis trabalhistas e praticar uma exploração que beneficie os proprietários e os trabalhadores (STROZAKE, 2012). Nessa perspectiva, reforçamos que a função social da terra é mais ampla do que ser ou não produtiva.

O processo de ocupação é extremamente importante para os integrantes do movimento MST. Primeiro porque o reconhecem como uma iniciativa social que pressiona para a realização da reforma agrária (STEDILE; FERNANDES, 1999). E segundo, porque é nesse momento em que os envolvidos começam a formar sua identidade e relação de territorialidade com o território ocupado. A partir das ocupações, surgem os acampamentos, que posteriormente, podem vir a se tornar assentamentos da reforma agrária.

¹⁷ O movimento é formado por trabalhadores rurais sem-terra, minifundiários, meeiros, trabalhadores rurais assalariados e parceiros.

No Brasil, a Política de reforma agrária, pode ser compreendida como uma série de ações realizadas pelo poder público para promover a distribuição de terras entre os trabalhadores rurais de forma a garantir a justiça social e possibilitar o aumento da produtividade, conforme lei ° 4.504 de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra). De acordo com Filho *et al.* (2018), na prática a reforma acontece por meio da desterritorialização das terras dos latifundiários. O governo federal afirma que o objetivo da política é promover a cidadania, proporcionar a desconcentração e democratização da estrutura fundiária e gerar renda no campo¹⁸.

O órgão responsável por garantir a implementação da Política de reforma agrária é o Incra. Para que um cidadão possa fazer parte do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), tornando-se assentado, é preciso passar por uma seleção organizada pela entidade governamental. O cadastro e a definição dos beneficiários do PNRA, acontece através de editais publicados pelo Incra, nos quais são descritas as etapas do processo de seleção e os critérios para a escolha dos beneficiários. Os trabalhadores rurais sem-terra, que visam o acesso à política, devem ter sua unidade familiar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal. A formação de um assentamento ocorre quando um conjunto de unidade agrícolas (chamadas de lotes/parcelas) são implementadas pelo Incra em um imóvel rural. Cada família assentada recebe uma unidade agrícola e se compromete a residir naquele lote e explorá-lo utilizando mão de obra familiar.

Ao realizarem uma ocupação e instituir um acampamento, os militantes e trabalhadores do MST reivindicam o direito à propriedade e à reforma agrária, pressionando o Incra para a efetivação da PNRA. Além disso, os acampamentos do MST são tidos como locais de formação e materialização da organização dos sem-terra. Também podem ser descritos como espaços e tempo de transição na luta pela terra (FERNANDES, 2012). Quando decidem se tornar acampados, os trabalhadores sem-terra, optam por viver de forma coletiva, social e politicamente, além de saberem que podem permanecer meses ou anos sob condições de existência nem sempre tidas como adequadas.

É a relação de territorialidade e a formação política que começa nos acampamentos que faz com que os participantes do movimento deixem de ser sem-terra, relacionado apenas ao sentido material, e tornem-se Sem Terra, uma identidade política construída historicamente (CALDART, 2001; SILVA; HERNANDEZ, 2019). É importante enfatizar que a conquista da terra e a formação de um assentamento não representa o fim da identidade Sem Terra e de suas

¹⁸ Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

lutas (FERNANDES *et al.*, 2013). Conforme Stedile e Fernandes (1999), a partir da criação de cada novo assentamento, são formados territórios dos Sem Terra, os quais continuarão mobilizados para acessarem outros direitos e realizarem mudanças na sociedade.

A partir da formação da identidade Sem Terra e da territorialização, os sujeitos que compõe o MST passam a se reconhecer como detentores de direitos e, por isso, o movimento desenvolve lutas sociais por causas como saúde, educação, cultura, acesso a crédito e outros (CALDART, 2001). Para isso são criados, dentro do acampamento ou assentamento, coletivos/instâncias que se responsabilizam pela mobilização e gestão de assuntos como educação, saúde, produção, cooperação, comunicação, gênero, juventude, direitos humanos e, mais recentemente, LGBTQIAP+.

A organização dos coletivos ou instâncias representativas começa no âmbito local/estadual e vai até o nacional. Os coletivos/instâncias são um dos princípios organizativos do movimento dos Sem Terra. Além disso, o MST busca realizar uma gestão democrática e coletiva do movimento, promover a educação e a disciplina entre seus membros e incentivar a cooperação agrícola entre os trabalhadores (STEDILE; FERNANDES, 1999). Essa estrutura organizacional e suas frentes de luta são o que fazem do MST, atualmente, um dos maiores movimentos sociais da América Latina. Nos dias atuais, o movimento está organizado em 24 unidades federativas do Brasil e cerca de 450 mil famílias conquistaram o direito à terra, tornando-se assentadas. Ressalta-se, segundo dados do MST, que ainda existem mais de 90 mil famílias acampadas em todo o território nacional¹⁹.

Apesar do seu reconhecimento e dos avanços obtidos com a luta do Movimento Sem Terra no Brasil, os trabalhadores rurais e os outros participantes do movimento ainda precisam lidar com inúmeras violências por parte da sociedade e do Estado brasileiro. A mídia hegemônica contribui para essa situação quando noticia as ocupações como “invasões” e caracterizam os militantes do MST como desordeiros (GATTO; MEDEIROS, 2017). A luta pela reforma agrária ainda é estigmatizada e muitas vezes tida como criminosa (THEODORO, 2022). Os conflitos territoriais constantemente envolvem enfrentamento com os jagunços e a polícia nos acampamentos. Até a desapropriação das terras pelo Incra e a criação dos assentamentos os Sem Terra estão expostos a situações precárias de sobrevivência (FERNANDES, 2012). Ademais, sendo uma população que vive no campo, mesmo após a formação do assentamento, ainda terão que lidar com os entraves de residir em um espaço que nem sempre é contemplado nas ações do Estado brasileiro.

¹⁹ Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Ao trabalharem a importância da reforma agrária no Brasil, Filho *et al.* (2018) reiteram que sujeitos e grupos sociais não existem sem seus territórios. De acordo com os autores, a conquista do acesso à terra para os trabalhadores rurais significa a materialização da vida. Novamente, enfatizamos que a apropriação do espaço e a formação dos territórios se dá de forma diferenciada, conforme cada realidade e perspectivas sociais (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Dessa forma, a construção do território de um assentamento pode ocorrer por múltiplas formas e se diferenciar em suas finalidades. Contudo, esses territórios, podem ser entendidos como espaços em que há possibilidades de promoção da liberdade e da conquista de um novo patamar de existência (LEITE, 2012).

Ciente da diversidade existente na estruturação dos territórios em todo o Brasil, esta pesquisa foca em uma realidade específica, a da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Além disso, trabalhamos com duas territorialidades rurais que se assemelham em alguns aspectos e, ao mesmo tempo, são diferentes em suas práticas. Por isso, no próximo tópico serão apresentados os territórios rurais pesquisados, o contexto sob o qual realizam suas lutas e um breve histórico de sua formação.

1.4 Territórios de contestação na Zona da Mata de Minas Gerais

O estado de Minas Gerais pode ser visto como um exemplo das diversas possibilidades existentes de apropriação do espaço rural. Contando com uma extensão territorial significativa a unidade federativa é dividida, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 12 mesorregiões²⁰. Entre as mesorregiões temos a Zona da Mata de Minas Gerais (ZM – MG), onde se encontram os dois territórios estudados neste trabalho.

Desde a época do Brasil colônia Minas Gerais é um estado que possui relevância no cenário nacional, tendo sido a maior província escravocrata do país no século XIX (THEODORO, 2022). Em decorrência disso, atualmente, o território mineiro é a segunda região que mais possui localidades quilombolas, ficando atrás somente da Bahia. Na década de 1740 o estado abarcava o segundo maior quilombo do país, depois de Palmares, conhecido como Quilombo de Ambrósio ou Quilombo Grande (GOMES, 2015). Atualmente Minas Gerais conta com mais de mil territórios quilombolas²¹, dos quais a maioria ainda está em processo para ter o devido reconhecimento e a titulação de suas terras (IBGE, 2020).

²⁰ As 12 mesorregiões são: Noroeste de Minas, Nortes de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata.

²¹ Sendo: 15 “Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e definidos em setores censitários”, 241 “Agrupamentos quilombolas definidos em setores censitários” e 765 “Outras localidades quilombolas”.

Além dos quilombos, o território mineiro também abriga outras comunidades tradicionais, como os ciganos, os pescadores artesanais, os geraizeiros, os vazanteiros e alguns povos indígenas (CIMOS – MPMG, 2012). A construção do estado de Minas Gerais ocorreu mediante diversas atividades econômicas e mudanças sociais que podem justificar as inúmeras territorialidades existentes no estado. Conforme Santos (2000; 2014), as transformações sociais e as disputas político-econômicas interferem na organização do espaço e nas formas de vida.

A formação de Minas Gerais e suas regiões não se deu de forma linear e padronizada. A economia do estado se diversificou e se intensificou ao longo do tempo, tendo sido gerenciada pelo Ciclo do Ouro e posteriormente pela economia cafeeira. Na década de 1940 houve forte incentivo para a industrialização mineira, fazendo com que o estado viesse a se tornar o local onde as primeiras ações de Extensão Rural no Brasil foram institucionalizadas. Minas Gerais foi escolhido devido a suas riquezas naturais e a crescente influência de sua elite econômica no cenário nacional (FONSECA, 1985). No ano de 1948 na Zona da Mata Mineira, precisamente na cidade de Viçosa, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).

Nesse primeiro momento, as ações de Extensão Rural foram viabilizadas por intermédio do governo dos Estados Unidos da América (EUA) e das ações de filantropia de Nelson Rockefeller (1908 - 1979) e tinham como principal discurso levar o desenvolvimento econômico e tecnológico aos países do terceiro mundo, neste caso o Brasil. Inicialmente as práticas extensionistas consistiam em transferir os conhecimentos desenvolvidos de forma experimental aos agricultores e solucionar suas questões em relação à produção através da aplicação de tecnologias (SILVA, 2009).

À medida que este tipo de extensão foi se desenvolvendo no país, críticas foram surgindo. Em especial por não considerarem os saberes tradicionais, as expertises dos agricultores e agricultoras em lidar com suas terras e seus conhecimentos sobre o território em que vivem (FONSECA, 1985; LELIS; COELHO; DIAS, 2012). Uma das principais consequências desse processo foi o aumento das desigualdades sociais (THEODORO, 2022).

Como uma estratégia de enfrentamento a essas desigualdades, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) ingressou no estado de Minas Gerais no ano de 1988, na região do Vale do Jequitinhonha. A ocupação da fazenda Aruega, na cidade de Novo Cruzeiro, por 400 famílias foi a ação que oficializou o surgimento do movimento no estado (MOREIRA, 2022). Durante os mais de 30 anos da presença do MST em Minas já foram conquistados 56 assentamentos da reforma agrária reconhecidos pelo Incra. Segundo Frei Moreira (2022), são cerca de 6 mil famílias vinculadas ao movimento no estado mineiro, porém somente 1,6 mil encontram-se assentadas.

A primeira ocupação de terra realizada pelo MST na ZM – MG foi a que deu origem ao assentamento Olga Benário, que será apresentado em seguida.

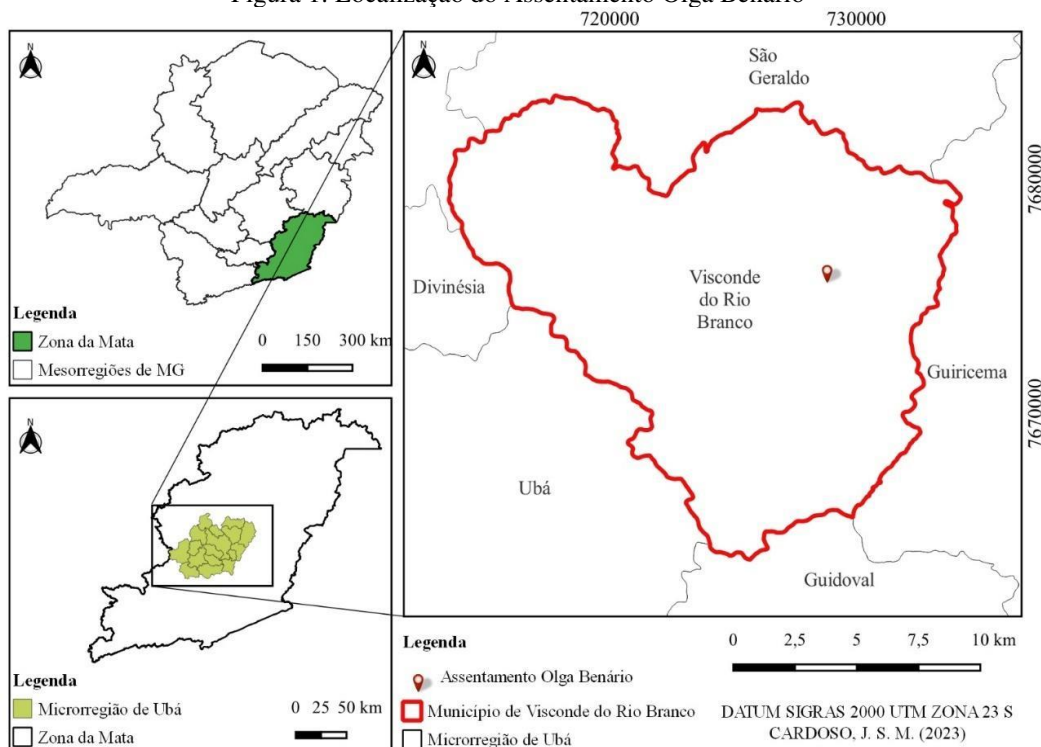
1.4.1 O assentamento Olga Benário – Visconde do Rio Branco/MG

A cerca de 40 km da cidade de Viçosa e localizado na Zona da Mata Mineira está o município de Visconde do Rio Branco, que conforme dados do IBGE (2021) conta com aproximadamente 43 mil habitantes. Atualmente a cidade é caracterizada pela presença do complexo agroindustrial da empresa Pif-Paf Alimentos, a indústria de sucos Tial e a fábrica de polpa de frutas Agrofruit, o que gera um número significativo de empregos para seus moradores e de cidades mais próximas (TEIXEIRA, 2012).

O território, onde hoje se localiza o assentamento Olga Benário, foi ocupado de forma pacífica por cerca de 24 famílias integrantes do MST em 14 de junho de 2005. Situado na zona rural da cidade de Visconde do Rio Branco, antes o território era denominado Fazenda Santa Helena e já havia sido desapropriado no ano de 2004 pelo Incra. De acordo com Manoel Teixeira (2012), o assentamento foi oficializado através da Portaria nº 110, em 11 de outubro de 2005, tornando-se o primeiro assentamento da reforma agrária na ZM – MG. Foram destinados 759,906 hectares para a formação do território, que inicialmente teria condições de abrigar 30 famílias. Segundo uma das lideranças do assentamento, no ano de 2022, o território estava ocupado por 33 famílias, contabilizando cerca de 120 pessoas no total.

A seguir, a figura 1 ilustra a localização geográfica do assentamento em relação à cidade de Visconde do Rio Branco – MG:

Figura 1: Localização do Assentamento Olga Benário



Fonte: Elaborado por André Pereira Fernandes, 2023.

Situado a cerca de 2,8 km do centro urbano da cidade de Visconde do Rio Branco, está o Assentamento Olga Benário. De acordo com uma jovem moradora do local, o assentamento tem esse nome em homenagem à militante comunista e judia Olga Benário Prestes, morta em 1942 em um campo de concentração nazista. A jovem afirma que é uma tradição do MST dar nomes simbólicos e/ou que se relacionam com sua luta aos seus acampamentos e assentamentos.

Os moradores do Olga Benário têm como uma de suas principais atividades econômicas a pecuária leiteira. No entanto, ao conhecer as casas e os quintais do território, é possível identificar diversas plantações, as quais em sua maioria são voltadas para o autoconsumo e somente o excedente é vendido nas feiras da região. Ademais, destaca-se a existência, desde agosto de 2011, da Cooperativa Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata (Cooperarca-ZM), por meio da qual as famílias do Olga Benário vendem seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A existência da Cooperarca-ZM no assentamento segue as diretrizes do movimento Sem Terra de priorizar a produção e a venda coletiva em seus assentamentos, na intenção de incentivar a cooperação agrícola, facilitar as formas de acesso a crédito e novas tecnologias, dentre outras possibilidades (STEDILE; FERNANDES, 1999). A organização, sediada no

assentamento Olga Benário, abrange também o assentamento Denis Gonçalves²² e algumas famílias acampadas. No mesmo espaço coletivo em que está localizada a Cooperarca-ZM também foi construída uma padaria comunitária para que as mulheres assentadas possam diversificar ainda mais a sua produção. A padaria foi financiada por meio de um projeto e está em funcionamento desde de dezembro de 2022.

A organização territorial do assentamento também ocorre conforme os princípios do MST, priorizando a gestão democrática, a prática agroecológica e a coesão grupal. Por isso, no Olga Benário foram constituídos três Núcleos de Base (NB)²³, distribuídos entre as famílias que compartilhavam os mesmos interesses produtivos, de acordo com a localização da casa e considerando as condições ambientais. Os NB eram diferenciados pela proximidade com os lotes e disposição das áreas produtivas. Inicialmente os nomes dos núcleos de base do Olga eram: Santa Helena, União e Lênin (MATUK; MAGNO, 2010).

Com o passar do tempo e de forma orgânica, a organização do território foi alterada, devido às preferências de produção de algumas famílias e ao envelhecimento de assentados, que os levaram a alterar sua forma de trabalho. Atualmente o assentamento está organizando em cinco Grupos Produtivos: Coletivo do Leite; Coletivo do PNAE; Coletivo de Mulheres, de panificação e quitandas; Coletivo do Feijão e o Coletivo do Milho (LEAL, 2023, no prelo).

No assentamento Olga Benário não há escolas, a maioria das estradas estão sem calçamento e o posto de saúde mais próximo fica localizado a cerca de 2 km de distância da sede da Cooperarca-ZM²⁴, em uma comunidade rural próxima, denominada Sementeira. O serviço de transporte público da cidade de Visconde do Rio Branco não atende o território do assentamento. Apesar dos obstáculos para o acesso aos direitos básicos, a maioria da população que reside no local percebe a luta pela terra como uma forma de contestar o modelo excludente do capital e regressar às suas origens rurais (TEIXEIRA, 2012), o que reforça a noção de territorialidade existente entre eles.

²² O assentamento Denis Gonçalves foi criado em 2014 e sua extensão territorial abrange as cidades de Goianá, Chácara, Coronel Pacheco e São João Nepomuceno, no estado de Minas Gerais.

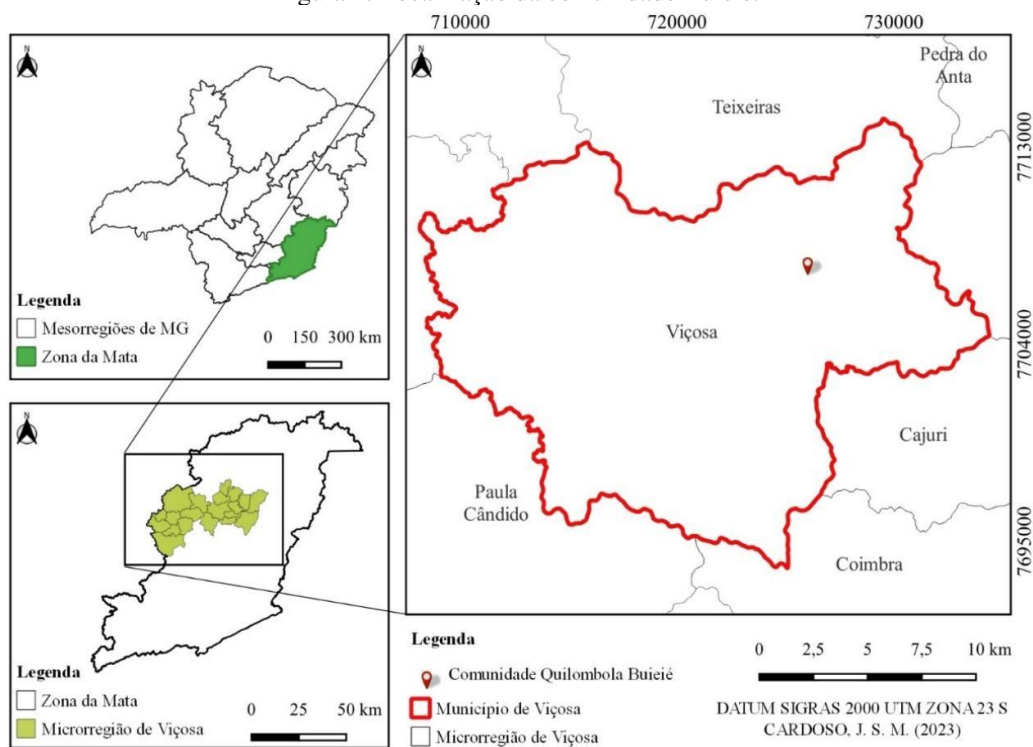
²³ Primeira instância política no MST. Os NB são grupos compostos por mais ou menos 10 famílias e coordenados por um homem e uma mulher, de forma a garantir a paridade de gênero (SANTOS, 2019). Nos NB são discutidos os problemas locais, planejados os trabalhos e eleitos os representantes para participar das ações, cursos e viagens do MST.

²⁴ A distância pode ser maior ou menor a depender da localização em que reside a família, devido à extensão territorial do assentamento.

1.4.2 A comunidade quilombola do Buieié – Viçosa/MG

A cidade de Viçosa está localizada na região da ZM – MG e possui cerca de 79 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2021). É importante destacar a existência da Universidade Federal de Viçosa (UFV), a qual atua no desenvolvimento da cidade e sua região e que também tem, desde 2014, o curso de Licenciatura em Educação do Campo (Licena)²⁵. Muitos moradores da comunidade do Buieié ingressaram na universidade a partir desse curso. Na área rural de Viçosa, a cerca de 15 km do centro urbano, está a comunidade Quilombola do Buieié. A figura 2 a seguir mostra um mapa da posição geográfica da comunidade Buieié em relação à cidade Viçosa – MG:

Figura 2: Localização da comunidade Buieié.



Fonte: Elaborado por André Pereira Fernandes, 2023.

Não se sabe ao certo como se deu o início da comunidade quilombola; existem três versões. A primeira informa que as terras foram dadas como forma de pagamento para as mulheres que realizavam trabalhos de parteiras nas casas dos fazendeiros da região (TORRES, 2014). Em outra versão apresentada, a senhora Nanhá Paraíso era proprietária de uma fazenda

²⁵ De acordo com o projeto pedagógico essa licenciatura busca o “desenvolvimento de uma formação que, orientada por abordagem multidisciplinar, articule as práticas sociais escolares e não escolares e os saberes da experiência dos diferentes sujeitos e movimentos do campo aos saberes produzidos nas diferentes áreas do conhecimento acadêmico. Assim, será possível formar professores para uma atuação profissional que, além da docência, possibilite a gestão dos processos educativos que acontecem nas escolas do campo e nos outros espaços socioeducativos”. Disponível em: <https://www.educacaodocampo.ufv.br/?page_id=13>. Acesso em: 26 jul. 2022.

de engenho de açúcar e com o fim do sistema escravocrata repassou suas terras para os ex-escravizados que haviam sido libertos e residiam nas redondezas (PINTO *et al.*, 2018). Há ainda uma terceira versão contada pelos moradores do local, segundo a qual as terras teriam sido compradas pela bisavó do senhor João Lorindo, um dos residentes mais velhos da comunidade (CAETANO, 2023).

O território da comunidade Buieié, em Viçosa, teve sua certificação como remanescente de quilombo realizada pela Fundação Cultural Palmares no dia 10 de dezembro de 2004 (CIRO, 2018). Entretanto, as informações sobre como ocorreu o processo de certificação do território como remanescente de quilombo são escassas. De acordo com Lindemberg Caetano (2023), os moradores da comunidade relatam que tiveram ciência do título concedido ao local somente no ano de 2016. Destaca-se que, apesar de terem obtido o reconhecimento de comunidade remanescente de quilombo pela FCP, o Buieié ainda não possui a titulação de suas terras realizada pelo Incra.

É extremamente importante haver a certificação das comunidades quilombolas e a titulação de suas terras. A efetivação do que está posto em lei garante o acesso dessas populações aos direitos básicos. Todavia, lembramos que não é somente a certificação que torna o espaço onde está a comunidade quilombola do Buieié um território remanescente de quilombo. Foi possível perceber nas conversas com os residentes mais velhos do Buieié que, antes mesmo que a FCP atribuisse o título à comunidade e que a população tomasse ciência disso, seus moradores já possuíam uma relação simbólica e afetiva com o local e também já sofriam com os estigmas e preconceitos de serem residentes de uma comunidade negra rural.

Segundo uma liderança do quilombo, moram no território cerca de 130 famílias, que correspondem aproximadamente a 600 pessoas. Conforme Amanda Ciro (2018), a maioria dos residentes no local é jovem, sendo apenas 20% de sua população idosa²⁶. É importante reiterar a dificuldade em obter dados oficiais em relação a quantidade de quilombolas que residem no Buieié. O território é considerado um bairro rural da cidade de Viçosa e por isso nem todos seus residentes compartilham da identidade étnica quilombola. Isto posto, reforçamos a relevância da inclusão da categoria quilombola, pela primeira vez, no Censo Demográfico de 2022 realizado pelo IBGE. Essa ação irá possibilitar compreender quais são as características demográficas e socioeconômicas dessa população de forma mais aprofundada (IBGE, 2022).

A organização espacial do Buieié se dá por três regiões, denominadas pelos moradores como “Buieié Joãozinho”, “Grotá” e “Buieié de baixo”. Na comunidade existem pequenos

²⁶ A lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, estabelece que são consideradas pessoas idosas as que têm 60 anos ou mais.

comércios, bares, igrejas e um espaço coletivo que sedia o Projeto Social Buieie²⁷ (CAETANO, 2023). Semelhante à maioria dos territórios quilombolas no Brasil (SOUZA, 2016; DEALDINA, 2020), no Buieie não há escolas, postos de saúde, organizações financeiras e nem todas as ruas possuem calçamentos. Além disso, a principal ponte que liga a comunidade à área urbana da cidade está sujeita a desmoronamentos, devido a intempéries. O trabalho de Caetano (2023) evidencia o problema do transporte público no território. Somente uma linha de ônibus atende os moradores do local e durante a pandemia da Covid-19, foram reduzidos os horários de atendimento, sendo que nos finais de semana não há mais ônibus. Mesmo com o fim das necessidades de isolamento social, a comunidade tem enfrentado dificuldades para restabelecer a normalidade na prestação do serviço.

Os problemas estruturais enfrentados na comunidade quilombola do Buieie demonstram a marginalidade do território em relação à cidade de Viçosa – MG. Conforme o conceito de territorialidade anteriormente descrito (RAFFESTIN, 1993), salientamos que não só o espaço físico onde se localiza o território é afetado pela negligência do poder público, mas também seus moradores, que encontram impedimentos para acessar direitos como saúde, transporte e educação.

As vivências existentes nos territórios quilombolas e assentamentos do MST, focos desta pesquisa, possuem semelhanças. Ambas são pautadas na coletividade, no compartilhamento de experiências, na valorização dos saberes e tradições locais (FILHO *et al.* 2018; DEALDINA, 2020). Ao trabalhar a importância das lutas pela garantia dos territórios e pela reforma agrária no Brasil, é preciso compreender que esse processo “significa, sobretudo, a busca da população rural pela cidadania, que se, por um lado, é importante para o homem, por outro lado, é urgente para a mulher” (FISCHER; GEHLEN, 2002, p. 7).

As autoras Selma Dealdina (2020) e Iolanda Santos (2019) enfatizam o papel das mulheres quilombolas e assentadas, que além de se organizarem politicamente pela garantia de seus territórios, são atravessadas por obstáculos de uma sociedade patriarcal e pela interação de diversos eixos de poder. O próximo capítulo desta dissertação busca apresentar algumas das barreiras vivenciadas pelas mulheres rurais e que se relacionam com esse trabalho. Além disso, apresentaremos o conceito de interseccionalidade e de hiato digital de gênero, na tentativa de evidenciar como se dá o processo de interferência na vida dessas mulheres. A realidade social

²⁷ O Projeto Social Buieie é uma organização formada por alguns moradores da comunidade que visam se organizar politicamente e promover melhorias na comunidade e para sua população. É através do projeto social que muitos projetos de extensão da UFV são realizados no território. A formalização do projeto aconteceu no ano de 2020, mas o mesmo existe desde de 2016.

das mulheres do assentamento Olga Benário e da comunidade quilombola do Buieie também serão discutidas adiante.

CAPÍTULO 2: UMA VISÃO INTERSECCIONAL SOBRE AS MULHERES QUE CONSTROEM OS TERRITÓRIOS

A presente pesquisa analisa o contexto social de dois grupos distintos de mulheres rurais, mas que possuem semelhanças entre si. As assentadas e quilombolas que compõem este trabalho, representam mulheres que precisam se organizar coletivamente para garantir a sua territorialidade e possibilitar o acesso a direitos sociais, e que ao mesmo tempo, são atravessadas por uma sociedade patriarcal que influencia em sua participação política e no reconhecimento de sua contribuição para a manutenção dos territórios.

As participantes desta pesquisa são um exemplo da complexidade e da resiliência que existem na vida de muitas mulheres rurais brasileiras. Além do patriarcalismo, a sociedade desigual faz com que outros marcadores sociais como raça, classe, idade, escolaridade e outros; interajam entre si e alterem diretamente a sua condição. Essas mulheres são expostas a uma série de vulnerabilidades, fazendo com necessitem se organizar e criar estratégias de sobrevivência.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm sido apropriadas como uma ferramenta que auxilia na mobilização e na visibilidade das causas de grupos marginalizados e/ou minorizados (HENRIQUES *et al.* 2013). O uso da tecnologia pelas mulheres rurais potencializa suas opções informativas, de geração renda e até mesmo lazer (IICA, 2020; ROTONDI *et al.*, 2020). Contudo, as desigualdades sociais e as questões estruturais da sociedade brasileira podem fazer com que o uso das TIC seja limitado ou não aconteça, tornando-se mais um elemento pelo qual as mulheres rurais precisam lutar para possibilitar o seu acesso.

Nesse sentido, torna-se necessário realizar uma análise interseccional para compreender a condição de uso e acesso as TIC pelas mulheres rurais. A metodologia interseccional, conforme Crenshaw (2002), evidencia a indissociabilidade dos eixos de poder e como isso interfere na construção das realidades sociais. A compreensão acerca da formação dos diversos contextos de desigualdade permite a criação de estratégias de enfrentamento adequadas.

Ao se trabalhar com mulheres que ocupam territórios rurais, é importante compreender que elas não formam um todo homogêneo, mesmo que compartilhem causas em comum. Ciente dessa diversidade, o objetivo deste capítulo é compreender a situação das mulheres que constroem os territórios do assentamento Olga Benário e da comunidade quilombola do Buieió, ambos localizados na Zona da Mata de Minas Gerais.

Para isso o presente capítulo está dividido em três tópicos: “A condição das mulheres que constroem os territórios”; “As potencialidades da análise interseccional” e “As mulheres do Olga Benário e do Buieí e suas realidades socioeconômicas”. A intenção é realizar uma discussão teórica sobre a condição das mulheres rurais estudadas nesta pesquisa, além de apresentar o conceito de interseccionalidade e suas potencialidades como ferramenta metodológica. O último tópico traz uma análise da condição socioeconômica das mulheres do Olga Benário e do Buieí que participam da pesquisa e como isso pode afetar o seu acesso às TIC.

2.1 A condição das mulheres que constroem os territórios

O Brasil é um país formado majoritariamente por mulheres, elas são mais de 51% da sua população (IBGE, 2022). Ao mesmo tempo, a organização da sociedade brasileira é influenciada pelo patriarcado, uma forma de organização social baseada em relações de dominação, opressão e exploração dos homens em relação às mulheres (CISNE, 2018). Para Heleieth Saffioti (2015, p. 126), “o patriarcado é um caso específico de relações de gênero”, uma vez que essa forma de organização social se baseia na construção de relações hierarquizadas entre os gêneros feminino e masculino.

Para compreender o processo de hierarquização posto pelo regime patriarcal, é preciso se atentar de que gênero é algo construído socialmente e que atua como um dos eixos estruturantes das sociedades – juntamente com raça/etnia e as classes sociais (SAFFIOTI, 2015). Nesse sentido, o papel social dos homens e das mulheres é construído em favor dos primeiros, tidos como detentores da força e da coragem, enquanto as mulheres são socializadas para serem dóceis e apaziguadoras. Mirla Cisne (2018) chama atenção ao fato de as características femininas serem associadas ao âmbito do privado, do cuidado e da reprodução, enquanto as características tidas como masculinas são relacionadas com as questões produtivas, políticas e públicas.

Isso se dá devido ao essencialismo biológico, que relaciona gênero e sexo como questões determinantes entre si. A filósofa Judith Butler (2019) critica a necessidade das relações binárias (feminino/masculino, gênero/sexo) impostas pelo sistema heteronormativo, o qual sempre irá privilegiar o homem e definir previamente as experiências existenciais dos indivíduos. A escritora bell hooks²⁸ (2019) corrobora com essa afirmação ao enfatizar que o

²⁸ Pseudônimo adotado pela intelectual Gloria Jean Watkins em homenagem a sua avó. Como forma de posicionamento político e chamando mais atenção para sua obra do que seu nome, a autora optou por escrever o pseudônimo com letras minúsculas e assim também fazem seus leitores.

pensamento dualístico pode levar a uma visão distorcida das realidades e desvalorizar o papel das mulheres em muitas realidades sociais, inclusive de dominação²⁹.

Desde os primórdios do Brasil colônia, o patriarcalismo interfere na capacidade de participação política e econômica das mulheres. Ao trabalhar a condição das mulheres na estrutura fundiária brasileira, é preciso reconhecer a influência das relações patriarcais na formação do espaço agrário do país (FISCHER; GEHLEN, 2002). Durante o regime das sesmarias, a possibilidade das mulheres de serem detentoras de terra, por exemplo, era limitada. Conforme Luciano Figueiredo (2004), a maioria dos sesmeiros eram homens e, para que uma mulher pudesse receber as terras, além de cumprirem os requisitos estabelecidos pela Coroa, era necessário a autorização do pai ou do marido. No estado de Minas Gerais, a proporção de mulheres donas de sesmarias no período de 1728 a 1745 era de uma mulher para 35 homens. Considerando a estrutura social da época, é possível inferir que essas mulheres eram brancas e que as não brancas ocupavam lugares subalternos, sendo escravizadas e violentadas ou se refugiando nos quilombos.

Na época colonial, as mulheres negras representaram importantes componentes dos quilombos. Uma das principais formas de resistência dos negros ao sistema escravista, os quilombos espalhados pelo país enfrentaram guerras e foram obrigados a se mover e se adaptar de forma constante. A participação das mulheres na reestruturação dessas comunidades negras era central; “cabia a elas esconder o máximo de grãos na cabeça – entre seus penteados – e escapar para as matas, o mais longe possível. A economia de um quilombo atacado era reconstruída exatamente a partir desses grãos” (GOMES, 2015, p. 39). Ademais, as mulheres negras tinham importante papel na manutenção das famílias e na produção artesanal do período.

Na contemporaneidade, as mulheres quilombolas desenvolvem um papel fundamental para a manutenção das tradições locais, na transmissão dos saberes ancestrais, na manipulação de ervas medicinais, no estabelecimento de vínculos solidários e compartilhamento de experiências (DELADINA, 2020). As autoras Ingrid Silva *et al.* (2020, p. 6) focam na centralidade das mulheres quilombolas para a constituição e manutenção das famílias negras, ressaltando que essas mulheres são representadas “como a cuidadora, cujo sentido está simbolicamente construído como o esteio da família. A expressão esteio simboliza e objetiva um conjunto de significados que expressam a representação dessa mulher: ela sustenta a família”.

²⁹ A autora chama atenção para o papel das mulheres como sujeitos políticos que muitas vezes podem colaborar com a construção dos sistemas de dominação e na manutenção de hierarquias sociais.

Segundo Selma Dealdina (2020), o sustento das mulheres quilombolas e sua centralidade também se manifesta no processo pela garantia de sua territorialidade. São as mulheres quilombolas que, em certa medida, sustentam, protegem e desenvolvem a coletividade nos quilombos. É comum que estejam à frente das organizações políticas e comunitárias dentro de suas comunidades, assumindo o protagonismo na luta pela garantia dos direitos de sua população e sendo liderança nas associações comunitárias (CRISÓSTOMO; MELO; TERSO, 2022).

Contudo, em decorrência de sua participação decisiva nas lutas pelos territórios, de sua condição de mulheres racializadas e com uma identidade étnica, muitas vezes as mulheres quilombolas enfrentam violências interpessoais³⁰, realizadas em espaços públicos e domésticos, além de serem negligenciadas pelo Estado e expostas às desigualdades sociais (BUNCHART; SILVA; MENDONÇA, 2020). Crisóstomo, Melo e Terso (2022) enfatizam que a vulnerabilidade das mulheres quilombolas se dá devido à interação dos eixos de poder como gênero, raça, classe e território em uma sociedade de base capitalista e colonial. Além disso, afirmam que as vivências racializadas é o que difere as experiências das mulheres negras e brancas.

No caso das mulheres negras, o estereótipo de “mulheres fortes” faz com que elas sejam submetidas a exclusões, omissões e discriminações. Essa característica tida como positiva e associada às mulheres pretas e pardas, cria uma expectativa de que elas sejam resilientes e capazes de enfrentar qualquer adversidade sem mostrar fragilidade, fazendo com que elas não sejam incentivadas a manifestar suas vulnerabilidades, desejos e sentimentos, podendo causar danos em sua saúde física e mental (CARNEIRO, 2011). Devido à imagem de força atribuída às mulheres negras, elas podem enfrentar dificuldades em acessar direitos sociais como saúde, trabalho e educação. Em relação às mulheres quilombolas, Dealdina (2020) descreve que muitas integram a luta em defesa de seus territórios e dos direitos sociais como uma estratégia de auto fortalecimento para superar as violências de forma coletiva. Entretanto, a autora alerta sobre a necessidade de compreender o impacto que a perpetuação da imagem de “mulheres que tudo suportam” tem na vida dessas mulheres.

Além das quilombolas, as mulheres que participam do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também representam um grupo que luta pela garantia de seus

³⁰ A Organização Mundial da Saúde (OMS) divide a violência interpessoal em doméstica e comunitária. A violência doméstica é compreendida como a que ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família, podendo ocorrer dentro do ambiente da casa e também fora dele. A violência comunitária é tida como o ato violento que acontece no ambiente social, entre pessoas conhecidas ou desconhecidas.

territórios e ao mesmo tempo lidam com as consequências da sociedade patriarcal brasileira e da interação dos diversos eixos de poder como gênero, raça, geração e território. Conforme Iolanda Santos (2019), a participação das mulheres na linha de frente das lutas do MST é algo valorizado e tido como essencial. No mesmo sentido, Izaura Fischer e Vitória Gehlen (2002) explicam que, nos momentos de confrontos políticos e enfrentamentos com jagunços e com a polícia, a presença de mulheres e de crianças é utilizada como um “trunfo” para sensibilizar a população e a imprensa, adicionando a simbologia familiar presente nas lutas do MST.

Todavia, quando as lutas são finalizadas e o território é conquistado, a participação das mulheres torna-se acessória e reproduz a estrutura patriarcal da sociedade, fazendo com que as mesmas não sejam consideradas nas tomadas de decisão em relação às ações de produção e gestão do lote, além de estarem associadas aos deveres de reprodução e cuidado da família (FISCHER; GEHLEN, 2002). Ao analisar a contribuição das mulheres no movimento Sem Terra, Santos (2019) salienta que o MST nasceu em 1984 e a criação do setor de gênero, que discute as opressões que perpassam a vida das mulheres, ocorreu somente em 2002 e devido a mobilização das mesmas. A autora adiciona, que na organização interna dos acampamentos e assentamentos nem sempre acontece o reconhecimento da contribuição das mulheres, as quais precisaram lutar para garantir uma política de paridade de gênero nas posições de lideranças do MST³¹.

Para não serem completamente invisibilizadas e serem reconhecidas como sujeitos políticos de direitos, as mulheres Sem Terra tiveram que se organizar e ampliar os debates feitos pelo MST, reconhecendo a importância de visualizar a articulação entre gênero e classe. Um dos primeiros entraves encontrados por essas mulheres para a participação social está dentro de suas próprias casas, quando essas precisam explicar para seus maridos e filhos a importância de sua integração nos espaços e de seu reconhecimento enquanto atores sociais. Quando conseguem romper com a lógica patriarcal e assumir cargos de liderança, muitas vezes, as mulheres são obrigadas a adotar um comportamento masculinizado para terem seus apontamentos reconhecidos (SANTOS, 2019).

Apesar dos problemas enfrentados pelas mulheres dentro e fora do MST, a participação delas nas lutas é cada vez mais evidente. Izaura Fischer (2004) destaca que a possibilidade de acessar “terra de trabalho” apresenta novas oportunidades para essas mulheres, permitindo que

³¹ As reivindicações das mulheres para o reconhecimento de sua contribuição na luta do MST, é algo que acontece desde o início do movimento. As mobilizações resultaram, em 1985, na cota de 30% para a participação feminina nas posições de liderança e na institucionalização da paridade de gênero para os cargos do movimento nos anos 2000 (política efetivada somente em 2005) (SANTOS, 2019).

vislumbrem a possibilidade de materializar suas visões emancipatórias. Além disso, as trabalhadoras rurais que participam do convívio coletivo desenvolvem sua sociabilidade, desconstróem preconceitos culturalmente construídos sobre si e compreendem sua capacidade de gerir sua própria vida e de chefiar suas famílias (FISCHER; MARQUES, 2001).

A situação de vulnerabilidade das mulheres quilombolas e Sem Terra é agravada por serem, em sua maioria, residentes de territórios rurais. A ausência do Estado no meio rural, principalmente nas comunidades quilombolas e acampamentos/assentamentos, expõe essas mulheres a problemas estruturais como o acesso à saúde e educação (FERNANDES, 2012; DEALDINA, 2020). Ademais, a naturalização das ações de cuidado (da família, dos idosos e das crianças) como uma demanda das mulheres (BIROLI, 2018) é intensificada no espaço rural.

Isto posto, a jornada de trabalho das mulheres rurais é cada vez maior. Ao optarem por se organizar politicamente e reivindicar seus direitos, essas mulheres continuam responsáveis pela organização da casa, o cuidado das crianças, dos doentes e idosos, buscar lenha e água, além do trabalhado nas roças e/ou quintais. Conforme Fischer (2004), as mulheres rurais desenvolvem uma superjornada de trabalho, mas suas atividades muitas vezes são invisíveis e consideradas não-trabalho. Segundo Cisne (2018), essa situação ocorre devido a divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres a responsabilidade de suprir as necessidades dos membros da família através de um trabalho não remunerado. Dessa forma, concordamos com a autora quando afirma que a divisão sexual do trabalho é algo que se apresenta como uma das dificuldades para que as mulheres se organizem e se mobilizem politicamente.

Flávia Biroli (2018) lembra que, mesmo que inconscientemente, há a reprodução de discriminações e opressões entre e dentro dos grupos oprimidos. Portanto, é possível identificar padrões patriarcais e discriminatórios dentro do movimento Sem terra e também nas comunidades quilombolas. Um dos exemplos dessa reprodução acontece quando nas reuniões realizadas dentro do MST são previstas apenas a participação dos homens, não se espera que haja crianças. Enquanto nas reuniões com público feminino a presença de crianças é algo praticamente garantido (SANTOS, 2019). A divisão sexual do trabalho está presente dentro do movimento socioterritorial, ainda que o mesmo se organize para romper com determinadas estruturas sociais.

O não reconhecimento das contribuições das mulheres rurais para a construção e manutenção de seus territórios, é justificado pela reprodução de padrões patriarcais na formação desses espaços (DEALDINA, 2020; SANTOS, 2019). No caso das mulheres Sem Terra, Fischer (2004) e Santos (2019) chamam atenção para a sobrecarga de trabalho que a participação no movimento pode significar para elas, já que na maioria das vezes seu

engajamento político não as exime de suas “obrigações” em casa. Da mesma forma, Dealdina (2020) enfatiza que o trabalho das mulheres quilombolas na preservação e transmissão dos saberes, na luta pela terra e na organização comunitária (como líderes ou mobilizadoras), nem sempre é devidamente valorizado.

Por esses motivos, Fischer (2004) salienta a necessidade de os movimentos sociais do campo refletirem sobre suas vivências e repensarem suas práticas para efetivamente transformar a sociedade. Diante disso, também adiciona que é através da participação em espaços públicos, como os movimentos de luta pela terra, que as mulheres conseguem alterar sua condição na sociedade rural. Neste trabalho, compreendemos que, além da participação nas lutas por seus direitos, é necessário realizar uma análise interseccional da situação dessas mulheres para entender como se dá a formação de suas realidades e quais são os diversos eixos de poder que alteram suas condições na sociedade brasileira.

2.2 As potencialidades da análise interseccional

No Brasil, a sociedade patriarcal tenta impedir a participação das mulheres nos espaços públicos, promovendo a sub-representação da maior parte da população do país. Apesar de não haver uma proibição escrita em lei em relação à participação das mulheres, elas são hostilizadas e subestimadas nesses ambientes. Durante as últimas eleições no país, no ano de 2022, 97 mulheres candidatas receberam, já na primeira semana de campanha, mais de 4,5 mil ofensas e comentários preconceituosos somente na rede social Twitter (BELIN, 2022). Soma-se a isso o histórico de intimidação e violência política e de gênero sofrida por parlamentares como Marielle Franco, morta em 2018, Manuela d’Ávila, Dilma Rousseff, Duda Salabert, Benedita da Silva e tantas outras mulheres brasileiras.

A situação comprova que o sistema patriarcal capitalista está organizado para minimizar a participação das mulheres em determinados contextos. hooks (2019) afirma que a inexistência de restrições à participação das mulheres de forma explícita é uma estratégia para impedir que elas se organizem e se rebelem contra as estruturas que as oprimem. Ainda assim, organizações sociais de mulheres e feministas³² têm conquistado avanços na luta por uma sociedade menos desigual e mais representativa, porém, em 2020, somente 16% dos vereadores eleitos no país eram mulheres. Atualmente, o Brasil é o país da América do Sul com o menor

³² Chamamos atenção para a diferença que existe entre os termos “organização de mulheres”, que se refere aos grupos compostos por mulheres e que não necessariamente possuem um cunho político e social e a expressão “organização de mulheres e feministas” que demarca a posição política e de mobilização social de suas integrantes.

percentual de mulheres exercendo um mandato parlamentar na câmara dos deputados, mesmo com um aumento de 10,5%, em 2017, para 14,8%, em 2020 (IBGE, 2021).

A pouca participação feminina nos espaços governamentais é compreendida como uma dificuldade para a efetivação da democracia. A autora Flávia Biroli (2018) destaca que a participação massiva dos homens nos espaços democráticos contribui para uma agenda pública unilateral, uma vez que isso dificulta a politização das demandas femininas. Ao pensar na representação e participação das mulheres negras, Biroli (2018), enfatiza que as mesmas possuem ainda menos poder de politizar suas necessidades e interesses.

Isso se dá pois além do patriarcado, a sociedade desigual brasileira também está fundamentada no racismo (GONZALEZ, 2020; THEODORO, 2022), uma ideologia que diferencia e hierarquiza as pessoas devido aos seus traços biológicos, sendo que, a visão positiva dos indivíduos recai sobre o biotipo branco caucasiano e a perspectiva negativa é sempre relacionada aos negros, aqui agregando os pretos e pardos. Para o autor Mário Theodoro (2022), é a partir da ideologia do racismo que a sociedade brasileira se estrutura, reconhecendo e beneficiando um grupo em detrimento do outro e perpetuando a desigualdade.

A população negra no Brasil é a que possui o maior número de desvantagens socioeconômicas em relação à população branca, quando são considerados os indicadores de mercado de trabalho, condições de moradia, rendimento, educação, violência e representação política (IBGE, 2019). O racismo estrutural existente na sociedade brasileira apresenta-se como mais uma barreira social para as mulheres pretas e pardas, as quais, além de se mobilizarem para enfrentar os problemas relativos ao gênero e à sociedade patriarcal, também precisam se organizar para minar os efeitos do marcador social da raça (CARNEIRO, 2011, 2018; GONZALEZ, 2020).

Sueli Carneiro (2018) afirma que o racismo impacta na empregabilidade, mobilidade social e nas relações afetivas das mulheres pretas e pardas. Dados da publicação “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” (IBGE, 2019) explicitam a maior vulnerabilidade econômica das mulheres negras, que ganham menos da metade (44,4%) que homens brancos (grupo com maior rendimento), as mulheres brancas e os homens negros no mercado de trabalho, conforme essa ordem. As mulheres negras ainda representam 65% (mais de três milhões) das trabalhadoras domésticas no Brasil (PNAD, 2021). Ressalta-se que o trabalho doméstico não é mais a principal atividade econômica entre as mulheres brancas, porém continua sendo o predominante entre as pretas e pardas (CASEMIRO; SILVA, 2021).

Os dados reforçam a situação histórica das mulheres negras no Brasil. A intelectual Lélia Gonzalez já denunciava essa situação no ano de 1984 em um de seus textos³³ (CASEMIRO; SILVA, 2021). Nesse artigo, ao trabalhar a situação das mulheres negras brasileiras por meio do cruzamento entre gênero e raça, a autora confirma que os efeitos dessa articulação causam uma violência particular nas mesmas (GONZALEZ, 2020).

Em seu trabalho, Gonzalez (2020) apresenta as três posições sociais destinadas às mulheres negras no Brasil e problematiza cada uma delas. Inicialmente, a autora apresenta a “mulata”, que deixa de ser negligenciada e desprezada para ser valorizada e endeusada, mas somente no período do carnaval. Essa mesma mulher negra durante o ano é transformada na “doméstica”, que deve servir em seu cotidiano. A súbita mudança de tratamento em relação às mulheres negras é uma amostra da violência simbólica com que elas têm que lidar em seu dia a dia, ao serem ao mesmo tempo estigmatizadas para servir e terem seus corpos tidos como eróticos e/ou exóticos.

O último papel social citado por Gonzalez (2020) é o de “mãe preta”, a mulher preta e parda que assume a função materna e do cuidado, além de promover a educação dos filhos das mulheres brancas. A “mãe preta” é tida pela autora como uma das primeiras figuras a enfrentar o sistema racial de dentro dele, compartilhando com os filhos dos senhores brancos seus valores e até a forma de falar (o pretuguês, definido pela escritora³⁴). Nesse sentido, a figura da “mãe preta” representa um exemplo da resistência passiva das mulheres negras, uma das inúmeras estratégias criadas por elas para sobreviver.

Para Diego Casemiro e Nathália Silva (2021), a caracterização dos papéis sociais das mulheres pretas e pardas realizada por Gonzalez demonstra a articulação dos marcadores sociais da diferença. Segundo os autores, antes até do conceito de interseccionalidade ser criado, intelectuais negras brasileiras como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento já sinalizavam essa perspectiva por meio dos dados e estudos sobre a situação das mulheres negras no país. As intelectuais apontavam que a situação socioeconômica das mulheres pretas e pardas no Brasil é resultado da intersecção de marcadores sociais como gênero, raça, classe e território.

O termo interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989), no contexto jurídico, e inicialmente buscava denunciar o tratamento discriminatório dado às mulheres negras devido à negligência das múltiplas opressões que sofriam. Posteriormente, a autora sintetiza o conceito e propõe uma ferramenta analítica e metodológica para ser utilizada como

³³ Texto intitulado “Racismo e Sexismo na cultura brasileira” apresentado no IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação nas Ciências Sociais (ANPOCS).

³⁴ Lélia Gonzalez (2020) apresenta o termo pretuguês para definir a africanização do português falado no Brasil.

forma de enxergar a indissociabilidade dos marcadores sociais na construção das diversas realidades (CRENSHAW, 2002).

Carla Akotirene (2019) enfatiza que a necessidade de criação do conceito de interseccionalidade é consequência da sensibilidade analítica das feministas negras, que não se viam contempladas pelo feminismo branco ou pelo movimento antirracista. As mulheres negras lutaram pela abolição e pelo sufrágio, se posicionando contra o patriarcalismo e o racismo. Contudo, o feminismo branco e o movimento negro não compreendiam as experiências das mulheres negras em suas identidades interseccionais. Segundo Akotirene (idem), a metodologia interseccional pretende impedir reducionismos acerca das identidades, compreendendo os contextos e formas de discriminações.

O conceito de interseccionalidade visa então apresentar como o acúmulo de marcadores sociais pode atingir determinadas pessoas e colocá-las em situações de vulnerabilidade social ainda mais grave do que a causada apenas por um marcador social. Nesse sentido, busca-se reconhecer o processo de cruzamento dos marcadores sociais sem hierarquizá-los, mas admitindo a sua complexidade. Para isso, Crenshaw (2002) recorre à metáfora da intersecção das “avenidas”, as quais representam determinados eixos de poder (gênero, classe, raça, etnia...) e onde as dinâmicas do desempoderamento se movem. Em determinados momentos, essas avenidas se cruzam e se sobrepõem, criando intersecções complexas e nas quais podem estar localizados diferentes indivíduos que serão expostos as desvantagens e vulnerabilidades preexistentes, “produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Ao tratarem da interseccionalidade, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), chamam atenção para questões como raça, classe, gênero, idade, religião, território e outros, que afetam de inúmeras maneiras a vida de milhares de pessoas e que devem ser analisadas em cada contexto social de forma específica. Para essas autoras, a generalização faz com que histórias e formas de discriminação sejam minimizadas e não combatidas. Como apresentado por Crenshaw (2002), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ratificada em 1948, garante, em termos teóricos, a proteção de todos sem distinção, entretanto a falta de uma metodologia interseccional pode fazer com que esses direitos não sejam garantidos como deveriam.

Em uma sociedade desigual como a brasileira, uma análise interseccional possibilita compreender as múltiplas perspectivas da exclusão vividas pela maior parte da população, especialmente os negros (56%), as mulheres (51%) e as mulheres negras (28%) (IBGE, 2022). Todavia, Crenshaw (2002) alerta para a categorização de problemas de forma generalizada, fazendo com que se torne um problema de gênero ou um problema racial, quando na verdade é

um contexto que precisa ser visto em sua complexidade e sem excluir ou destacar os eixos de poder que o perpassam. Quando isso acontece, a autora define como situações de superinclusão ou de subinclusão.

De acordo com Crenshaw (2002, p.174), a superinclusão ocorre quando “os aspectos que tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância”. Isso ocorre quando há uma generalização das experiências de parte de um grupo de mulheres como a única vivência daquele grupo, que é heterogêneo. A intelectual enfatiza que a tendência é de que o pensamento dos grupos dominantes prevaleça. Como exemplo, temos as críticas das feministas negras às primeiras vertentes do feminismo que trabalhavam somente com as percepções das mulheres brancas de classe média (CARNEIRO, 2018; HOOKS, 2019).

A condição das mulheres quilombolas no Brasil pode ser compreendida como outro cenário, no qual pode haver superinclusão. As mulheres quilombolas são, em sua maioria, mulheres pretas e pardas, pobres, que residem em territórios rurais e que enfrentam questões de acesso a direitos como saúde e educação (DEALDINA, 2020). Apesar disso, o Estado brasileiro muitas vezes trata de suas questões de forma generalizada, sem realizar uma análise de como a raça, a classe, o território e a identidade étnica quilombola se relacionam e expõem essas mulheres a uma série de vulnerabilidades de forma contínua. Bunchaft, Silva e Mendonça (2020) reiteram a necessidade da elaboração de políticas públicas interseccionais que reconheçam a profundidade da situação das mulheres quilombolas no país.

A segunda concepção posta por Crenshaw (2002) é a subinclusão, utilizada para descrever uma situação em que um determinado problema atinge parte das mulheres de um grupo social, porém, não é considerado um problema do todo porque não compõe a experiência das mulheres dominantes naquele grupo. Outra circunstância de subinclusão é quando as diferenças de gênero entre os homens e mulheres de um mesmo grupo racial não são reconhecidas como uma questão racial, por afetarem somente parte do grupo. De forma geral, a subinclusão destaca a negligência dos fatores de “risco” como gênero, raça, classe, idade, entre outros, que podem determinar quais indivíduos serão ou não mais expostos às opressões e vulnerabilidades dentro de determinados grupos sociais. Para Crenshaw (2002, p. 176) “nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna *invisível* um conjunto de problemas”.

Um caso de subinclusão pode ser visualizado na situação das pessoas negras que compõem o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Essas pessoas

podem ser perpassadas por questões como gênero, raça, classe, luta territorial, acesso a direitos e outras. Apesar disso, as análises acerca da luta pela terra e reforma agrária e as questões raciais, por exemplo, ainda são bastante incipientes dentro e fora do MST (FERNANDES *et al.* 2013). Dessa forma, as mulheres negras Sem Terra, podem estar sendo expostas a uma série de perigos devido à sua condição territorial, racial e de gênero, necessitando de uma análise interseccional para diagnosticá-los e buscar formas eficientes de solucioná-los.

Nesse sentido, Akotirene (2019, p. 45) defende o uso da interseccionalidade como forma de “finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista”. Para a autora, a interseccionalidade exige uma estratégia de enfrentamento político à matriz das opressões. Segundo Collins e Bilge (2021), a metodologia interseccional possui seis ideias centrais: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a complexidade e a justiça social.

Em um entendimento interseccional se reconhece que a desigualdade social raramente é determinada por um único fator. Busca-se analisar a desigualdade social por meio das diversas interações realizadas entre os eixos de poder. Nessa perspectiva, devemos compreender quais são as relações de poder interseccionais e avaliá-las por meio de interseções específicas. Isto é, buscar compreender quais estruturas de poder se cruzam e causam diferentes desigualdades e realidades. Para isso, Collins e Bilge (2021) sinalizam a importância de se considerar o contexto social em que essas relações e cruzamentos estão acontecendo.

Ainda conforme as autoras, destacamos a complexidade em realizar uma análise interseccional, visto que a própria interseccionalidade é multifacetada e exige estratégias complexas. Além disso, a relacionalidade “abrange uma estrutura analítica que muda o foco da posição entre as categorias (por exemplo, as diferenças entre raça e gênero) para o exame de suas interconexões” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 50). O aspecto da relacionalidade pode ocorrer de várias formas e permite a criação de novas estratégias para a análise e prática da interseccionalidade. De forma geral, Collins e Bilge (2021) reiteram que o compromisso com a justiça social é o que faz com um projeto seja crítico e interseccional.

Destarte, concordamos com Collins e Bilge (2021) quando enfatizam a necessidade do uso da interseccionalidade para lidar com os problemas socioeconômicos, uma vez que essa metodologia permite visualizar as diferentes estruturas sociais e realizar ações de enfrentamento mais efetivas. Ao trabalhar a realidade social de mulheres quilombolas e assentadas, a análise interseccional se faz necessária para compreender a complexidade dos eixos de poder que

perpassam a vida dessas mulheres, criando opressões e formas de discriminações particulares sobre as mesmas.

Ao pesquisarem sobre mulheres que integram o MST e lutam pela reforma agrária no Brasil, Fischer e Gehlen (2002), expõem os problemas relativos ao gênero e a formação patriarcal da estrutura agrária no país. De acordo com as autoras, a participação das mulheres na luta pela terra é entendida como um elemento que compõe a família. Assim, as mulheres participam da luta e, quando o direito à terra é concedido, a titulação e a gestão do lote são assumidas pelo homem. A individualidade das mulheres e sua expressão política, muitas vezes, são negligenciadas devido à influência do patriarcalismo.

Outro grupo de mulheres que enfrenta os entraves do sistema patriarcal na luta pela terra são as mulheres quilombolas. Figuras importantes na busca da garantia de seus territórios, as quilombolas são atravessadas pela organização patriarcal da sociedade, pelo racismo e pelos preconceitos em relação à sua identidade étnica. A importância das mulheres quilombolas em suas lutas e comunidades faz com que elas sejam alvos de violência e intimidação, expondo também as suas famílias. As quilombolas lidam com os perigos da luta pela garantia de sua territorialidade e ainda assim são invisibilizadas pela história (DEALDINA, 2020).

Essas duas categorias de mulheres são atravessadas cotidianamente por cruzamentos de diversos marcadores sociais, tendo em comum o gênero, a classe e o território. Considerando o contexto da sociedade desigual existente no Brasil, é possível afirmar que outros eixos de poder se encontram e alteram a vida dessas mulheres, reforçando a necessidade de uma análise interseccional. Além dos marcadores sociais como raça, idade e classe, há também o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), que pode alterar na construção da realidade das mulheres brasileiras quilombolas e assentadas. Essa questão será abordada no próximo tópico, que apresenta o conceito de hiato digital de gênero.

2.2.1 Hiato digital de gênero: as intersecções que afetam na apropriação das TIC

A democratização da comunicação deve refletir as demandas da sociedade e possibilitar a ampliação das capacidades de “fala” e “escuta” dos territórios e indivíduos, permitindo a transformação das condições materiais e imateriais (PASTI, 2018). Nesse cenário, as mídias digitais têm se apresentado como espaços onde as mulheres e populações marginalizadas podem promover debates e dar visibilidades às suas causas, fazendo com que suas demandas entrem na agenda pública e/ou ganhem apoiadores (GATTO, *et al.* 2017; LOPES; CAETANO; CARDOSO, 2022).

Os territórios são tidos como um espaço de criação e apropriação de tecnologias, as quais podem fortalecer a defesa dos bens comuns e da justiça socioambiental, como apontam Crisóstomo, Melo e Terso (2022). Ao enfatizarem a importância de um estudo interseccional sobre a comunicação e as lutas pelos territórios, os autores afirmam que a participação das mulheres na produção, gestão e articulação das tecnologias é uma questão de sobrevivência. Contudo, dentre os marcadores sociais que podem atingir as mulheres de forma interseccional, está a desigualdade no acesso às TIC.

De acordo com Valentina Rotondi *et al.* (2020), a maioria das mulheres latino-americanas possuem impedimentos no acesso às TIC, como a ausência de crédito, terra e capacitação. As dificuldades econômicas podem fazer com que as mulheres rurais não tenham condições de comprar os aparelhos tecnológicos (celular/computador) ou contratar os serviços de internet. A ausência de capacitação limita as opções de aproveitamento das TIC pelas mulheres. Ao estudarem o uso das TIC em comunidades rurais brasileiras, Escosteguy, Felippi e Sifuentes (2020) alertam que a questão geracional também interfere nas formas de apropriação e uso das TIC, fazendo com que os adultos e os mais velhos tenham mais dificuldades para aprender como utilizar as tecnologias digitais e, conseqüentemente, mais desinteresse. É importante destacar, conforme Angélica Almeida e Márcio Henriques (2019), que o acesso à internet no meio rural acontece principalmente através do celular. Quando determinadas populações têm somente uma opção de dispositivo para realizar a conexão, seu acesso torna-se restrito.

Ao analisar o uso das TIC nos territórios brasileiros, não se pode dissociar as questões sobre o acesso e a exclusão digital existentes das demais desigualdades sociais que atingem a maior parte da população e, de forma mais específica, as populações negras. Um exemplo pode ser visto quando os dados apontam que os pretos e pardos são os que mais acessam a internet somente pelo celular, e quando o fator gênero é adicionado, 67% das mulheres negras compõem esse quadro (CGI.br, 2021, 2022).

A exclusão digital de determinados grupos, de acordo com Paulo Rosa (2017) faz com que suas liberdades e condições (de articulação, resistência, cooperação, troca de informações e outras) sejam restringidas. No mesmo sentido Hernandez, Lopes e Flores (2020) salientam que a apropriação das tecnologias pode potencializar o desenvolvimento econômico, cultural, social e até mesmo de lazer, dos indivíduos. Apesar disso, sabe-se que as mulheres rurais brasileiras são o grupo menos “conectado” (ROTONDI *et al.* 2020), evidenciando a intersecção entre gênero, território e uso das TIC.

As desigualdades das mulheres no acesso às TIC são denominadas por Rotondi *et al.* (2020) como hiato digital de gênero, os quais podem ser divididos em dois níveis. O hiato digital de primeiro nível está relacionado com as discrepâncias nas opções de acesso às TIC (tipo de dispositivo, disponibilidade sinal, forma de conexão...). Em relação às condições adequadas para o uso efetivo das TIC, as autoras Jussara Borges e Lídia Oliveira (2011) salientam que existem diferenças em relação às possibilidades de apropriação dos ambientes digitais de acordo com as características dos dispositivos (celular, computador, notebook, tablet...) em que o acesso é realizado. Quanto mais atual a versão do computador/notebook ou do celular utilizado para o acesso e melhor a qualidade do sinal de internet, mais alternativas podem ser apresentadas aos usuários.

Enquanto o hiato digital de primeiro nível está relacionado com as possibilidades de acesso às TIC e internet, o hiato digital de segundo nível trata das variações em relação ao conhecimento e a capacidade de apropriação das TIC entre as pessoas conectadas. O uso das TIC pelas mulheres, conforme Rotondi *et al.* (2020), é impactado pela intersecção dos marcadores sociais de gênero, condição socioeconômica e território. As mulheres com níveis mais altos de educação e residentes de áreas urbanas apresentam maior taxa de uso das tecnologias do que as mulheres com pouca escolaridade moradoras de áreas rurais, por exemplo. O autor Allan Martin (2008), ao estudar o relatório do *U.S. Educational Testing Service* (ETS, 2002), reitera a importância de habilidades como alfabetização, leitura e numeração, além da capacidade de raciocínio crítico para o uso efetivo das TIC e, por conseguinte, a promoção da literacia digital³⁵.

Os hiatos digitais de gênero têm relação com as condições socioeconômicas das mulheres, as quais estão vinculadas à utilização e à disponibilidade das TIC. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2020) afirma que as mulheres que vivem nos territórios rurais são o grupo mais desfavorecido e invisibilizado, portanto são as mais atingidas negativamente pelos hiatos que impedem seu pleno desenvolvimento. No Brasil, a localização territorial interfere nas alternativas de conexão existentes, fazendo com que as mulheres rurais estejam em desvantagens em relação às urbanas (ESCOSTEGUY; SIFUENTES; BIANCHINI, 2017). Hernandez, Lopez e Flores (2020) ainda adicionam que o uso do celular pelas mulheres rurais pode acontecer de forma individual ou coletiva, reduzindo ainda mais sua autonomia.

³⁵ Ver capítulo 3.

Nesse cenário, pesquisas apontam que as mulheres rurais têm se mobilizado para aumentar suas opções de acesso às TIC mediante a inação do poder público (CRISÓSTOMO; MELO; TERSO, 2022; LOPES; CARDOSO; LEAL, 2022). Rotondi *et al.* (2020) indicam que o uso e apropriação das TIC podem ser tidos como uma ferramenta de combate às desigualdades sociais que atingem as mulheres, contribuindo para a participação delas nos espaços de tomada de decisão, inclusão em processos econômicos e sociais, além de possibilitar novas formas de conhecimento. No entanto, para que as mulheres consigam efetivamente se apropriar das possibilidades existentes no meio digital, é necessário que desenvolvam a literacia digital, conceito que será abordado no terceiro capítulo desta dissertação. A seguir, iremos apresentar as mulheres que participaram dessa pesquisa e suas condições socioeconômicas, que condicionam no acesso às TIC.

2.3 As mulheres do Olga Benário e do Buieí e suas realidades socioeconômicas

A participação das mulheres na construção e manutenção dos territórios estudados neste trabalho é algo central. Tanto na comunidade quilombola do Buieí, quanto no assentamento Olga Benário, existem mulheres que ocupam posições de lideranças comunitárias e muitas delas estão envolvidas nas mobilizações dos territórios. Na comunidade quilombola destaca-se a participação das mulheres mais jovens nas frentes de luta e organização social, as quais, em sua maioria têm ligação com Universidade Federal de Viçosa (UFV) e realizam projetos de extensão universitária na comunidade³⁶. Já no assentamento, existem mulheres de diferentes idades envolvidas nas diversas organizações sociais e a relação com a UFV se dá por meio de projetos de extensão realizados por alunos e professores que apoiam o MST. Enfatizamos que no movimento há o incentivo para que os militantes ingressem na universidade.

Como será visto adiante, temos diferentes situações socioeconômicas entre as assentadas e quilombolas entrevistadas. O quadro 1 apresenta o perfil socioeconômico das mulheres quilombolas que compõem esta pesquisa. Na intenção de preservar a privacidade dessas mulheres e de acordo com o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFV, utilizamos nomes fictícios para elas.

³⁶ Destaco que essa pesquisa teve início justamente a partir do meu envolvimento em um projeto de extensão desenvolvido por uma quilombola que participava do grupo de pesquisa Meios, do qual sou membra. A partir do projeto realizado no quilombo é que nasce o projeto no assentamento, do qual também participei.

Quadro 1: Perfil socioeconômico das participantes do Buieié.

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado Civil</i>	<i>Filhos</i>	<i>Cor/raça</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Renda familiar</i>	<i>Mora com (quant.)</i>
Amanda	18	Solteira	-	Preta	Ensino Médio cursando	R\$1.500,00	4
Bianca	35	Solteira	-	Preta	Graduação cursando	Não soube informar	3
Cláudia	34	Casada	4	Preta	Ensino Médio cursando	R\$1.200,00	7
Paloma	18	Solteira	-	Preta	Ensino Médio cursando	R\$900,00	3
Aparecida	33	Solteira	-	Preta	Graduação cursando	1 s.m.	4
Silvana	52	Casada	1	Preta	AIEF	1 s. m.	3
Renata	59	Viúva	2	Preta	AIEF	1 s. m.	1
Luciana	32	Divorciada	2	Preta	Graduação cursando	R\$1.300,00	3
<i>Legenda:</i> AIEF – Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) S. M. – Salário mínimo							

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2022.

Oito mulheres quilombolas participaram desta pesquisa, todas se autodeclararam pretas, metade são solteiras, duas são casadas, uma é viúva e uma é divorciada. Metade das participantes têm filhos, sendo Cláudia mãe de quatro filhos e casada, Renata e Luciana mães de dois filhos, as quais são, respectivamente, viúva e divorciada. E, a única com um filho é Silvana, que é casada. Entre as quilombolas, metade tinha cerca de 30 anos, duas são jovens de 18 anos e duas são mulheres com 52 e 59 anos. Portanto, nenhuma das mulheres do Buieié que compõem a amostra desta pesquisa pode ser considerada uma pessoa idosa.

Duas mulheres entrevistadas não sabiam ler ou escrever, embora tenham estudado durante os anos iniciais do Ensino Fundamental. Lembramos que essa informação foi percebida durante a realização das oficinas de literacia digital, nas entrevistas nenhuma das participantes se autodeclarou analfabeta. Isso pode ser justificado pelo sentimento de vergonha em relação à falta do domínio das habilidades de leitura e escrita, que reverbera nas dificuldades com o uso das TIC, como mostraremos adiante³⁷. Como mostra o quadro 1, são justamente as mulheres mais velhas que possuem pouca escolarização. Esse dado corrobora as afirmações do Instituto

³⁷ Ver capítulo 3.

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de que o Brasil apresenta uma discrepância no que se refere à quantidade de pessoas analfabetas por regiões, raça e idade (IBGE, 2020).

As diferenças raciais são destacadas pelo IBGE, mesmo com a diminuição dos percentuais de analfabetismo, os negros continuam com as maiores e mais significativas proporções³⁸. Além disso, no Brasil, o analfabetismo está diretamente relacionado com a idade; quanto mais velho o grupo populacional, maior a porcentagem de analfabetos. As mulheres quilombolas Silvana (52) e Renata (59) evidenciam a intersecção entre idade e raça em relação ao acesso à educação no país.

Já dentre as demais participantes, três estavam matriculadas no Ensino Médio e outras três estavam cursando a graduação na UFV. Ressaltamos a importância da criação das políticas de ações afirmativas para o ingresso de estudantes oriundos das escolas públicas e das sub cotas para pretos e pardos³⁹, como também, a instituição do curso de Licenciatura em Educação do Campo (Licena) na UFV. A proximidade geográfica da universidade em relação ao território também facilita a entrada e permanência dos quilombolas na graduação. As três mulheres graduandas são alunas do Licena. A inserção das quilombolas na universidade e nos espaços acadêmicos é uma estratégia dos povos quilombolas para tornarem-se protagonistas das próprias narrativas (DEALDINA, 2020) e também apresenta-se como uma possibilidade de ascensão social para as pessoas pretas e pardas (GOMES, 2017).

Na comunidade quilombola do Buieí, existe uma iniciativa organizada desde o ano de 2016 para promover o ingresso dos quilombolas na universidade. O Cursinho Popular do Buieí (CPB) é uma ação coletiva desenvolvida através do Projeto Social Buieí e de parcerias com professores e professoras voluntárias, que se disponibilizam para ministrar aulas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que atualmente é a principal forma de ingresso dos estudantes no ensino superior. Na edição do Cursinho de 2021, três alunos foram aprovados em cursos de graduação na UFV (CAETANO, 2023).

Outra informação importante posta no quadro 1 é a renda familiar das mulheres quilombolas e a quantidade de pessoas com as quais moram em suas casas. Em janeiro de 2023, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) estimou que

³⁸ Segundo a publicação do IBGE (2020, p. 2): “Em 2019, 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 8,9% entre pessoas de cor preta ou parda (diferença de 5,3 p.p.). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%”.

³⁹ A Lei nº 12.711/2012 garante a reserva de 50% das vagas nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia para alunos que concluíram integralmente o Ensino Médio em uma instituição da rede pública de ensino. Dentro das vagas reservadas existem ainda subcotas para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e/ou sejam negros (pretos e pardos) e indígenas.

o valor necessário de salário mínimo para a manutenção uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$6.641,58, ou seja, 5,10 vezes o valor vigente na época de R\$1.302,00.

Entre as mulheres quilombolas participantes da pesquisa, somente três afirmaram ter uma renda familiar de um salário mínimo, sendo que dessas apenas Renata mora sozinha. As entrevistadas Aparecida e Silvana moram em casas com quatro e três pessoas, respectivamente. Ainda que suas rendas familiares sejam as maiores declaradas entre as demais, sua situação econômica não pode ser compreendida como satisfatória em decorrência de suas formações familiares e do valor atual do salário mínimo no país. As outras quatro mulheres quilombolas que responderam à questão afirmaram que suas rendas familiares variam entre R\$900,00 e R\$1.500,00, sendo um agravante o fato de Cláudia e Amanda residirem em casas com sete e quatro pessoas, conforme a ordem.

As rendas *per capita* da maioria (6) das mulheres do Buieie não ultrapassam R\$440,00. A situação indica a vulnerabilidade socioeconômica das quilombolas no Brasil, como apontam diversas pesquisas acadêmicas já citadas neste trabalho. A jovem Bianca não soube informar qual seria sua renda familiar. Dentre as mulheres quilombolas, apenas três declararam ser beneficiárias de programas de transferência de renda do governo federal, como o Bolsa Família⁴⁰ e o Auxílio Emergencial⁴¹. Na época das entrevistas as três graduandas recebiam a Bolsa Permanência Quilombola⁴².

Em relação às mulheres assentadas, o quadro 2 apresenta o perfil dessas participantes, lembramos que, assim como para as quilombolas, os nomes utilizados são fictícios.

⁴⁰ “O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência direta e indireta de renda que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de pobreza. Além disso, o Programa oferece ferramentas para a emancipação socioeconômica da família em situação de vulnerabilidade social”. Disponível em: <<https://bfa.saude.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

⁴¹ “O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (coronavírus)”. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

⁴² “A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial, os indígenas e quilombolas.”. Disponível em: <<http://sisbp.mec.gov.br/faq>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

Quadro 2: Perfil socioeconômico das participantes do Olga Benário.

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado Civil</i>	<i>Filhos</i>	<i>Cor/raça</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Renda familiar</i>	<i>Mora com (quant.)</i>
Fernanda	38	Solteira	3	Parda	Ensino Médio	1 s. m.	5
Aline	38	Solteira	3	Parda	Ensino Fundamental	3 s. m.	4
Mônica	18	Solteira	-	Parda	Ensino Médio cursando	1 s. m.	5
Marcela	18	Solteira	-	Preta	Ensino Médio cursando	1 s. m.	6
Helena	18	Solteira	1	Preta	Ensino Fundamental	1 s. m.	8
Geovana	28	Casada	2	Parda	Ensino Fundamental	1 s. m.	4
Roberta	30	Casada	3	Branca	Ensino médio	1 s. m.	5
Eliza	58	Casada	3	Parda	AIEF	R\$560,00	2
Luana	43	União estável	1	Parda	Ensino Médio	(+/-) 1 s. m.	3
Cristina	18	Solteira	-	Branca	Ensino Médio cursando	1 s. m.	5
Joana	60	União estável	6	Preta	AIEF	2 s. m.	3
Simone	18	Solteira	-	Branca	Ensino Fundamental cursando	1 s. m.	5
<i>Legenda:</i> AIEF – Anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) S. M. – Salário mínimo							

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2022.

Participaram das entrevistas 12 mulheres moradoras do assentamento Olga Benário. Entre essas, cinco são jovens de 18 anos e solteiras. Duas mulheres têm 38 anos, e há três mulheres adultas com as respectivas idades: 28 anos (Geovana), 30 anos (Roberta) e 43 anos (Luana). As Sem Terras mais velhas são Joana, de 60 anos, já considerada idosa, e Eliza, de 58 anos. As mulheres negras são maioria entre as assentadas que participaram dessa pesquisa, sendo que seis se autodeclaram pardas e três se autodeclaram pretas. Essa composição vai de acordo com o que é colocado por Fernandes *et al.* (2013), quando afirmam que há uma estreita relação entre a luta pela terra e questões raciais no Brasil, enfatizando a participação dos pretos e pardos no MST.

Apenas quatro mulheres do Olga Benário não têm filhos, sendo essas jovens de 18 anos e solteiras. A única jovem mãe é Helena cuja criança, na época das entrevistas, em maio de

2022, tinha dois anos. Destacamos a situação dessa participante, uma Sem Terra negra, mãe solo, que parou os estudos no Ensino Fundamental devido a gravidez precoce e reside em uma casa com oito moradores no total. A vulnerabilidade socioeconômica da família de Helena torna-se evidente quando esta declara que a renda familiar é de apenas um salário mínimo, sendo a renda *per capita* inferior a R\$165,00. Conforme aponta Sueli Carneiro (2011), aqui está posta a realidade de pobreza que atinge muitas mulheres negras no Brasil.

Além de Helena, somente a participante Luana também tem apenas um filho. Luana está em uma união estável, da mesma forma que Joana que tem seis filhos. As entrevistadas Roberta e Eliza, são casadas e têm três filhos cada. Fernanda e Aline também têm três filhos, mas são solteiras. Somente Geovana tem dois filhos e é casada.

De modo semelhante à realidade do Buieíé, e em concordância com os dados do IBGE (2020), são as duas mulheres mais velhas e negras que possuem o menor grau de escolarização entre as assentadas. Mesmo tendo frequentado os anos iniciais do Ensino Fundamental, Joana e Eliza, não sabem ler ou escrever. Essa constatação também se deu por meio da interação com as participantes durante as oficinas de literacia digital, uma vez que as mesmas não afirmaram ser analfabetas durante as entrevistas. Novamente, a vergonha por não dominar as habilidades de leitura e escrita é visualizada entre as assentadas. Neste caso, a raça e a questão geracional, podem ser compreendidas como marcadores sociais que afetaram diretamente o acesso dessas mulheres à escola.

Lembramos que entre as mulheres Sem Terra o grau mais alto de escolarização é o Ensino Médio completo. O fato de não haver nenhuma participante moradora do Olga Benário que esteja no Ensino Superior, pode ser justificado, por vários fatores. Conforme apontam as intelectuais Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), dificilmente as desigualdades sociais são causadas por razões únicas. Nesse contexto, percebemos que a distância do assentamento em relação a UFV, a ausência de serviços de transportes público que atendam ao território e a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que a maioria está exposta, como veremos adiante, podem ser questões que explicam essa situação. O autor Mário Theodoro (2022), reitera que a falta de acesso à educação é uma dimensão que potencializa as desigualdades sociais no Brasil.

Em relação à renda familiar, apenas uma participante assentada afirmou receber menos de um salário mínimo (R\$560,00), a qual vive em uma casa com duas pessoas. Outra entrevistada informou que a renda familiar gira em torno de um salário mínimo, podendo variar para mais ou para menos, em decorrência da produção e vendas realizadas pela família composta por três pessoas. Oito mulheres assentadas declaram ter uma renda familiar de um

salário mínimo, sendo que todas residem em casas com quatro pessoas ou mais. O que faz com a renda *per capita* dessas mulheres não chegue a R\$400,00. Apenas duas assentadas possuem renda familiar de mais de um salário. Aline, que informou uma renda de três salários mínimos para uma casa com quatro residentes, e Joana, na qual na casa moram três pessoas e a renda familiar é de dois salários. Somente cinco mulheres assentadas afirmaram serem beneficiadas com programas de transferência de renda, sendo os citados o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial.

A maioria das mulheres Sem Terra e quilombolas que participaram da pesquisa estão em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica. Situação que reforça os dados apresentados ao longo desse trabalho em relação às desigualdades sociais que estão expostas essas populações. Chamamos atenção para o marcador social da raça, uma vez que a maioria das participantes dessa pesquisa (17) são mulheres pretas e pardas. A condição de mulheres racializadas interfere diretamente nas possibilidades e vivências na sociedade desigual brasileira.

Outra característica a ser destacada é que a maioria (12) das entrevistadas também são mães, o que pode acarretar mais demandas domésticas e de cuidado para as mesmas. Na intenção de verificar a existência das múltiplas jornadas de trabalho entre as mulheres rurais participantes, indagamos sobre suas ocupações principais e secundárias, além de sua renda individual. O quadro 3 identifica as mulheres, suas ocupações e suas rendas correspondentes:

Quadro 3: Ocupação e renda individual das participantes.

<i>Nome</i>	<i>Ocupação primária</i>	<i>Ocupação secundária</i>	<i>Renda individual</i>	<i>Território</i>
Amanda	Estudante	-	-	Quilombo Buieié
Bianca	Estudante	Do lar	R\$900,00	Quilombo Buieié
Cláudia	Estudante	Do lar	R\$400,00	Quilombo Buieié
Paloma	Estudante	-	-	Quilombo Buieié
Aparecida	Estudante	Org. da Feira Quilombola	R\$900,00	Quilombo Buieié
Silvana	Do lar	-	-	Quilombo Buieié
Renata	Do lar	-	1 s. m.	Quilombo Buieié
Luciana	Estudante	Org. da Feira Quilombola e do Projeto Social Buieié	R\$900,00	Quilombo Buieié
Fernanda	Trabalhadora rural	Org. coletivo do MST	1 s. m.	Assentamento Olga
Aline	Trabalhadora rural	Do lar	-	Assentamento Olga
Mônica	Estudante	Gestão da Cooperarca	(+/-) R\$200,00	Assentamento Olga
Marcela	Estudante	Babá	R\$250,00	Assentamento Olga
Helena	Do lar	-	R\$200,00	Assentamento Olga
Geovana	Trabalhadora rural	Do lar	½ s. m.	Assentamento Olga
Roberta	Gestão da Cooperarca	Trabalhadora rural	-	Assentamento Olga
Eliza	Trabalhadora rural	-	R\$560,00	Assentamento Olga
Luana	Trabalhadora rural	Sacoleira e Quitandeira	R\$300,00	Assentamento Olga
Cristina	Estudante	-	-	Assentamento Olga
Joana	Trabalhadora rural	-	1 s. m.	Assentamento Olga
Simone	Estudante	-	-	Assentamento Olga
<i>Legenda:</i> <i>S. M. – Salário mínimo</i> <i>(-) não possui</i>				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2022.

Metade das participantes da pesquisa (10) têm como ocupação principal serem estudantes. Sendo que três estão na graduação, seis cursando o Ensino Médio e uma o Ensino Fundamental. Entre as estudantes, seis afirmaram ter alguma ocupação secundária, citando atividades como Babá (Marcela), Do lar (Bianca e Cláudia) e ações de gestão e articulação comunitária (Aparecida, Luciana e Mônica).

Interessante salientar a situação de Luciana, uma das principais lideranças da comunidade quilombola, é coordenadora do Projeto Social Buieié e da Feira de Agricultura Familiar Quilombola⁴³, mãe, estudante de graduação⁴⁴ e única provedora familiar. Ela evidencia as múltiplas jornadas de trabalho que as mulheres quilombolas se submetem para realizar suas lutas pela garantia de sua territorialidade e dos direitos sociais, além da sustentação de suas famílias. Ela informou ter uma renda individual de R\$900,00, valor oriundo do programa de Bolsa Permanência Quilombola⁴⁵, do qual também são beneficiárias as graduandas Bianca e Aparecida.

Outra ocupação com destaque é a de trabalhadora rural. Seis participantes disseram que essa é sua atividade principal e uma informou ser essa sua atividade secundária. Dentre as seis mulheres que são trabalhadoras rurais, quatro têm outras responsabilidades secundárias, sendo citadas: Do lar (Aline e Geovana), Sacoleira e Quitandeira (Luana) e Organização do coletivo do assentamento (Fernanda). A maior renda individual citada pelas trabalhadoras rurais é de um salário mínimo, porém apenas duas mulheres obtêm essa renda (Fernanda e Joana). Joana é aposentada e por isso tem garantia do recebimento do valor de forma mensal. A situação de Fernanda é diferente, sendo a única provedora de uma casa com cinco moradores e tendo sua renda condicionada à produção e venda do leite.

Apenas três entrevistadas disseram que sua atividade principal é serem donas de casa (Do lar), as quais também não informaram uma ocupação secundária (Silvana, Renata e Helena). Questionadas sobre suas rendas individuais, apenas Silvana disse que não possui nenhuma, Helena informou que ganha cerca de R\$200,00 por mês e Renata disse que ganha um salário mínimo por mês. A única participante com uma ocupação principal exclusiva é Roberta, que atua na gestão da Cooperativa Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata (Cooperarca – ZM). Além das ações de gestão a assentada também é trabalhadora rural. Apesar disso, a mesma alegou que não possui renda individual.

É necessário analisar a situação de Roberta. Casada e mãe de três filhos, ela é uma das principais lideranças do assentamento, atua na gestão da Cooperarca – ZM e realiza trabalhos em sua propriedade rural. Apesar de todas as suas responsabilidades, quando perguntamos sobre

⁴³ A Feira de Agricultura Familiar Quilombola é uma ação organizada pelos moradores da comunidade Buieié e apoiada por alguns projetos de extensão da UFV. Desde sua primeira edição em 2019 a feira busca promover a geração de renda na comunidade, por meio da economia popular e solidária, bem como a divulgação e o fortalecimento dos saberes ancestrais.

⁴⁴ Como estudante ainda salientamos sua participação em projetos de extensão e cumprimento das obrigações acadêmicas como os estágios.

⁴⁵ O valor do Bolsa Permanência Quilombola foi atualizado pelo governo federal em fevereiro de 2023 para R\$1.400,00.

sua renda individual a mesma disse que não tem. O caso das quatro mulheres que têm o trabalho rural como sua atividade principal também chama atenção. Aline declarou não ter uma renda individual e as demais informaram valores inferiores a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Esse cenário exemplifica a realidade de muitas mulheres rurais, que segundo Fischer (2004), realizam uma superjornada de trabalho e ainda assim não são reconhecidas e valorizadas como deveriam. As próprias trabalhadoras reproduzem as estruturas patriarcais existentes na sociedade, não reconhecendo sua contribuição para o orçamento familiar de forma adequada.

De forma geral foi possível perceber atividades voltadas para as ações e mobilizações nos territórios tidas como primárias e secundárias. Três participantes informaram que essas ações como secundárias são estudantes, sendo duas da graduação (Aparecida e Luciana) e uma do Ensino Médio (Mônica). Fernanda também declarou que compõem a organização dos coletivos no Olga Benário como atividade secundária. A participante é a única provedora de sua residência. Roberta é a única participante que possui como atividade primária uma ação ligada diretamente ao território (Gestão da Cooperarca – ZM), porém a mesma não é remunerada pelo trabalho.

Apesar de apenas cinco mulheres declararem que realizam ações de mobilização e organização nos territórios, afirmamos que as demais também compõem as frentes de luta em suas comunidades. Durante a inserção na comunidade quilombola do Buieí e no assentamento Olga Benário foi possível perceber que essas mulheres buscam contribuir e participar das ações realizadas nos territórios. Mesmo a maioria sendo mãe e realizando múltiplas jornadas de trabalho, não deixam de se organizarem coletivamente para realizar a luta pela terra e para demandar ações voltadas para a realidade das mulheres dentro do assentamento⁴⁶ e da comunidade quilombola. Ressaltamos que a divisão sexual do trabalho, como apresenta Cisne (2018), interfere nas condições de organização dessas mulheres. Em todas as ações que realizamos em ambos os territórios, as crianças sempre estavam presentes acompanhando suas mães e/ou cuidadoras.

Todas as informações apresentadas até aqui podem alterar a condição de acesso, uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TIC), por parte dessas mulheres rurais. Visto que, o uso e apropriação das TIC sofre interferência de fatores econômicos, técnicos e sociais; o primeiro ponto que chamamos atenção é a idade das participantes da

⁴⁶ No Olga Benário ainda não está estruturado o setor de gênero, como existem em muitos assentamentos e acampamentos do MST. Algumas mulheres têm se mobilizado para a construção do setor. Mesmo não tendo um setor formalizado, as mulheres realizam algumas ações e, conforme uma jovem assentada, trabalham mediante as demandas da comunidade.

pesquisa, as quais variaram de 18 a 60 anos. A maioria das mulheres possuíam entre 28 e 45 anos (9 participantes), sete tinham 18 anos e as demais (4) tinham mais de 50 anos. A questão geracional pode interferir diretamente nas formas de uso e apropriação das TIC, fazendo com que os adultos e mais velhos apresentem mais dificuldades (ESCOSTEGUY; FELIPPI; SIFUETES, 2020). Como a maioria das mulheres que compõem a pesquisa são adultas, isso será verificado no terceiro capítulo.

A realidade econômica das mulheres também é algo que interfere em suas possibilidades de acesso e uso das TIC (ROTONDI *et al.* 2020). Entre as mulheres do Buieié, apenas uma sinalizou que possui uma renda familiar maior que um salário mínimo, sendo R\$1.500,00 o valor declarado, porém a renda *per capita* é de apenas R\$375,00. A situação também acontece entre as mulheres do Olga Benário em que somente duas participantes possuem uma renda familiar de dois e três salários, respectivamente. Sabendo que nas áreas rurais os provedores de internet são poucos e mais caros do que nos territórios urbanos (ESCOSTEGUY; SIFUENTES; BIANCHINI, 2017; SILVA, 2019) e que a maioria dessas mulheres (12) vivem com famílias com mais de quatro pessoas, isso pode ser mais um fator de impedimento ao acesso à conexão.

Além das questões geracionais, econômicas e territoriais, o grau de escolarização também interfere nas possibilidades de aproveitamento das TIC por parte das mulheres rurais. Entre as participantes da pesquisa, quatro não sabiam ler ou escrever, três estudaram até o Ensino Fundamental e outras três até o Ensino Médio. Somente três cursavam a graduação e sete participantes ainda eram estudantes (seis do Ensino Médio e uma do Ensino Fundamental). Outro fator que limita o uso das TIC pelas mulheres é o uso compartilhado com filhos e maridos, sendo a maioria das entrevistadas mães é necessário verificar suas realidades em relação a isso, o que será feito no terceiro capítulo.

Apesar dos entraves existentes para o uso e aproveitamento das TIC por esses dois grupos de mulheres rurais, é possível verificar a determinação das mesmas para ingressar nos ambientes virtuais. Primeiro, porque devido à pandemia da Covid-19, suas formas de trabalho e estudos foram modificadas, exigindo o acesso à internet e o domínio das mídias digitais. Segundo, pela compreensão dessas mulheres sobre as inúmeras possibilidades existentes nos ambientes virtuais (lazer, comunicação, informação...). Durante a imersão nos territórios vivenciamos a felicidade das senhoras mais velhas de poderem realizar chamadas de vídeo e enviar áudios para seus familiares e amigos através do WhatsApp, por exemplo.

Uma pesquisa realizada pelas autoras Lopes, Cardoso e Leal (2022), na comunidade quilombola do Buieié, revela a mobilização das mulheres e de alguns moradores para promoção do acesso à internet no território. A área rural onde está o quilombo é atendida somente por

quatro fornecedores de internet, que cobravam preços mais caros em relação a área urbana de Viçosa. Com a organização liderada pelas mulheres foi possível negociar um pacote de internet com valor mínimo de R\$69,90 ao mês e que foi adquirido por 15 casas da comunidade. Os traços de solidariedade e coletividade existentes na comunidade quilombola ampliam o número de usuários de internet, uma vez que é comum o compartilhamento da rede Wi-Fi com vizinhos e familiares.

Da mesma forma, a coletividade é uma das questões que possibilita mais acessos à internet no assentamento Olga Benário. A sede da Cooperarca – ZM é um local onde há um provedor de internet compartilhado que é comumente utilizado pelos assentados, principalmente as mulheres e os estudantes. Os dois contextos reafirmam os dados apresentados pela pesquisa TIC Domicílios 2021 (CGI.br, 2022), de que o compartilhamento da conexão com os vizinhos é algo mais comum nos domicílios de famílias mais vulneráveis economicamente e localizados nas áreas rurais.

Apesar das estratégias para promover o acesso à internet nos territórios estudados, para que façam o uso efetivo das TIC e de suas possibilidades é preciso que os usuários adquiram a literacia digital, conceito que será trabalhado no último capítulo dessa dissertação.

CAPÍTULO 3: ACESSO À INTERNET E LITERACIA DIGITAL COMO FERRAMENTA DE AUTONOMIA

Os movimentos sociais e as populações minorizadas têm desenvolvido estratégias para ocupar os espaços digitais, dando visibilidade às suas causas e apresentando suas próprias narrativas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as comunidades quilombolas do Brasil são exemplos dos grupos que utilizam as funcionalidades virtuais como ferramentas de apoio em suas lutas. As mídias digitais têm sido utilizadas para promover a geração de renda, articulações sociais, acesso à informação, manutenção de laços familiares e de amizade, promoção da cultura e do lazer, dentre outras (ESCOSTEGUY; FELIPPI; SIFUENTES, 2020; CRISÓSTOMO; MELO; TERSO, 2022).

Ao mesmo tempo que esses grupos sociais podem usufruir das potencialidades advindas do acesso à internet, as desigualdades da sociedade brasileira impactam nas formas de acesso e de aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Além disso, a pouca literacia digital impede que os cidadãos realizem um uso crítico e aprofundado das TIC, não se apropriando das potencialidades existentes nos ambientes virtuais. Os marcadores sociais raça, gênero, território e classe têm se apresentado de forma articulada na promoção das desigualdades no acesso às TIC, fazendo com que determinados grupos tenham menos possibilidades de acesso à internet (CGI, br. 2022).

Nesse sentido, enfatizamos a importância de um olhar interseccional sobre o uso das TIC. É a população negra que mais acessa à internet somente via celular, fator que é agravado entre os mais pobres; são os moradores de áreas rurais e de difícil acesso que mais possuem dificuldades para realizar a conexão (CGI.br, 2022). A pesquisa TIC domicílios 2021 (CGI.br, 2022) demonstra que as facilidades digitais como o trabalho online e o comércio eletrônico são realizadas principalmente por pessoas residentes de áreas urbanas, com Ensino Superior e pertencentes às classes mais altas. Ao analisar as atividades culturais na internet, a publicação salienta que elas são demarcadas fortemente pelas diferenças entre classes e graus de instrução, e em alguns casos, território, sexo, cor/raça e faixa etária. O cenário evidencia como os diferentes marcadores sociais têm interferido nos usos e apropriações das TIC pelos cidadãos.

Nesta pesquisa trabalhamos com mulheres rurais, quilombolas e assentadas, pobres e majoritariamente negras, que apesar das dificuldades no acesso às TIC têm buscado se apropriar de suas potencialidades. Destarte, o objetivo deste capítulo é compreender sob quais condições essas mulheres têm realizado seu acesso às TIC e aplicado a literacia digital ocupando as mídias digitais (especialmente as redes sociais Facebook e Instagram). Para isso, iremos apresentar o

conceito de literacia digital e as potencialidades da conexão à internet para os cidadãos. Posteriormente, serão descritas as condições de acesso às TIC nos territórios trabalhados, as principais funcionalidades utilizadas nos ambientes digitais pelas mulheres, bem como suas produções de conteúdo para as mídias digitais após a participação nas oficinas de literacia.

O presente capítulo está dividido em quatro tópicos: “A perspectiva crítica da literacia digital”; “O uso da internet para transformação social”; “As condições de acesso às TIC pelas mulheres do assentamento Olga Benário e da comunidade quilombola do Buieíé”; “O uso das mídias digitais e o impacto das oficinas de literacia digital”.

3.1 A perspectiva crítica da literacia digital

Para estudar o uso e apropriação das TIC por cidadãos em diferentes territórios e realidades socioeconômicas, é necessário compreender o conceito de literacia digital. Apesar das discussões sobre literacia digital serem tidas como recentes, David Buckingham (2008) afirma que as ideias sobre a necessidade de uma “alfabetização digital” existem desde 1980. Diversos nomes são utilizados como correspondentes a esse conceito: letramento digital e informacional, literacia midiática, competências informacionais, novas literacias, multiletramentos, entre outros. No entanto, todos partem do mesmo princípio: a compreensão sobre as capacidades de uso e apropriação das TIC por parte dos cidadãos, para que sejam capazes de utilizá-las para o exercício e formação de sua cidadania (BORGES; OLIVEIRA, 2011).

A opção por adotar o termo literacia digital nesta pesquisa acontece devido aos objetivos que se propõe. O termo letramento comumente é tido como sinônimo de alfabetização. Marta Garcia *et al.* (2017) informam que isso não contribui para o avanço nas discussões sobre letramento, que é mais amplo do que a alfabetização. Conforme os autores, isso se dá, pois, inicialmente, o termo letramento era utilizado para descrever situações em que a educação não formal era utilizada e/ou para se referir aos programas em que adultos, considerados analfabetos, buscam desenvolver suas habilidades básicas de leitura e escrita.

As mudanças na percepção sobre o termo letramento acontecem a partir de 1980 (GARCIA *et al.*, 2017). É nessa época que o mesmo começa a ser utilizado em uma perspectiva mais ampla e relacionada com as novas práticas sociais que envolvem os usos e aproveitamentos das TIC para a formação dos cidadãos. Contudo, concordamos com Garcia *et al* (2017) quando afirmam que o termo letramento não pode ser compreendido como sinônimo de alfabetização digital. A alfabetização digital está relacionada apenas com o desenvolvimento das competências básicas para o uso das TIC, enquanto o termo letramento digital se refere ao

uso das TIC de forma crítica e consciente, capaz de promover transformações na sociedade. Nesse sentido, justificamos a adoção da expressão literacia digital nesta pesquisa a fim de não minimizar o debate acerca do tema.

Para Allan Martin (2008), a literacia digital é definida como a capacidade dos indivíduos de se apropriar e utilizar as ferramentas e facilidades digitais para criar conteúdo e novos conhecimentos, adquirir informações seguras, produzir expressões através dos *media* e estabelecer comunicações e interações com a sociedade midiaticizada⁴⁷. Nessa perspectiva, compreendemos a literacia digital como as habilidades de uso e apropriação das oportunidades existentes nos ambientes digitais por parte dos cidadãos de forma eficaz e consciente, exercendo sua cidadania e democratizando a comunicação.

Segundo Sabrina Corrêa e Renata Gonçalves (2019), os conhecimentos que promovem a literacia digital exigem o desenvolvimento da aprendizagem, do pensamento crítico, das capacidades operacionais e comunicacionais, além do aprimoramento educacional e social dos indivíduos. A literacia digital requer a combinação de conhecimentos e habilidades para que se possa realizar o uso das oportunidades digitais de maneira criativa, ética e efetiva (BUCKINGHAM, 2010; CORRÊA; GONÇALVES, 2019).

Não há um consenso sobre quais seriam os principais componentes e/ou características para a existência da literacia digital. Devido às diversas realidades socioeconômicas existentes no mundo, as variáveis se alteram mediante cada conjuntura. Todavia, de acordo com Buckingham (2008, 2010), existem quatro aspectos amplos que geralmente são tidos como componentes essenciais da literacia digital e que consideram a relação entre os desenvolvimentos tecnológicos e as forças sociais, políticas e econômicas.

O primeiro componente é a representação ou a capacidade dos usuários de compreender que as mídias digitais representam o mundo segundo interpretações e seleções particulares da realidade, as quais estão imbricadas de valores e ideologias próprias que nem sempre estão explícitas. Dessa forma, torna-se necessário que os indivíduos sejam capazes de avaliar e analisar o conteúdo que consomem. O segundo elemento posto é a linguagem, através da qual o indivíduo com literacia digital deverá saber se expressar e compreender seu funcionamento. É preciso haver consciência dos códigos de linguagem e suas convenções no ambiente digital (BUCKINGHAM, 2008).

Outra característica importante nos espaços digitais é a ciência acerca do processo de produção da informação. É importante saber quem está comunicando, com quem e por quê

⁴⁷ Compreendida como uma sociedade na qual o campo da comunicação perpassa de forma transversal os demais campos sociais para produzir sentidos (CRISÓSTOMO; MELO; TERSO, 2022).

(idem). Esse terceiro elemento reforça a perspectiva da formação crítica dos cidadãos existente na literacia digital. Por último, Buckingham (2008) afirma que a literacia digital também exige consciência em relação ao público. Isto é, entender que as mídias são direcionadas para determinados públicos e saber que diferentes públicos usam e dão respostas diferentes para as mídias. No mesmo sentido, os autores Normand Landry e Joelle Basque (2019), ao estudarem a educação para as mídias, reiteram a necessidade de os indivíduos refletirem sobre os conteúdos midiáticos, sua produção, difusão e recepção, além de posicionarem-se em relação aos mesmos.

A literacia digital está relacionada às condições para se realizar o acesso às TIC, mas também abrange as formas das tecnologias serem consumidas e utilizadas para obter conhecimentos adequados e seguros. Conforme Michele Oliveira e Graziela Giacomazzo (2017), é preciso que o indivíduo consiga analisar quais informações são verdadeiras, quais fontes são confiáveis e quais veículos deverão ser aceitos ou rejeitados nos ambientes virtuais. Buckingham (2008; 2010) destaca que a literacia digital envolve a necessidade de as pessoas serem capazes de avaliar e utilizar as informações que acessam de maneira consciente. Isto posto, salientamos que o desenvolvimento da literacia exige um processo de aprendizado contínuo, mediante os avanços tecnológicos e as mudanças sociais, permitindo o exercício pleno da cidadania (CERIGATTO, 2020).

Uma pessoa que possui literacia digital tem competência para argumentar, questionar e verificar a verdade nas informações, construindo conscientemente seu ponto de vista (OLIVEIRA; GIACOMAZZO, 2017). Ao se apropriar das possibilidades existentes no uso das TIC, o cidadão é capaz de realizar inferências não somente sobre o contexto digital, mas também sobre as diferentes realidades socioeconômicas. Para além disso, os indivíduos e grupos tornam-se capazes de ocupar os espaços digitais, gerando conteúdos e promovendo a circulação de enunciados diversos e de conexões globalizadas, democratizando o uso das tecnologias comunicacionais (BUCKINGHAM, 2008; CERIGATTO, 2020).

Oliveira e Giacomazzo (2017) reforçam que a literacia digital não envolve somente o uso funcional das TIC. Ao apresentar a definição do conceito, Martin (2008) reitera que envolve a capacidade de usar, gerenciar e entender as tecnologias. Desse modo, para que uma pessoa tenha literacia digital, ela precisa não somente realizar uma ação tecnológica bem sucedida. É preciso que tenham conhecimento sobre as opções existentes, condição de administrar a tecnologia de forma que suas ações sejam eficientes e apropriadas, além da habilidade de sintetizar as informações, obter e produzir novos conhecimentos. Buckingham (2010) contribui

para o debate, quando afirma que o objetivo da literacia digital é possibilitar a avaliação e o uso crítico das informações e possibilidades digitais.

Podemos concluir que a literacia digital permite aos indivíduos buscar, processar, comunicar e produzir conteúdo nos ambientes virtuais. Entretanto, para que esse aproveitamento ocorra são necessários conhecimentos técnicos e capacidades analíticas específicas, além de habilidades como leitura, escrita, numeração e interpretação (MARTIN, 2008). As autoras Jussara Borges e Lídia Oliveira (2011) ainda enfatizam que, para o uso eficiente das TIC, as pessoas precisam não somente do acesso, mas de outros elementos como internet de qualidade, um aparelho com boa memória, saber como utilizar essas tecnologias e inúmeras outras competências. Ao analisar a desigualdade presente na sociedade brasileira, é possível inferir que as exigências necessárias para a efetivação da literacia digital perpassam pilares estruturais.

No Brasil, as desigualdades sociais e territoriais se apresentam como um dos principais fatores que dificultam a promoção da literacia digital. Segundo a pesquisa sobre o uso das TIC nos domicílios brasileiros (CGI.br, 2022), o número de casas que possuem acesso à internet subiu de 71% em 2019 para 82% em 2021. O aumento da conectividade, no meio rural, foi impulsionado pela pandemia da Covid-19 e pelas ações de mobilização das mulheres e comunidades para garantir o acesso à internet (LOPES; LEAL; CARDOSO, 2022). Contudo, os domicílios rurais ainda permanecem com uma porcentagem de conexão inferior (71%) se comparados aos da área urbana (83%).

As diferenças acerca da conectividade no rural se somam a outras desigualdades como a renda e a raça, tornando evidente a intersecção dos marcadores sociais nas formas de acesso e aproveitamento das TIC. Entre os usuários de internet no país, mais da metade (64%) acessa apenas por meio do celular, e essa proporção chega a ser 89% entre os mais pobres. O grupo populacional que mais acessa a internet somente pelo celular é o das pessoas negras (65% pretos e 69% pardos). Os problemas territoriais também se tornam visíveis quando o uso exclusivo do celular acontece majoritariamente (83%) nas áreas rurais do país (CGI.br, 2022). É importante ressaltar que o acesso à internet somente pelo celular limita as opções de utilização das tecnologias pelos usuários. Borges e Oliveira (2011) salientam a necessidade da disponibilidade de espaço nos aparelhos para que suportem determinadas funções. De forma geral, um computador/notebook possui mais capacidade de armazenamento do que os celulares, por isso apresenta mais opções de aproveitamento, mais facilidade e possibilidades de navegação, consulta e comparação de informações.

As métricas revelam que o aumento da internet no país se deu devido à massificação do uso do celular. Luiz Stevanim e Rodrigo Murtinho (2021) ainda chamam atenção para a contribuição das interações em plataformas como WhatsApp, Instagram e TikTok no aumento da conexão no Brasil. Dessa forma, torna-se importante realizar uma análise interseccional sobre a promoção da literacia digital no território brasileiro. Destacamos que essa abordagem leva em consideração as condições sociais e técnicas em que as pessoas estão fazendo o uso dos meios digitais e quais são as capacidades/competências necessárias para haver o aproveitamento das TIC.

Nesse sentido, Oliveira e Giacomazzo (2017) reiteram que a exclusão tecnológica não acontece apenas pelo não acesso às tecnologias, mas também pela inexistência de condições que promovam a literacia digital. A vista disso, o acesso e apropriação das TIC deixa de contribuir para o desenvolvimento social democrático, como defende a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (WILSON *et al.* 2013), e torna-se mais uma ferramenta que potencializa as desigualdades.

A Unesco também afirma que a promoção da literacia digital para os cidadãos perpassa a garantia do direito à liberdade de opinião e expressão, estabelecido no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos publicada em 1948 (WILSON *et al.* 2013). Nesse sentido, Paulo Rosa (2017 p. 90) salienta que a exclusão digital “manifesta-se também quando se impede uma pessoa ou grupo de disseminar seus valores, cultura e identidade através das TICs”. Destarte, é possível inferir que as desigualdades nas condições de acesso e apropriação das TIC pelos cidadãos impossibilita a efetivação dos direitos humanos, impedindo a população de exercer sua cidadania e de atuar para o desenvolvimento individual e comunitário.

A presente pesquisa aborda as questões sobre as condições de acesso à internet em territórios rurais da Zona da Mata de Minas Gerais (ZM – MG) e trabalha uma das múltiplas perspectivas presentes nas discussões sobre a literacia digital: a produção de conteúdo para os ambientes virtuais. Isso se dá devido à compreensão da potencialidade dos usos da internet para transformar as realidades, possibilitando o acesso às oportunidades de educação e emprego, ou no caso de comerciantes, maior divulgação de seus produtos e serviços, impactando positivamente na renda familiar. Além disso, os ambientes digitais podem promover a visibilidade das causas dos grupos minorizados, como as populações quilombolas e assentadas aqui estudadas. A próxima seção apresenta como a internet e as mídias digitais têm sido apropriadas e utilizadas como instrumentos de democratização da comunicação por parte dos diversos grupos.

3.2 O uso da internet para a transformação social

O impacto da internet na participação social nas democracias é algo discutido desde os anos 1990. Inicialmente, via-se com muito entusiasmo as possibilidades que surgiam mediante o advento da internet. Além do aumento na participação dos cidadãos, era esperado o fortalecimento das organizações da sociedade civil e a ampliação da democracia (GOMES, 2005). Segundo Rousiley Maia (2011), a estrutura descentralizada, horizontal, imediata, de baixo custo e que pode atingir números significativos de pessoas de forma simultânea, disponibilizada para os cidadãos por meio da internet, fundamentou as expectativas positivas sobre ela.

De fato, é possível afirmar que existem transformações sociais potencializadas pelo uso da internet. Ao mesmo tempo em que beneficiou a participação social e o enfrentamento de pautas como o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa e outras, o cenário comunicacional também possibilitou a disseminação de ideias conservadoras, extremistas, machistas, xenofóbicas e LGBTfóbicas, por exemplo, que muitas vezes ferem os direitos humanos (GOMES, 2005; STEVANIM; MURTINHO, 2021). Isso se dá, pois, as possibilidades existentes na internet são condicionadas pelos propósitos de seus usuários e pelo contexto social em questão (MAIA, 2011). No mesmo sentido, Wilson Gomes (2005, p. 75) reforça que o potencial transformador da internet depende dos indivíduos que a usam uma vez que os “recursos tecnológicos são instrumentos à disposição de agentes sociais”, o que reitera a necessidade da literacia digital para o uso da internet pelas pessoas de forma consciente.

A importância da internet para a sociedade foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2011, quando a instituição a estabeleceu como direito humano fundamental. Na contemporaneidade, a promoção do direito à comunicação é um dos requisitos para o exercício da cidadania e uma condição para a garantia de outros direitos como a educação e a saúde (STEVANIM; MURTINHO, 2021). Ao trabalhar a importância da internet para potencializar as transformações sociais e o acesso a direitos, no Brasil, é preciso compreender as disputas econômicas que perpassam a formação da estrutura comunicacional.

Segundo André Pasti (2015), as principais características que configuram a organização das comunicações brasileiras são: o mercado extremamente concentrado; a predominância do setor privado; a ausência de regulamentação; e a forte dependência em relação aos conteúdos e técnicas dos principais conglomerados midiáticos e agências de notícias. De acordo com o autor, esse modelo privilegia o setor privado e facilita a criação de oligopólios midiáticos. Nesse sentido, a internet também se apresenta como a internet também se apresenta como um espaço

de conflito de interesses e de concentração de poder. Isso se dá, devido a predominância e o controle da rede pelas empresas multinacionais de telecomunicações e de tecnologias da informação, como Google, Amazon e Meta⁴⁸ (WESTRUP, 2020).

Entre as diversas formas de apropriação da internet, além do uso pelos cidadãos e empresas, Marcelo Amaral (2010) aponta as possibilidades de utilização por parte dos governos. O chamado governo eletrônico acontece quando as entidades promovem a democracia via internet, através da divulgação de informações públicas, facilitação do acesso aos serviços governamentais e da abertura de canais participativos para a população nos processos deliberativos. Contudo, para garantir a adesão dos cidadãos aos serviços digitais é necessário que eles desenvolvam a literacia digital e estejam aptos a utilizarem os recursos existentes no governo eletrônico.

No Brasil, durante a crise sanitária da Covid-19, essa possibilidade foi utilizada para a manutenção e desenvolvimento de determinados serviços públicos, como o acesso a informações sobre saúde por meio do aplicativo Conecte SUS Cidadão⁴⁹. A digitalização do Seguro Desemprego dos trabalhadores domésticos e a criação do programa de Auxílio Emergencial, são outros exemplos de governo eletrônico, ambos buscavam minimizar os impactos negativos da pandemia na geração de renda⁵⁰.

Da mesma forma, nos últimos anos existiram vários casos que permitiram visualizar o uso da internet pelos diversos grupos e interesses sociais. As populações quilombolas e os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), estudados nessa pesquisa, são exemplos de públicos que utilizam a internet para o fortalecimento de suas causas e organizações, promovendo a participação social e exercitando a democracia. Durante a pandemia da Covid-19, as comunidades quilombolas, organizadas por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) utilizaram o Instagram para conscientizar a população sobre a importância da inclusão dos quilombolas como grupo populacional prioritário na fila da vacinação⁵¹ (LOPES; CAETANO; CARDOSO, 2022). Paralelamente, a pesquisa de Daniela Leal (2023, no prelo) destaca o uso do WhatsApp

⁴⁸ O Grupo Meta é uma empresa de comunicação que atualmente realiza a gestão das redes sociais WhatsApp, Messenger, Facebook e Instagram.

⁴⁹ O Conecte SUS Cidadão é o aplicativo oficial do Ministério da Saúde e a porta de acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) de forma digital. Ele permite que o cidadão acompanhe, na palma da mão, o seu histórico clínico. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-a-plataforma-movel-de-servicos-digitais-do-ministerio-da-saude>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

⁵⁰ Disponível em: <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/noticias/governo-ultrapassa-250-servicos-transformados-em-digitais-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 26 mai. 2023.

⁵¹ Essa ação se deu através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 742, na qual as populações quilombolas reivindicavam no Supremo Tribunal Federal (STF) assistência para o enfrentamento da pandemia em suas comunidades.

pelo MST para promover a conscientização da população acerca da importância das máscaras, do álcool em gel, da vacina e outras medidas protetivas contra a Covid-19.

As mídias digitais têm se apresentado como um espaço que permite a articulação de grupos minorizados/marginalizados e que dá visibilidade a causas silenciadas e/ou negligenciadas pela sociedade (CRISÓSTOMO; MELO; TERSO, 2022). Nesta pesquisa adotamos o termo mídias digitais por compreender sua amplitude, indo ao encontro da perspectiva de literacia digital. Segundo Geane Alzamora e Thiago Salgado (2014 p. 188), a mídia pode ser interpretada como “elo que promove a circulação de diferentes realidades e integra a fabricação e construção das múltiplas realidades”. Reconhecendo o impacto da internet nos contextos sociais, a expressão “mídias digitais” refere-se aos conteúdos produzidos e veiculados por meio dela. São exemplos de mídias digitais as redes sociais (Facebook, Instagram, TikTok), os sites, os blogs e os podcasts.

Para Henriques *et al.* (2013), os movimentos sociais, imersos na sociedade midiaticizada, transformam suas lutas por reconhecimento em lutas por visibilidade. Isso se dá, pois, há uma necessidade de que suas demandas sejam conhecidas pelos diferentes públicos, o que pode levar ao apoio de usuários que não compartilham o mesmo contexto e/ou espaço temporal. Os autores também adicionam que a comunicação tem a função de gerar e manter os vínculos entre os movimentos e seus públicos. Assim, é comum vermos diferentes estratégias comunicacionais serem adotadas pelos movimentos sociais para promover a mobilização e a participação na internet.

Pesquisa realizada por Lopes, Caetano e Cardoso (2022) revela o uso do WhatsApp como uma ferramenta de comunicação e organização interna nas lutas dos povos quilombolas no Brasil. Além disso, o Instagram é apontado pelos autores como a rede social em que são divulgadas as ações realizadas e os avanços obtidos através das reivindicações. Da mesma maneira, estudos apontam que o MST utiliza as redes sociais para se articular socialmente, contrapor os discursos midiáticos que o criminalizam e compartilhar suas perspectivas, além de promover debates e cativar mais adeptos à sua causa (GATTO *et al.*, 2017; ARAGÃO, 2019). A presença e a interação do Movimento Sem Terra nas redes sociais digitais possibilitam a ampliação do debate sobre sua luta, além de promover seus produtos⁵².

⁵² Em março de 2022, a atuação do MST nas mídias digitais gerou visibilidade e aumentou as vendas de seus bonés. Isso se deu após o posicionamento do MST quando uma internauta questionava o uso do acessório por pessoas que não fazem parte do movimento. As publicações nas contas oficiais do Twitter e do Instagram do MST afirmavam a importância do uso do boné pelas pessoas que apoiam suas lutas. Essa discussão fez com que as vendas saíssem da média de 600 a 700 por mês, para cerca de 3 mil bonés no período. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/movimentos/2022/3/22/vendas-de-bones-do-mst-disparam-apos-polmica-quem-usa-apoia-reforma-agraria-111858.html>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

Fica evidente o impacto que as mídias digitais realizam na visibilidade das mobilizações dos quilombolas e dos Sem Terra no Brasil. Entretanto, as desigualdades que atingem essas populações, que residem majoritariamente no espaço rural, prejudicam os seus usos e formas de apropriação das TIC. Apesar da Lei Geral das Telecomunicações, Lei nº 9.472 de 1997, ratificar que é dever do Estado garantir que todos os brasileiros tenham acesso às telecomunicações, com tarifas, preços e condições adequadas (BRASIL, 1997), na prática nem sempre esse direito é assegurado.

A pesquisa “Fronteiras da inclusão digital” do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2022) ressalta que os entraves para conectividade estão concentrados nas populações residentes de áreas rurais, remotas e de difícil acesso. Segundo a publicação, nesses locais, o custo para a expansão da infraestrutura é alto, exigindo instalação e manutenção de torres de energia solar – para a internet via rádio, e a construção ou o aluguel de postes em uma grande extensão territorial – para a internet de fibra óptica. Jonathan Silva (2019) destaca que Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) afirmou que a oferta da conexão está condicionada ao interesse comercial dos prestadores de serviço. O cenário vai de acordo com a afirmação de Escosteguy, Sifuentes e Bianchini (2017) de que as áreas rurais nem sempre são vistas como rentáveis aos fornecedores de internet. Esse contexto faz com que as opções de conexão das populações rurais do país sejam restritas, mais caras e, em certos momentos, com qualidade inferior se comparadas com as localidades urbanas.

Ao tratar as questões acerca da conectividade como algo meramente mercadológico, o direito à comunicação das populações rurais, dos negros e dos mais pobres pode ser comprometido. Isso se dá, pois, como apontam os dados da TIC domicílios 2021 (CGI.br, 2022), são essas populações as que realizam o uso mais limitado da internet no Brasil, acessando por meio de único dispositivo (celular) ou se conectando somente por um tipo de conexão (móvel ou Wi-Fi). Stevanim e Murtinho (2021) chamam atenção para os modelos e práticas que reduzem os direitos à noção de mercadoria, enfatizando a necessidade da conscientização e enfrentamento dessas ações por parte da população.

Além das dificuldades para promover o acesso à internet impedindo o uso e apropriação das TIC, os moradores de territórios rurais enfrentam problemas como inviabilidade econômica, pouca capacitação e ausência da infraestrutura técnica necessária (ROSA, 2017). Os resultados da TIC Domicílios 2021 (CGI.br, 2022) reiteram essa afirmação quando apresentam que entre as principais barreiras para a conexão, descritas pelas populações que nunca realizaram o acesso, estão a falta de habilidade com o computador (69%) e o valor do serviço (48%). A visto disso, concordamos com Stevanim e Murtinho (2021, p. 128) quando afirmam que “a exclusão

digital ainda permanece como um abismo que reforça as desigualdades sociais, étnico-raciais e regionais”. Os autores também reforçam a necessidade de compreender as condições em que o acesso à internet no Brasil tem sido realizado.

Apesar das dificuldades para estabelecer a conexão e as limitações existentes em relação ao uso das TIC, as populações rurais têm criado estratégias para a utilização e aproveitamento das tecnologias. Como exemplos temos o compartilhamento das conexões via Wi-Fi (CGI.br, 2022), a transmissão das informações obtidas na internet, por meio de conversas e socialização, aos que não possuem acesso (LOPES; CAETANO; CARDOSO, 2022) e a compactação dos conteúdos para que sejam veiculados no WhatsApp (CRISÓSTOMO; MELO; TERSO, 2022). Entretanto, reforçamos o que é colocado pelo CGI.br (2022) quando salienta a necessidade de implementação de políticas públicas para a inclusão digital, uma vez que é dever do Estado promover o direito à comunicação.

O acesso e a qualidade da internet nos territórios rurais impactam no cotidiano das populações, afetando suas oportunidades profissionais e de lazer. Dessa forma, a permanência dos jovens no campo pode ser influenciada devido às condições de acesso às TIC (SILVA, 2019). As autoras Escosteguy, Sifuentes e Bianchini (2017) ressaltam que o uso das tecnologias em muitos lares rurais é tido como um recurso estratégico que auxilia na educação e na mobilidade social. No mesmo sentido, Marcela Silva (2017), afirma que o uso das tecnologias por agricultoras facilita seu trabalho na propriedade, permitindo que realize negociações com vendedores, movimentações bancárias e acesso a informações sem que necessite sair de seu território. A autora reforça que o uso das tecnologias pode permitir que mais mulheres sejam reconhecidas e inseridas nos processos produtivos e econômicos das famílias rurais.

Ao pensar o uso das TIC por agricultores, também é possível adicionar o acesso aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)⁵³ disponibilizados na internet. Segundo Lopes, Zuin e Oliveira (2022), o termo ATER Digital vem sendo utilizado para se referir ao uso das TIC nas atividades de Extensão Rural. Os autores afirmam que as tecnologias digitais podem ser utilizadas nos serviços de ATER independentemente do tamanho do seu público, de forma individual e também coletiva. Facilitando o serviço dos extensionistas e possibilitando mais rapidez e até imediatez no atendimento dos agricultores e agricultoras. Entre as facilidades criadas pelos serviços de ATER Digital listadas pela Empresa de

⁵³ “O principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável”. Para isso são prestados serviços para pequenos e médios agricultores e seus respectivos estabelecimentos rurais. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG, 2020), destacamos a possibilidade de comercialização virtual, o acesso a vídeos informativos e o uso dos aplicativos de mensagens instantâneas com chamadas de áudio e vídeo.

Nesta pesquisa, reconhecemos a importância da conexão com a internet nos territórios rurais, a qual pode auxiliar na autonomia, mobilização social, geração de renda, acesso à educação, e outros. Compreendemos que a falta de acesso impede o desenvolvimento individual e comunitário das populações, além do conhecimento de novas oportunidades e informações. Ademais, concordamos com Rosa (2017) quando enfatiza a importância de capacitar as populações acerca das facilidades advindas do uso e apropriação das TIC. Apresentada a importância das TIC e da literacia digital para o desenvolvimento social democrático, focando nas possibilidades para as populações rurais, o próximo tópico deste capítulo apresenta a realidade de acesso às TIC das mulheres quilombolas e assentadas que participam da pesquisa.

3.3 As condições de acesso às TIC pelas mulheres do assentamento Olga Benário e da comunidade quilombola do Buieié

Para compreender as condições de acesso às TIC pelas mulheres do assentamento Olga Benário e da comunidade quilombola do Buieié, é preciso saber quais opções de conexão estão disponíveis nos respectivos territórios. Segundo os dados disponibilizados no site da Anatel⁵⁴, todos os territórios rurais das cidades de Viçosa e Visconde do Rio Branco – MG são atendidos pelas operadoras de telefonia que prestam serviços nas áreas urbanas das duas cidades. Isso poderia garantir a cobertura móvel de internet nessas localidades, que apresentam dificuldades (econômicas e de infraestrutura) para acessar o serviço via Wi-Fi.

Contudo, os dados da Anatel revelam que as variações de cobertura vão de 1,6% a 100% nos bairros rurais de Viçosa e há lugares atendidos com todas as tecnologias (de 2G a 5G), ao mesmo tempo em que existem localidades que somente recebem a tecnologia 2G. Nos bairros rurais de Visconde do Rio Branco, as informações são de que a cobertura varia de 0,28% a 100% e que, como acontece em Viçosa, existem bairros rurais contemplados por todas as tecnologias, e locais onde é oferecida apenas a tecnologia 2G.

Devido à ampla variação no percentual de cobertura dos bairros rurais de ambas as cidades, é possível inferir que o acesso à internet móvel não acontece em todas essas localidades. Ao visitar o assentamento Olga Benário, pôde-se vivenciar as variações na cobertura prestada pelas empresas de telefonia. Em determinados pontos do assentamento há a

⁵⁴ Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cobertura_movel>. Acesso em: 20 de abr. de 2023.

cobertura do sinal telefônico e até a tecnologia 4G de operadoras como Vivo e Claro; em contraponto existem localidades em que o sinal de nenhuma operadora funciona, como na casa da participante Luana. Essa oscilação faz com que existam assentadas com possibilidades variadas de acesso à internet e outras que não são atendidas por nenhum serviço (móvel ou Wi-Fi). Como consequência, a depender das opções para a conexão em seu lote, cada família assentada busca alternativas para acessar a internet.

Na comunidade quilombola do Buieié, o acesso à rede móvel é ainda mais restrito. Apenas a operadora de serviço Vivo apresenta, em alguns pontos do quilombo, uma baixa cobertura do sinal de telefone. Dessa forma, os quilombolas têm seu acesso à internet contínua na comunidade limitado às redes Wi-Fi. Um levantamento realizado para a presente dissertação, constatou que na cidade de Viçosa existem mais de 10 empresas que fornecem o serviço de internet para a área urbana, porém, somente quatro empresas conseguem alcançar a área rural onde está o Buieié, limitando as opções de acesso nesse território. As poucas opções para a conexão no Buieié são um impedimento para que as pessoas acessem a internet, principalmente via Wi-Fi, já que o serviço é mais caro do que no meio urbano.

Expostas as discrepâncias nas opções de acesso à internet impostas aos territórios estudados nessa pesquisa, as quais caracterizam o hiato digital de gênero⁵⁵ de primeiro nível (ROTONDI *et al.* 2020), é preciso entender como e com que frequência ocorre o uso da internet pelas mulheres quilombolas e assentadas. A tabela 1 revela quais são as formas de conexão adotadas pelas participantes em seus respectivos territórios:

Tabela 1: Formas de acesso à internet.

	Buieié	Olga Benário
Wi-Fi em casa	6	6
Dados móveis	-	6
Não têm acesso	2	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2022.

A tabela 1 evidencia que a principal forma de acesso à internet das mulheres é o Wi-Fi de suas casas. Seis mulheres do assentamento Olga Benário e seis da comunidade quilombola do Buieié utilizam essa forma de conexão. Lembramos que essa é a única opção para acessar a internet de forma contínua na comunidade quilombola. Dessa forma, as participantes quilombolas Silvana (52 anos) e Renata (59 anos), que declararam não possuir Wi-Fi, afirmam não adotar o serviço por não saber como utilizar as ferramentas digitais. É importante ressaltar que ambas são as entrevistadas mais velhas da comunidade e que, apesar de terem frequentado

⁵⁵ Ver Capítulo 2.

os anos iniciais do Ensino Fundamental, é possível perceber que não sabem ler. Essa situação corrobora os dados da TIC Domicílios 2020 (CGI.br, 2021) e a afirmação de Escosteguy, Felippi e Sifuentes (2020) de que não saber utilizar as tecnologias e ter a idade mais avançada dificulta o uso das TIC pelos mais velhos. Compreendemos que o acesso à internet é uma ferramenta que potencializa o alcance da cidadania plena e pode contribuir para mudanças econômicas na vida das mulheres rurais. Quando as participantes mais velhas desta pesquisa afirmam não realizar a conexão é possível afirmar que isso impacta em sua autonomia e no desenvolvimento de suas capacidades de literacia digital.

Entre as mulheres do assentamento Olga Benário, seis informaram que acessam via dados móveis. Três assentadas ainda declararam ter uma opção secundária para realizar a conexão. A rede de Wi-Fi compartilhada da Cooperativa Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata (Cooperarca-ZM) é citada pelas participantes Luana e Simone como a alternativa para ter o acesso quando os seus dados do celular acabam. Roberta também afirmou ter a rede da cooperativa como segunda opção ao acesso, porém isso se dá devido a sua atuação nas atividades de gestão da mesma.

No assentamento é comum que quem não possui acesso à internet em suas casas faça uso do espaço da Cooperarca-ZM para utilizar o Wi-Fi. Entretanto, quando o número de pessoas conectadas ao mesmo tempo é superior a 10, a conexão torna-se extremamente lenta. Durante a realização das oficinas de literacia digital no território, algumas vezes, esse problema foi vivenciado. É importante enfatizar que, considerando a proximidade do assentamento em relação ao centro urbano da cidade de Visconde do Rio Branco (2,8 km), não existem provedores de internet que façam a cobertura de toda a extensão territorial do local e aqueles disponíveis, em alguns pontos do território, são mais caros se comparados com a área urbana.

Os entraves para a conectividade não impedem a frequência de acesso à internet da maioria das participantes da pesquisa. Segundo as entrevistas, entre as 20 participantes, 15 mulheres fazem o uso diário da internet. Três participantes que não acessam a rede diariamente são moradoras do assentamento Olga Benário. As outras duas são as quilombolas Silvana e Renata, que por não saberem como utilizar as ferramentas digitais, declararam raramente acessar a internet.

Joana é a assentada mais velha da pesquisa (60 anos) e informa utilizar a internet semanalmente, a depender de suas necessidades de comunicação com familiares e amigos. A assentada estudou durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, mas durante as oficinas observamos que a mesma não sabe ler. Novamente a pesquisa indica a relação entre a escolaridade, a idade e o uso das TIC. Os dados da TIC Domicílios 2021 (CGI.br, 2022),

afirmam que as ações de comunicação online (troca de mensagens instantâneas, ligação por voz ou vídeo) são as atividades virtuais mais realizadas por usuários de 60 anos ou mais, como é o caso de Joana.

As assentadas Cristina e Simone, ambas com 18 anos, declararam que fazem o uso da internet com pouca periodicidade (quinzenalmente), recorrendo a mesma apenas para realizar trabalhos escolares. Buckingham (2010), chama atenção para o papel da escola na inclusão das TIC no cotidiano dos jovens e crianças, salientando que quando o incentivo ao uso das tecnologias acontece sem compreender a realidade das desigualdades existentes, a tendência é de que as diferenças sejam alimentadas. O autor lembra que são os meninos, as crianças da classe média e os brancos os que têm maior acesso à internet fora do ambiente escolar. No contexto desta pesquisa, as jovens Cristina e Simone não possuem Wi-Fi em suas casas e fazem uso da conexão por meio dos dados móveis (ambas) ou do Wi-Fi da cooperativa (Simone). É importante enfatizar que entre as cinco entrevistadas que não realizam o acesso diário à internet, três são negras. Isso ilustra como a raça, falta de literacia digital e as poucas condições de conexão (por disponibilidade e questões econômicas) impactam no uso das TIC pelas mulheres rurais, podendo também interferir em suas atividades de aprendizado escolar.

A presente pesquisa salienta a importância de analisar sob quais circunstâncias o acesso à internet está sendo realizado. Ao trabalhar a literacia digital, Borges e Oliveira (2011), enfatizam que o aparelho em que se realiza a conexão interfere diretamente nas opções de aproveitamento das tecnologias pelos usuários. Cientes da situação de vulnerabilidade econômica das participantes, buscamos verificar quem possuía celular e/ou computador e quem afirmava já ter utilizado um computador.

A tabela 2 a seguir mostra o cenário em relação a posse do celular pelas entrevistadas e seus territórios:

Tabela 2: Posse de celular nos territórios.

	Buieíé	Olga Benário
Têm celular	6	8
Não têm celular	2	4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2022.

Conforme a tabela 2, a maioria (14) das mulheres que participaram da pesquisa têm um celular próprio. Entre as oito mulheres moradoras do Buieíé, duas informaram que não têm um celular. Destacamos a situação da jovem Paloma que afirmou utilizar o celular de forma compartilhada com a mãe e o irmão. No assentamento Olga Benário, o compartilhamento do celular com os pais também acontece. Todas as quatro jovens que afirmaram não ter celular, declararam fazer o uso compartilhado do aparelho, contexto que reforça a perspectiva de

Hernandez, Lopez e Flores (2020), segundo a qual a autonomia das mulheres rurais em relação ao uso das TIC é limitada devido à necessidade de partilha dos celulares com seus familiares.

Chama atenção que, entre as seis participantes que não têm celular, quatro são negras, cinco são jovens de 18 anos e somente uma é mais velha, Silvana de 52 anos. O fato de Silvana não ter um celular é explicado pela mesma devido às dificuldades existentes para acessar a tecnologia (idade, alfabetização e não acesso a conexão). Já entre as jovens a inexistência de um celular próprio pode ser explicada pela vulnerabilidade econômica de suas famílias, cujas rendas *per capita* é inferior a R\$350,00. Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento Corporativo do Brasil (IDC Brasil, 2022), o valor médio de um celular no segundo trimestre de 2022 foi de R\$1.878,00, seja a forma de pagamento à vista ou parcelada. É possível inferir que para essas cinco famílias, dentre as quais três são negras, a prioridade em ter um celular é dos adultos, que realizam a gestão familiar.

Além do celular, a presença dos computadores nas casas das participantes também foi verificada. A tabela 3 apresenta as informações sobre a quantidade de mulheres que possuem um computador em cada território:

Tabela 3: Posse de computador nos territórios.

	Buieíé	Olga Benário
Têm computador	4	4
Não têm computador	4	8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2022.

Diferentemente do que acontece com o celular, a maioria (12) das participantes da pesquisa não possui um computador em suas casas. A situação corrobora os dados da pesquisa TIC Domicílios 2021 (CGI.br, 2022), de acordo com a qual a presença de computadores em domicílios rurais e pobres é inferior em relação às áreas urbanas e de casas com melhores condições econômicas. O CGI.br (2022) ainda afirma que, em um contexto pandêmico, esse cenário torna desigual as condições das famílias brasileiras na realização de ações como o trabalho, ensino remoto, acesso a serviços e lazer.

A preferência pela compra do celular entre as mulheres participantes da pesquisa pode ser justificada pelo fato de seus valores serem menores quando comparados com os computadores/notebooks. Segundo Silva (2019), o celular é utilizado como uma alternativa mais barata para as famílias em situação de baixa renda. Dessa forma, conseguem realizar acesso a conexão de internet e fazer uso das possibilidades digitais, mesmo que de maneira restrita. A pesquisa evidencia então que o aumento da internet nas áreas rurais tem acontecido devido à ampliação do uso do celular, reforçando os dados de Almeida e Henriques (2019).

Na comunidade quilombola do Buieió, quatro participantes disseram que possuem um computador/notebook em suas casas. Novamente todas são estudantes, sendo uma do Ensino Médio e as demais de graduação. Em contraponto, três quilombolas declararam que nunca utilizaram um computador (Cláudia, Renata e Silvana). Todas elas possuem mais de 34 anos e apenas Cláudia sabe ler e escrever, tendo sido escolarizada até o Ensino Médio incompleto. Novamente, o ambiente escolar se apresenta como um impulsionador do acesso às TIC pelas mulheres rurais, ao mesmo tempo que a pouca escolaridade tem sido um elemento que justifica o não acesso às tecnologias.

Entre as oito assentadas que afirmaram não ter um computador em suas casas, seis são mulheres pretas e pardas. Paralelamente, sete mulheres do Olga Benário disseram que nunca utilizaram esse equipamento, sendo seis delas negras, reforçando o impacto do marcador social da raça na realidade de exclusão dessas mulheres. As jovens Marcela e Cristina, que não têm computador em casa, mas já utilizaram o aparelho, disseram que seu uso acontece no ambiente escolar. Já Fernanda (38 anos), que possui um computador, afirmou que ele é utilizado apenas por seus filhos e que, por não saber direito como utilizar a tecnologia, nunca fez seu uso.

A maioria das participantes que afirmaram já ter utilizado um computador são jovens e estão matriculadas na escola ou em cursos do Ensino Superior, o que reforça a relação existente entre idade, literacia digital e a escolaridade. Entretanto, é necessário questionar o pouco incentivo para o uso do computador pelas participantes mais velhas, uma vez que mesmo aquela que possui o aparelho diz não ter interesse devido à inexistência da literacia digital. Isso impede que essas mulheres ocupem os espaços digitais e se apropriem de suas possibilidades.

Outro ponto em que é necessário prestar atenção é na interação dos marcadores sociais como raça, classe, escolaridade e outros, que acentuam as desigualdades entre aqueles que já se encontram em um grupo vulnerável, frisando a necessidade de uma análise interseccional. Entre as entrevistadas, chama atenção a situação da jovem Helena de 18 anos, moradora do Olga Benário. A participante se autodeclara preta, atualmente não estuda, não tem celular e nem computador e, diferentemente da maioria dos jovens de sua idade e até de seu território, afirmou que não sabe e nunca utilizou um computador. Essa realidade reflete as desigualdades que perpassam a sociedade brasileira, e que atinge de forma mais específica a população negra.

As condições de acesso às TIC das mulheres rurais, quilombolas e assentadas que participaram dessa pesquisa refletem o cenário nacional. Apesar do aumento do uso da internet após a emergência sanitária da Covid-19, isso ocorreu de forma desigual entre os diferentes grupos populacionais (CGI.br, 2022). Dessa forma, podemos afirmar que o potencial da internet

em auxiliar no desenvolvimento social e na garantia de direitos não está sendo apropriado por todos os brasileiros.

Em relação às mulheres rurais que participaram da pesquisa, confirmamos que as mesmas reconhecem a importância e as potencialidades das TIC para seu desenvolvimento individual e comunitário. Embora tenham múltiplas tarefas, que envolve trabalho doméstico, cuidado dos filhos, das produções familiares, estudos e organização comunitária, elas se disponibilizaram a participar das oficinas de literacia digital. As ações foram organizadas pelo grupo de pesquisa Meios – Comunicação, Relações Raciais e Gênero, da UFV, mas também foram demandadas por essas mulheres.

É interessante destacar as circunstâncias em que as oficinas foram realizadas nos territórios. Entre as condições para a participação das mulheres, estava a de que as oficinas fossem feitas aos fins de semana, preferencialmente aos sábados à tarde, quando já haviam concluído algumas de suas tarefas. Na comunidade quilombola do Buieié, os locais de realização das oficinas foram às casas das lideranças Aparecida e Luciana, uma vez que no espaço coletivo da comunidade não havia conexão de internet. As duas lideranças além de cederem suas residências, compartilharam o Wi-Fi com todos os presentes. Já no assentamento Olga Benário, todas as atividades foram realizadas na sede da Cooperarca-ZM, onde havia a disponibilidade do sinal Wi-Fi da cooperativa e o sinal móvel de algumas operadoras telefônicas. Todavia, nos dois territórios tivemos problemas em relação a conexão durante as oficinas devido ao número de pessoas conectadas de forma simultânea. As figuras 3 e 4 ilustram a realidade durante as oficinas de literacia digital nos respectivos territórios:

Figura 3: Realização da oficina de Técnicas de Fotografia no Buieié.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Figura 4: Realização da oficina de Redes Sociais no Olga Benário.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Além dos problemas relativos à conexão, não havia uma infraestrutura adequada para comportar a quantidade de pessoas que participavam das oficinas. Isso fez com que fosse necessário dividir os participantes em dois grupos para assistir às oficinas (no Buieió) e criar estratégias de acomodação (no Olga Benário). Outra questão importante, é a presença das crianças durante a realização das oficinas em ambos os territórios. Elas estavam acompanhando suas mães ou cuidadoras, mas não participavam inteiramente das atividades (devido a idade e indisponibilidade de celulares para realização das ações), o que acarretou em muitos momentos de desatenção e saída das mulheres, interferindo em seu aprendizado.

O contexto demonstra o engajamento das quilombolas e assentadas em aprender a fazer o uso das TIC, mesmo com pouco tempo disponível e com possibilidades de conexão e aproveitamento restritas. Isso salienta a urgência da criação de políticas públicas para a inclusão digital das mulheres rurais e demais populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A última seção deste capítulo analisa como as mulheres que participaram das oficinas de literacia digital se apropriaram do conteúdo ensinado para auxiliar na geração de renda, individual e coletiva, e nas ações de articulação de seus respectivos territórios. Além disso, também serão apresentados os principais usos das mídias digitais feitos pelas mulheres.

3.4 O uso das mídias digitais e o impacto das oficinas de literacia digital

A apropriação das TIC e das oportunidades disponíveis nos ambientes digitais, pelas mulheres rurais, contribuiu para sua autonomia e permite que elas realizem ações como: avaliar os conteúdos e informações que acessam; produzir conteúdo sobre si, sua cultura e modos de vida; fortalecer o processo produtivo – por meio do acesso a conhecimentos e formas de escoamento da produção; adotar estratégias de comunicação e mobilização social em seus territórios; entre outras (IICA, 2020; ROTONDI *et al.*, 2020). Dessa forma, caminham para a democratização da comunicação, enfrentam o hiato digital de gênero e utilizam as facilidades existentes nas TIC para promover seu desenvolvimento social.

A pesquisa com as mulheres quilombolas e assentadas revela que as oportunidades digitais são alcançadas pelas mesmas principalmente via redes sociais, sendo citadas especialmente o WhatsApp, o Facebook e o Instagram. Somente a jovem Paloma afirmou ter um perfil na rede social TikTok⁵⁶, utilizado para seu lazer. Quatro participantes afirmaram que não possuem nenhuma rede social.

As jovens assentadas Cristina e Simone não possuem celulares ou computadores próprios e acessam a internet via dados móveis, com frequência quinzenal ou devido às necessidades da escola, motivos que são utilizados como justificativa para não terem perfis em redes sociais. Duas entrevistadas quilombolas informaram que não têm nenhuma rede social, Silvana e Renata. Contudo, durante as oficinas de literacia digital na comunidade do Buieié, verificamos que Renata possuía o WhatsApp em seu celular, mas, por não saber ler e ter dificuldades com as tecnologias, seu uso era bastante restrito. Foi durante as oficinas que a quilombola aprendeu a enviar áudios e fazer ligações por meio do aplicativo.

O WhatsApp foi citado por 15 entrevistadas como uma das redes sociais que utilizam diariamente. Esse aplicativo, lançado em 2009, permite o envio e recebimento de mídias variadas como textos, áudios, fotos, vídeos, documentos e localização, além da realização de chamadas de áudio e vídeo⁵⁷. Embora o aplicativo seja de uso gratuito, para utilizar o WhatsApp é necessário ter acesso à internet ou uma conexão Wi-Fi, um celular que suporte o aplicativo e uma linha telefônica ativa⁵⁸. Por isso, o aplicativo é descrito como uma importante ferramenta

⁵⁶ O TikTok é uma rede social voltada para o compartilhamento de vídeos curtos. Segundo o site da empresa a sua missão é “inspirar a criatividade e trazer alegria”. Disponível em: <https://www.tiktok.com/about?lang=pt_BR>. Acesso em: 30 abr. 2023.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.whatsapp.com/about/?lang=pt_br>. Acesso em: 27 abr. 2023.

⁵⁸ É importante ressaltar que, no Brasil, atualmente as operadoras telefônicas podem cancelar a linha telefônica por falta de recarga ou pagamento da fatura (em caso de linhas pós-pagas). Segundo a Anatel, existem regras, prazos e avisos que devem ser respeitados antes que isso aconteça. Contudo, após 180 dias sem o pagamento da fatura ou a recarga realizada, a linha é suspensa e pode ser transferida para outra pessoa após 90 dias. No caso das

que possibilita o contato com familiares e amigos, sem “gastar muito os dados”, como afirma a participante Marcela. Esse contexto reforça a colocação de Silva (2019), de que o celular tem sido utilizado como uma alternativa mais barata para promover a comunicação e o acesso à internet no meio rural.

Entre as mulheres do assentamento Olga Benário que participam das articulações do MST, o WhatsApp é tido como uma ferramenta de comunicação essencial, pois permite o contato de forma local, regional, estadual e nacional com mais facilidade, além de ser um canal de comunicação direta com as lideranças e apoiadores do movimento. Roberta, que trabalha na gestão da Cooperarca-ZM e sozinha administra três celulares (um pessoal e dois da cooperativa), destaca que realiza o uso do aplicativo por mais de 10 horas por dia. As mulheres quilombolas da comunidade Buieie também enfatizam o uso do WhatsApp como uma ferramenta de articulação interna, e a níveis regionais, estaduais e nacionais.

Durante o período de distanciamento social, imposto pela pandemia da Covid-19, ambos os territórios utilizaram o aplicativo de forma estratégica para vender seus produtos no formato *delivery* e garantir minimamente a renda de algumas famílias. Segundo as participantes do Olga Benário, elas divulgavam para os clientes da cidade de Visconde do Rio Branco os produtos disponíveis semanalmente e assim combinavam as entregas, que eram realizadas pelos próprios assentados. Da mesma forma, no quilombo Buieie, os produtos eram divulgados e entregues em dia determinado na cidade de Viçosa. Diferente do assentamento, na comunidade quilombola as entregas eram feitas pelas principais lideranças e muitas vezes com o auxílio dos serviços de transporte particular. Esse cenário evidencia a importância do acesso e apropriação das TIC para a inclusão das mulheres nos processos econômicos e de tomada de decisão, conforme apontam Silva (2017) e Rotondi *et al.* (2020).

Em relação ao Facebook e ao Instagram, constatamos que existem semelhanças nas funcionalidades utilizadas nos dois aplicativos. O Facebook é uma plataforma que surgiu em 2004 e que tem como missão possibilitar aos usuários se conectar com amigos, familiares e comunidades de pessoas com interesses em comum⁵⁹. Já o Instagram é uma rede social voltada para o compartilhamento de fotos e vídeos, lançada em 2010, que busca ser um local “onde as pessoas podem se expressar, se sentir mais próximas daqueles que gostam e transformar a

mulheres, quilombolas e assentadas, que participam da pesquisa, mesmo que suas casas não tenham a cobertura móvel das operadoras, precisam realizar a recarga do celular para manterem sua linha telefônica ativa.

⁵⁹ Disponível em: <<https://about.meta.com/br/technologies/facebook-app/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

paixão em uma forma de ganhar dinheiro⁶⁰”. A própria descrição do Instagram já revela a potencialidade de geração de renda através do aplicativo.

Embora tenham surgido em momentos e com objetivos diferentes, atualmente, as redes sociais Facebook e Instagram compõem o Grupo Meta, empresa de comunicação que atualmente faz a gestão dos aplicativos WhatsApp, Messenger, Facebook e Instagram. Por esse motivo, essas redes sociais possuem alguns recursos iguais ou compartilhados, recursos iguais, permitindo aos usuários enviar mensagens de uma conta do Messenger para outra no Instagram Direct, ou realizarem publicações simultâneas de fotos, *stories*⁶¹ e *reels*⁶², por exemplo. Para implementar as postagens de forma síncrona, é necessário que os usuários possuam perfis conectados nas redes sociais Facebook e Instagram. Por isso, é comum haver semelhanças entre os usos dessas plataformas.

Entre as mulheres participantes desta pesquisa, sete participantes declararam não ter um perfil na rede social Facebook, sendo três quilombolas (Amanda, Silvana e Renata) e quatro do assentamento Olga Benário (Mônica, Eliza, Cristina e Simone). Já em relação ao Instagram, oito entrevistadas disseram não ter um perfil nessa rede social, quatro quilombolas (Bianca, Cláudia, Silvana e Renata) e quatro assentadas (Fernanda, Eliza, Cristina e Simone). A justificativa das participantes Silvana e Renata tem relação com as dificuldades encontradas por elas para o uso das tecnologias. Da mesma forma, Cristina e Simone explicam não ter um perfil nas redes sociais devido às suas restrições para realizar o acesso à internet. As jovens Mônica e Amanda, ambas de 18 anos, declararam não ter interesse na rede social Facebook, assim como as participantes Bianca (35 anos) e Cláudia (34 anos) dizem não ter vontade de acessar o Instagram.

Destacamos, que o pouco interesse em utilizar as redes sociais, principalmente pelas participantes mais velhas, pode estar associado às dificuldades socioeconômicas relacionadas ao uso das TIC, como apontam Escosteguy, Felippi e Sifuentes (2020). Também notamos que a rejeição das participantes em relação ao uso dos aplicativos está relacionada com a vergonha de não saber como utilizar suas funcionalidades, seja por não saber ler ou pela inexistência da literacia digital.

Nesse sentido, o caso da assentada Eliza (58 anos) é interessante, pois, apesar de afirmar não ter um perfil no Facebook ou no Instagram, constatamos que a participante não sabia ler e

⁶⁰ Disponível em: <<https://about.meta.com/br/technologies/instagram/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

⁶¹ Os *stories* são uma funcionalidade do Instagram que permite o compartilhamento temporário de fotos e vídeos, as quais ficam disponíveis somente por 24 horas.

⁶² Os *reels* são uma função do Instagram que possibilita a criação, edição e compartilhamento de vídeos curtos.

tinha dificuldade no manuseio dos aplicativos, e por isso não utiliza ambas as redes sociais (nas quais ela já tem um perfil criado). Outra situação que chama atenção é a da assentada Geovana (28 anos), que tem um perfil no Instagram, mas não sabe como utilizar a plataforma. Ela diz que gostaria de aprender a postar fotos e vídeos dos bolos e quitutes que produz para divulgar o seu trabalho, motivo pelo qual estava participando das oficinas de literacia digital.

O gráfico 1 mostra os principais usos dos aplicativos Facebook e Instagram pelas participantes da pesquisa que possuíam redes sociais. Ressaltamos que algumas entrevistadas informaram fazer uso de mais uma funcionalidade, sendo assim, o gráfico considera a quantidade de vezes em que cada função foi citada.

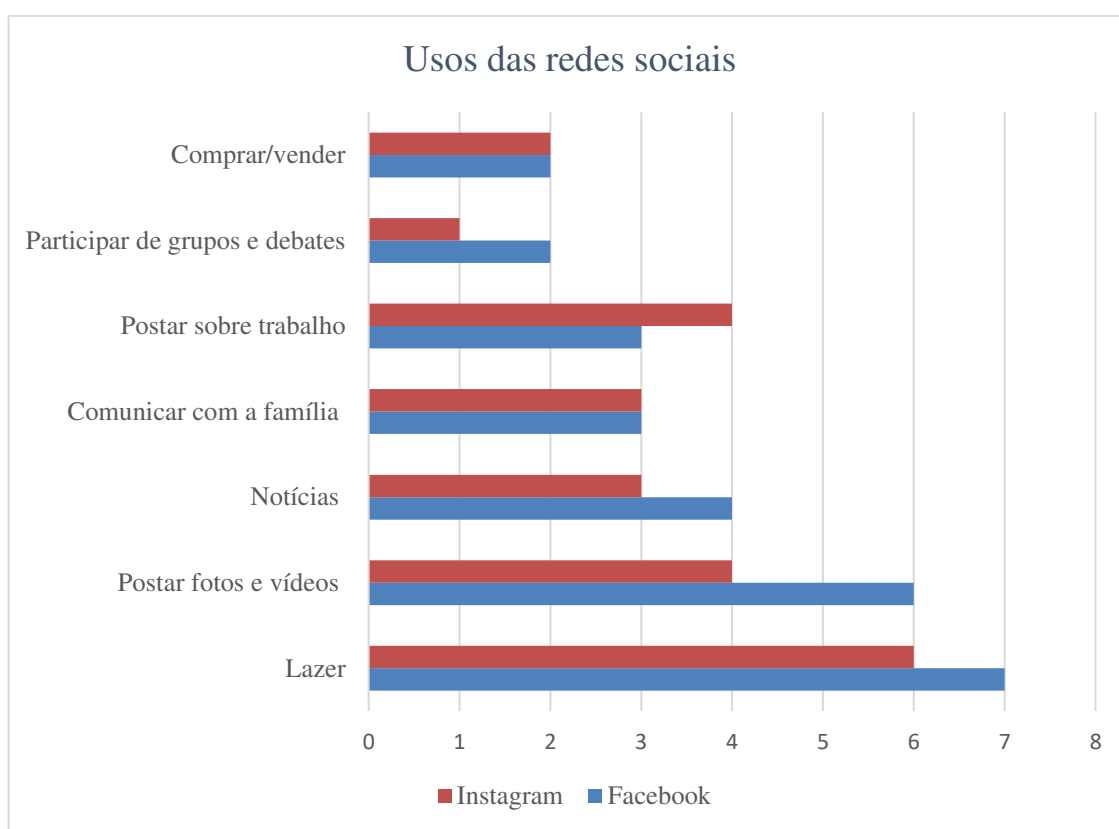


Gráfico 1. Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa, 2022.

Segundo o gráfico 1, a função mais citada pelas participantes para o Facebook e o Instagram foi lazer. Chama atenção a fala da entrevistada Joana que não sabe ler, mas usa as redes sociais para ver fotos e vídeos. Segundo ela, o Facebook é bom porque “não acaba”, referindo-se ao “Feed de notícias” do aplicativo que tem atualizações instantâneas e, consequentemente, infinitas. Da mesma forma, a participante Luana destaca que perde a noção do tempo vendo as novidades postadas na plataforma, “já cheguei até a queimar o arroz porque estava mexendo no Facebook”.

Postar fotos e vídeos é a segunda possibilidade mais citada pelas participantes ao utilizarem o Instagram e o Facebook, essa função está relacionada ao mesmo tempo com o

trabalho e o lazer de algumas mulheres. A quilombola Paloma, que atua como trancista na comunidade de forma esporádica, informou utilizar ambas as redes para divulgar seu trabalho através da postagem de fotos e vídeos. Entre as lideranças dos territórios como as quilombolas Luciana e Aparecida, e a assentada Roberta, as publicações são divididas entre questões pessoais e as articulações realizadas em seus territórios. Ao tratar da importância do Instagram para o MST, Roberta afirma “o WhatsApp é bom para articular, mas o Instagram é bom para mostrar”. Nesse sentido, fica evidente as diferentes estratégias dos movimentos sociais para promover a visibilidade de suas causas utilizando as redes sociais.

Somente quatro participantes disseram fazer uso do Facebook para acessar notícias, sendo três quilombolas e uma assentada. Semelhantemente, apenas três mulheres usam o Instagram para se informar. A jovem do assentamento Mônica ressaltou que somente acessa as notícias de perfis como o Mídia Ninja⁶³ no Instagram. Segundo as assentadas Fernanda e Aline, elas não acessam as notícias das redes sociais por “medo das *Fake News*”.

A consciência das mulheres do Olga Benário diante a desinformação pode ser justificada pelo trabalho realizado pelo MST na formação política de seus militantes, especialmente durante a pandemia da Covid-19, como revela a pesquisa de Leal (2023, no prelo). Contudo, lembramos que existem perfis que podem ser confiáveis e links que levam a sites seguros disponíveis nas plataformas do Facebook e do Instagram. Como apontam Landry e Basque (2019), é necessário que as mulheres desenvolvam a literacia digital para saber qual informação é verdadeira e quais sites são confiáveis, fazendo um uso crítico dos aplicativos e não deixando de aproveitar suas facilidades por medo.

As demais oportunidades existentes em ambas as redes sociais são citadas poucas vezes pelas entrevistadas, revelando que muitas mulheres não estão se apropriando de todas as possibilidades existentes nos ambientes digitais, caracterizando o hiato digital de gênero de segundo nível (ROTONDI *et al.* 2020). Comunicar-se com a família foi uma funcionalidade citada por três participantes para ambas as redes sociais. Paralelamente, a facilidade de usar as plataformas para postar sobre trabalho é citada por três entrevistadas que usam Facebook e quatro que utilizam Instagram. Participar de grupos e debates é uma ação adotada somente por duas participantes que têm Facebook e uma que tem Instagram. Duas mulheres disseram utilizar o Facebook para vender/comprar e outras duas afirmaram fazer isso no Instagram. Salientamos que a faixa etária das mulheres que informaram utilizar as funcionalidades listadas acima está

⁶³ “A Mídia Ninja – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – é uma rede descentralizada que produz e difunde conteúdos e pautas invisibilizadas pela Grande Mídia”. Disponível em: <<https://midianinja.org/sobre/>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

entre 18 e 34 anos, comprovando que a idade é um marcador social que interfere no aproveitamento das TIC.

É necessário ressaltar que quando as participantes declaram fazer postagens sobre trabalho, estão se referindo às mobilizações feitas em seus territórios, como também aos empreendimentos pessoais que realizam. Destarte, caracteriza o uso das TIC pelas mulheres rurais para a geração de renda e também para auxiliar nas articulações sociais, corroborando com as afirmações de Rotondi *et al.* (2020) sobre as potencialidades existentes no uso das TIC pelas mulheres rurais. Considerando que foram entrevistadas 20 mulheres nessa pesquisa, o número de mulheres que utilizam as redes sociais para gerar renda e se mobilizar ainda é pequeno (5 participantes), reforçando a necessidade do desenvolvimento da literacia e inclusão digital das mulheres rurais, especialmente as mais velhas e pouco escolarizadas.

O papel dos mais jovens nos territórios estudados em relação à tecnologia é frisado pelas mulheres participantes da pesquisa. De acordo com Escosteguy, Felippi e Sifuentes (2020), muitas vezes são os mais novos e em idade escolar os responsáveis pela instalação da internet nas casas rurais e pela introdução das TIC nas famílias. Quatro quilombolas e cinco assentadas disseram que aprenderam a utilizar minimamente as TIC por intermédio de pessoas mais novas, sendo citados filhos, marido, sobrinhos, neto e outras mulheres.

Como exposto, o hiato digital de gênero, primeiro e segundo nível, articulado com outros marcadores sociais como o território, a raça, a classe, a escolaridade e a idade, tem se apresentado como impedimento ao aproveitamento das TIC pelas mulheres rurais quilombolas e assentadas da pesquisa. No entanto, as mulheres têm se articulado mediante a ausência de políticas públicas para o enfrentamento da situação. Um dos exemplos são as oficinas de literacia digital demandadas pelas entrevistadas e realizadas em seus territórios entre os meses março e maio de 2022. O próximo subtópico mostra alguns dos resultados obtidos por meio da realização das oficinas.

3.4.1 A produção de conteúdo após as oficinas de literacia digital

Para analisar a aplicação das habilidades ensinadas nas oficinas de literacia digital pelas mulheres rurais, foi realizada uma análise de conteúdo (BARDIN, 2011) das redes sociais Facebook e Instagram de cada território, as quais são gerenciadas, principalmente, por algumas entrevistadas. É importante lembrar que o principal objetivo das oficinas foi ampliar o uso das TIC pelas mulheres rurais, promovendo sua autonomia em relação à produção de conteúdo. As oficinas, realizadas durante o primeiro semestre de 2022 nos territórios, podem ser divididas em três temas gerais: Canva, Técnicas de fotografia para celular e Redes Sociais. Dessa forma,

abordamos apenas um aspecto de literacia digital, sendo necessárias outras ações para o aprofundamento dessa perspectiva crítica de apropriação das TIC pelas quilombolas e assentadas.

Cada território possui um perfil na rede social Instagram. O do assentamento Olga Benário é @cestasagroecologicasvrb⁶⁴ e, até abril de 2023, contava com 52 postagens e 823 seguidores. A primeira publicação da conta datava de 20 de março de 2020, coincidindo com o início da crise sanitária da Covid-19 no Brasil. Isso evidencia que a criação do perfil no Instagram se deu como uma estratégia para a divulgação dos produtos do assentamento em meio a pandemia, como relatam também as assentadas. O nome de usuário adotado e o nome do perfil “Cestas Agroecológicas VRB” são uma orientação do MST para os perfis dos assentamentos/acampamentos nas redes sociais. A intenção é demarcar que os produtos são agroecológicos e consolidar a imagem do MST de forma unificada. Dessa forma, cada assentamento ao criar o seu perfil no Instagram usa a expressão “Cestas Agroecológicas” seguida da abreviação de suas respectivas cidades, como JF (Juiz de Fora – MG) e BH (Belo Horizonte – MG). O assentamento Olga Benário não possuía uma página no Facebook durante a realização desta pesquisa.

O perfil da comunidade quilombola do Buieie no Instagram é @feiraquilombolabuieie⁶⁵ e, até abril de 2023, contabilizava 77 publicações e 746 seguidores. A primeira postagem do perfil foi em 30 de abril de 2021. Os quilombolas também possuem uma página no Facebook, com o nome “Feira de Agricultura Familiar Quilombola Buieie”⁶⁶, criada em 27 de março de 2021 e que, até abril de 2023, somava 619 curtidas e 640 seguidores. A página no Facebook e o perfil no Instagram da feira quilombola estão vinculados entre si, fazendo com que muitas publicações sejam simultâneas. Por esse motivo, analisamos as duas redes sociais da comunidade quilombola.

É necessário destacar que a realização da feira recebe o apoio de projetos de extensão da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e antecede o período da pandemia da Covid-19. A primeira feira quilombola foi realizada em 2019 e buscava promover a geração de renda na comunidade, por meio da economia popular e solidária, além da divulgação e o fortalecimento dos saberes ancestrais. Antes da necessidade do distanciamento social, o evento acontecia mensalmente na comunidade. Durante o período pandêmico, a feira presencial foi suspensa e

⁶⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/cestasagroecologicasvrb/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/feiraquilombolabuieie/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/feiraquilombolabuieie/about_profile_transparency>. Acesso em: 30 de abr. 2023.

as vendas aconteciam somente no formato *delivery*. Em abril de 2022 as feiras presenciais voltaram a acontecer.

O perfil no Instagram do Assentamento Olga Benário é gerenciado principalmente pelas participantes Mônica e Roberta. Ambas as entrevistadas trabalham na gestão da Cooperarca-ZM e afirmam que, por isso, são as responsáveis pelo perfil. Segundo Roberta, devido ao elevado número de funções que possui no assentamento seu apoio é mais pontual. A jovem Mônica informou ter dificuldades para administrar o perfil, pois está sem um celular próprio, tendo que utilizar os da cooperativa, os quais geralmente também são solicitados por outras pessoas. A entrevistada relatou que já pediu a outros assentados para assumirem a função, mas todos alegaram não ter o domínio necessário. A centralização das ações de gestão no território do assentamento, sobre as mulheres, gera um acúmulo de tarefas que impede o aproveitamento das tecnologias e o desenvolvimento da literacia digital pelas mesmas.

Dessa forma, além das dificuldades em relação à conexão e o uso das TIC, as assentadas enfrentam a escassez de equipamentos e de pessoas capacitadas para gerir sua única rede social. Esse contexto corrobora com os apontamentos de Crisóstomo, Melo e Terso (2022) sobre a produção de conteúdo para ambientes virtuais pelas famílias rurais. De acordo com os autores, o fato de haver poucas famílias produzindo conteúdo e somente sendo consumidoras de terceiros está relacionado com a “falta de condições materiais como acesso a dispositivos com capacidade de edição e armazenamento em contextos nos quais a comunicação já é reconhecida como uma aliada nas lutas” (ibidem, p. 41).

A negligência do poder público em relação às dificuldades comunicacionais existentes no assentamento Olga Benário é sintomática e a realidade apresentada na pesquisa evidencia a necessidade de investimentos públicos em redes de internet e capacitação dos usuários para o uso e apropriação das TIC. Como afirma o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2020), o enfrentamento aos hiatos que atingem as mulheres rurais é um aspecto fundamental para o desenvolvimento dos países e da criação de sociedades mais justas.

Para essa pesquisa, analisamos as postagens do feed nos perfis de cada território durante os meses de janeiro a junho de 2022, período que abrange os *posts* feitos antes, durante e após as oficinas de literacia digital. Contudo, a conta no Instagram do assentamento Olga Benário realizou somente três publicações no feed durante todo o ano de 2022. A única postagem dentro do período em análise aconteceu no dia 17 de junho de 2022 e é um vídeo da professora aposentada Irene Cardoso, da UFV, feito em comemoração ao aniversário do assentamento.

Como as publicações realizadas no Instagram do assentamento são escassas, buscamos verificar se as mulheres que participaram das oficinas de literacia digital utilizaram os

aprendizados em seus perfis pessoais. Durante as entrevistas, a assentada Luana afirmou que as oficinas de literacia digital foram muito importantes para que ela pudesse aprender a fazer montagem com fotos e elaborar convites, além de despertar nela o desejo de instalar um provedor de internet em sua casa. A assentada tem como ocupação secundária as atividades de sacoleira e quitandeira, atuando também na padaria do assentamento. A figura 5 a seguir mostra uma das artes elaboradas por Luana na plataforma Canva e que, conforme declarou, foi compartilhada com seus clientes em seu WhatsApp e Instagram.

Figura 5: Arte de divulgação elaborada pela entrevistada Luana.



Fonte: Acervo pessoal de Luana, 2022.

O conteúdo apresentado na figura 5 tem relação com os serviços oferecidos pela padaria do assentamento e tem a intenção de divulgá-los. Da mesma forma, a entrevistada Geovana elaborou uma arte no Canva (figura 6) para divulgar os bolos que produz sob encomenda.

Figura 6: Arte de divulgação elaborada pela entrevistada Geovana.



Fonte: Acervo pessoal de Geovana, 2022.

A participante Geovana inicialmente havia dito que gostaria de aprender a utilizar o Instagram para postar os seus serviços no aplicativo; ao fim das oficinas a mesma declarou ter compreendido como funciona a rede social e que iria iniciar suas postagens. A figura 6 mostra que ela conseguiu se apropriar dos ensinamentos das oficinas de literacia digital (Canva) e produzir conteúdo para postar em sua rede social.

Ao analisar o aproveitamento dos conteúdos ensinados nas oficinas pelas mulheres assentadas, percebemos que a plataforma Canva foi priorizada. Nesse sentido, para as assentadas é mais importante elaborar uma arte que possa ser encaminhada via WhatsApp do que realizar uma publicação nas páginas do Facebook e do Instagram. A participante Luana revela que utiliza o WhatsApp para atender seus clientes e que o envio de fotos e *cards*, facilita a visualização e divulgação dos seus serviços e das ações comunitárias. Ressaltamos que o uso do aplicativo é mais fácil e intuitivo do que as outras redes sociais, o que pode justificar a preferência pelas assentadas.

Somente as assentadas Geovana e Luana afirmaram que têm utilizado as técnicas ensinadas nas oficinas de literacia para realizar a produção de conteúdo para redes sociais. As demais residentes do Olga Benário possuem explicações distintas para a não realização da produção de conteúdo. As jovens Mônica, Helena, Cristina e Simone não possuem um celular próprio e afirmaram que isso as impede de se apropriar efetivamente das TIC. Roberta explica que já possui muitas demandas e que por isso não se dedicou à produção de conteúdo. As assentadas Eliza e Joana são as entrevistadas mais velhas do território e não sabem ler, o que faz com que precisem de auxílio para realizar determinadas ações nos aplicativos, limitando o seu uso. As entrevistadas Aline e Fernanda não explicaram os motivos que as impossibilitaram de realizar as ações ensinadas.

Podemos perceber que existem diversos contextos em relação ao uso e apropriação das TIC entre as mulheres assentadas que participaram da pesquisa. Nesse sentido, a análise interseccional auxilia no processo de compreensão dessas realidades e na criação de estratégias para o enfrentamento dos hiatos digitais que atingem essas mulheres. Os marcadores sociais de raça, gênero, território, escolaridade e renda têm se apresentado como os principais empecilhos para o desenvolvimento da literacia digital pelas assentadas. São as mulheres mais velhas e pouco escolarizadas que precisam de mais assistência para realizar o uso das tecnologias. A raça e a renda interferem na compra de aparelhos e no acesso à internet pelas moradoras do Olga Benário. Além disso, a superjornada de trabalho realizada pelas mulheres rurais limita o tempo de uso das TIC pelas mesmas, impedindo seu aproveitamento e o desenvolvimento da literacia digital.

Diferentemente do que aconteceu no perfil do Instagram do assentamento, a conta da comunidade quilombola do Buieié realizou 42 postagens em suas redes sociais, Facebook e Instagram, entre os meses de janeiro e junho de 2022. Entre as publicações, 18 foram realizadas de forma simultânea em ambos os perfis nas redes sociais, 21 foram feitas somente no Facebook e três somente no Instagram. A facilidade de compartilhar as publicações de forma síncrona no Facebook e no Instagram auxilia na produção de conteúdo e alinhamento da comunicação feita nas duas redes sociais. Observamos que quatro publicações realizadas de forma individual no Facebook e no Instagram possuíam o mesmo conteúdo e poderiam ter sido postadas de forma simultânea, evitando o retrabalho dos administradores das contas.

Os perfis do Buieié são gerenciados principalmente pelas entrevistadas Luciana e Aparecida, porém existem outras pessoas que possuem acesso às contas, o que pode justificar a diferença nas postagens com o mesmo conteúdo. Ao mesmo tempo, o desconhecimento do recurso de compartilhamento no Facebook pode ser outra hipótese que explica a situação. Apesar de outras pessoas terem acesso às contas do Buieié, a produção de conteúdo para a alimentação das redes está centralizada nas lideranças do quilombo, Luciana e Aparecida. Ressaltamos que ambas são estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo (Licena) na UFV e estão vinculadas aos projetos de extensão que auxiliam na construção da feira. Dessa forma, Aparecida e Luciana são referências dentro e fora da comunidade quilombola, acumulando demandas que podem afetar a sua disponibilidade para a produção de conteúdo.

As 42 publicações realizadas no período analisado foram categorizadas conforme o seu conteúdo, a fim de compreender quais estratégias comunicacionais são realizadas no Instagram da feira quilombola. Ao todo foram criadas oito categorias:

- Divulgação da feira quilombola: com 15 publicações, esta categoria abrange todos os *posts* relacionados às ações de divulgação da realização da feira de forma presencial na comunidade. É nesta categoria que está o único *reels* postado no período de análise.
- Oficinas: com nove postagens, este grupo soma todas as ações voltadas para a divulgação das oficinas realizadas na comunidade quilombola, as quais muitas vezes são desenvolvidas por projetos de extensão da UFV.
- Aulas de capoeira: somando sete *posts*, aqui estão todas as atualizações relacionadas as aulas de capoeira que acontecem no quilombo.
- Homenagens: com três publicações, esta categoria contém as peças comunicacionais que faziam homenagem aos membros da comunidade.

- Divulgação de produtos: três postagens compõem este grupo, as quais buscam divulgar os produtos confeccionados pelos quilombolas.
- Oportunidades e editais: as duas publicações que fazem parte dessa categoria são artes de divulgação sobre uma seleção realizada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UFV; estas são as únicas peças comunicacionais elaboradas por alguém externo e divulgadas na página da feira quilombola durante o período.
- Reuniões internas: com dois *posts*, este grupo abarca as publicações que visam divulgar as articulações internas realizadas na comunidade quilombola.
- Mobilizações externas: única categoria com apenas uma postagem, a qual se refere à participação dos quilombolas em uma reunião com os vereadores e o secretário de agricultura da cidade de Viçosa acerca da condição das estradas rurais.

As publicações realizadas nos perfis da Feira Quilombola do Buieíé representam as diferentes possibilidades de apropriação das TIC e ocupação dos espaços digitais. Os conteúdos produzidos têm funções diferenciadas como a geração de renda, a promoção cultural, a divulgação de oportunidades e mobilizações sociais, além das ações de valorização dos membros da comunidade. Nesse sentido, podemos inferir que as mulheres rurais desse território têm utilizado o Facebook e o Instagram como ferramentas de valorização de sua cultura e modos de vida, e também, como aliados em suas lutas pela garantia de direitos.

Ao analisar o feed do Instagram da comunidade quilombola é possível perceber a evolução das publicações realizadas antes, durante e após as oficinas de literacia digital. As figuras 7 e 8 mostram algumas dessas diferenças:

Figura 7: Perfil antes das oficinas.



Fonte: Instagram da Feira Quilombola.

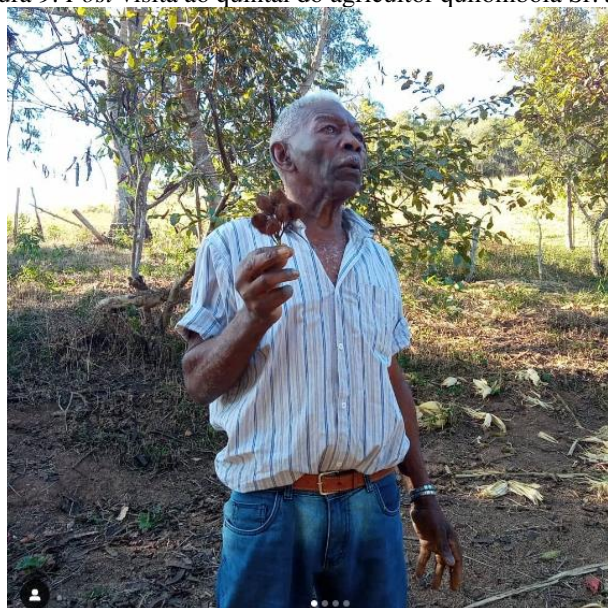
Figura 8: Perfil depois das oficinas.



Fonte: Instagram da Feira Quilombola.

Pode-se inferir que as lideranças Luciana e Aparecida se apropriaram de alguns dos ensinamentos sobre produção de conteúdo para as mídias digitais. O Feed do Instagram da Feira Quilombola antes da realização das oficinas contava apenas com fotos e montagens dos produtos comercializados e serviços oferecidos. Após as oficinas, é possível identificar uma mudança estética no posicionamento da conta, que agora elabora artes para determinadas publicações e tem buscado realizar *posts* com mais periodicidade. Analisando a forma como as postagens eram feitas antes e depois das oficinas de literacia digital, as duas publicações (figuras 9 e 10) sobre as visitas técnicas realizadas nos quintais dos agricultores quilombolas do Buieié, é possível perceber a mudança no posicionamento nas redes sociais.

Figura 9: *Post* visita ao quintal do agricultor quilombola Sr. João.



Fonte: Instagram da Feira Quilombola.

Figura 10: *Post* visita ao quintal da agricultora quilombola Marina.



Fonte: Instagram da Feira Quilombola.

As figuras 9 e 10 mostram a diferença na produção de conteúdo pelas quilombolas. Observamos a substituição dos prints e montagens de fotos, pelo uso da plataforma Canva para a criação de artes e *cards* que visam comunicar de forma mais explicativa as ações realizadas no território. Além disso, a adoção da logo e a padronização das publicações auxiliam na criação da imagem e da identidade visual da Feira Quilombola, gerando mais credibilidade para suas ações comunicacionais.

O maior aproveitamento dos conteúdos das oficinas de literacia digital na comunidade quilombola Buieíé pode estar relacionado com o maior nível de escolaridade das lideranças que

realizam a gestão das redes sociais, as participantes Aparecida e Luciana. O uso das ferramentas digitais para a produção de conteúdo para as redes sociais e como estratégia de mobilização da comunidade é nítido, porém chamamos atenção para a centralização das ações nas mulheres lideranças do território. Durante a pesquisa, constatamos que poucos quilombolas dizem ter condições para auxiliar na produção de conteúdo e gestão das redes sociais, devido à falta de acesso às tecnologias ou à pouca capacitação para seu uso.

De forma geral, é possível afirmar que as oficinas de literacia digital realizadas nos respectivos territórios tiveram impactos significativos na produção de conteúdo pelas mulheres rurais, quilombolas e assentadas. A apropriação da plataforma Canva em ambos os territórios é notória, evidenciando a importância dada pelas mulheres rurais em aperfeiçoar suas formas de divulgar seus produtos e serviços, além de ser uma estratégia de visibilidade para suas causas e ações. As mulheres quilombolas, apresentam ainda, um aperfeiçoamento na gestão de suas respectivas redes sociais. Contudo, destacamos que a produção de conteúdo ainda acontece de forma centralizada em algumas mulheres lideranças. Isso se dá, pela falta de literacia digital e pelas dificuldades econômicas que interferem no acesso às TIC pelas quilombolas e assentadas. Além disso, enfatizamos a necessidade da alfabetização para o aproveitamento das tecnologias pelas mulheres, durante a pesquisa observamos que a defasagem no acesso às TIC, está diretamente relacionada com o acesso à educação.

Lembramos que somente após a pandemia da Covid-19 tiveram início as ações de formação acerca da literacia digital nos territórios, as quais foram desenvolvidas como projetos de extensão da UFV e, por isso, podem não ser contínuas. Isso reforça a necessidade da criação de políticas públicas e investimento governamental para o enfrentamento ao hiato digital de gênero e a falta da literacia digital que atinge essas mulheres rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação é resultado da interface entre pesquisa e extensão proporcionada pelo Grupo de Pesquisa Meios – Comunicação, Relações Raciais e Gênero. Durante os dois anos de realização da pesquisa pude me inserir nos territórios estudados, conhecer as mulheres envolvidas no trabalho e experienciar os entraves em relação ao acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), principalmente as dificuldades de conexão à internet nas áreas rurais. Mesmo com os desafios em relação às condições de uso e apropriação das TIC, a análise concluiu que essas tecnologias têm sido utilizadas como uma ferramenta que auxilia nas lutas sociais, na geração de renda e na manutenção dos laços comunitários na comunidade quilombola do Buieié e no assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Olga Benário.

As mulheres rurais, importante liderança em seus territórios, se articulam para promover o acesso à internet e buscam desenvolver as habilidades de literacia digital mediante os entraves sociais e a inércia do poder público em relação às suas dificuldades. As oficinas de literacia digital, realizadas em ambos os territórios, foram uma demanda das mulheres que reconhecem as potencialidades presentes no uso das TIC. Em 2021, na comunidade quilombola do Buieié, onde as possibilidades de acesso à internet são mais limitadas, houve uma mobilização organizada pelas mulheres e lideranças para viabilizar a contratação de um serviço de prestação de internet pelo maior número possível de moradores do quilombo. Contudo, somente 15 casas apresentaram condições econômicas para adquirir o serviço.

Os laços de solidariedade e coletividade, presentes tanto na comunidade quilombola quanto no assentamento do MST, aumentam as possibilidades de conexão à internet entre os moradores dos territórios. No Buieié é comum o compartilhamento da conexão Wi-Fi entre os vizinhos e no assentamento Olga Benário, a sede da Cooperativa Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata (Cooperarca-ZM) se apresenta como um espaço de uso comum da internet pelos assentados. Ambas as populações criam estratégias, fundamentadas em seus modos de vida e cultura, para lidar com a pouca infraestrutura que afeta o acesso à internet nas áreas rurais e que faz com suas opções de conexão sejam limitadas e mais caras se comparadas com as áreas urbanas.

Ao trabalhar as formas de uso e apropriação das TIC pelas mulheres rurais, quilombolas e assentadas, é preciso reconhecer os contextos socioeconômicos em que realizam o acesso às TIC. Além de serem mulheres moradoras de territórios rurais, a maioria das participantes da pesquisa (17), são mulheres negras. O hiato digital de gênero se refere às dificuldades das

mulheres no acesso às TIC e se articula com outros marcadores sociais, como a raça e a escolaridade, criando condições ainda mais precárias de aproveitamento das tecnologias. Nesse sentido, buscamos realizar uma análise interseccional e compreender como os marcadores sociais impactam nas condições de acesso, uso e apropriação das TIC. Também procuramos entender a relação entre o uso das TIC e a construção da autonomia na produção de conteúdo pelas mulheres rurais entrevistadas.

A intersecção dos marcadores sociais como gênero, raça, classe, território, escolaridade, idade e outros, faz com que as situações das mulheres estudadas nesta pesquisa sejam heterogêneas, ainda que compartilhem experiências em comum. O gênero e a divisão sexual do trabalho fazem com que elas realizem uma superjornada de trabalho que muitas vezes não é remunerada e nem reconhecida (pelos outros e pelas próprias mulheres, que não se identificam contribuindo com a renda familiar, por exemplo). O trabalho das mulheres não se limita somente ao espaço doméstico, dentro da comunidade quilombola e no assentamento do Olga Benário foi possível identificar a centralização de demandas nas mulheres lideranças, como a gestão das redes sociais dos respectivos territórios.

O marcador social da raça faz com as experiências das mulheres brancas e negras sejam diferenciadas. As mulheres pretas e pardas precisam lidar com o racismo que estrutura a sociedade brasileira e faz com que os negros e, principalmente, as mulheres negras, sejam o grupo populacional mais atingido pelas desigualdades. A situação das mulheres quilombolas é ainda mais complicada, por terem que enfrentar os preconceitos em relação a sua identidade étnica e racial. As mulheres negras que compõem o MST podem se encontrar em uma situação mais vulnerável, uma vez que são incipientes as discussões que relacionam a luta por reforma agrária e a raça, no Brasil. Enfatizamos a necessidade da realização de estudos futuros que investiguem especificamente a situação das mulheres pretas e pardas que participam do MST.

Em relação as mulheres negras envolvidas nesta pesquisa, é possível afirmar que se encontram em um contexto de maior vulnerabilidade socioeconômica que impacta suas possibilidades de aproveitamento das TIC. Entre as cinco mulheres que não realizam o acesso diário à internet, três são negras. As mulheres pretas e pardas são maioria (4) entre as seis entrevistadas que não tinham um celular próprio e contabilizavam uma renda familiar *per capita* inferior a R\$350,00. As quatro participantes que não sabiam ler ou escrever, eram negras e possuíam mais de 50 anos. As únicas duas entrevistadas que declaram não possuir acesso à internet, seja por dados móveis ou Wi-Fi, eram mulheres quilombolas. Esse cenário evidencia como a raça se articula com outros marcadores sociais como a renda, a idade e a escolaridade,

fazendo com que as mulheres pretas e pardas sejam mais atingidas pelo hiato digital de gênero, em primeiro e segundo nível.

Ao pensar o território, é possível identificar desigualdades estruturais que impactam nas opções de conexão à internet pelas mulheres rurais e também nos usos das TIC pelas mesmas. Os dados indicam que a maioria das mulheres rurais, quilombolas e assentadas, realizam o acesso à internet somente via celular e que as opções de conexão podem ser mais restritas a depender de sua localização territorial. Na comunidade quilombola do Buieié a única possibilidade de obter sinal de internet contínuo é através da conexão Wi-Fi e não há sinais de dados móveis em todo o quilombo. No assentamento Olga Benário somente alguns lotes são atendidos com serviços de prestação de internet e/ou redes móveis de telefonia.

Ainda assim, a pesquisa revela que as mulheres quilombolas e assentadas se apropriam dos ambientes digitais, especialmente as redes sociais, sendo destacadas o WhatsApp, o Facebook e o Instagram. A rede social WhatsApp é descrita como uma ferramenta que auxilia na mobilização interna e externa dos territórios, sendo utilizada como um canal de comunicação direta entre as lideranças e a população. As redes sociais Facebook e Instagram, possuem usos diversos pelas participantes, sendo citados: o lazer, postar fotos e vídeos, o acesso a notícias, comunicar com a família, postar sobre trabalho/mobilização social, participar de grupos e debates, comprar e vender produtos.

Contudo, a pouca literacia digital das mulheres rurais articulada aos marcadores sociais, impede que seu aproveitamento das TIC e sua presença nas redes sociais aconteça de forma mais aprofundada. Entre as assentadas somente duas conseguiram colocar em prática alguns dos ensinamentos proporcionados pelas oficinas de literacia digital, elaborando artes e *cards* na plataforma Canva e divulgando em suas redes sociais. As justificativas para isso estão relacionadas com a idade avançada, a pouca escolarização, as dificuldades econômicas para a compra das tecnologias e o acúmulo de demandas por parte dessas mulheres. Dessa forma, a presença das militantes do MST nas redes sociais é mais como consumidoras de conteúdo de terceiros.

As mulheres quilombolas apresentaram mais aplicabilidade das técnicas ensinadas nas oficinas de literacia digital, porém, a produção de conteúdo acontece de forma centralizada em duas mulheres lideranças da comunidade. Isso se dá, pela maior escolaridade das entrevistadas (ambas são graduandas) e devido ao fato da maioria dos quilombolas afirmarem que não possuem condições para auxiliar nas ações de produção de conteúdo e gestão das redes sociais da comunidade (por falta de acesso às TIC ou devido a pouca literacia digital).

A situação indica que a defasagem no acesso às tecnologias e a promoção da literacia digital está diretamente relacionada com o acesso à educação. Entre as mulheres assentadas que participaram da pesquisa o maior grau de escolaridade era o Ensino Médio. As quilombolas que mais se apropriaram das práticas de literacia digital para a produção de conteúdo eram estudantes de graduação. A falta de habilidades como a leitura e a escrita faz com que as mulheres tenham mais dificuldades em se apropriar das TIC e, conseqüentemente, mais desinteresse. Além disso, as mulheres mais velhas também informaram ter mais problemas para realizar o acesso e aproveitamento das tecnologias, o que impacta em sua autonomia.

A presente pesquisa buscou compreender as questões acerca do uso e apropriação das TIC pelas mulheres rurais, por meio do desenvolvimento das habilidades de literacia digital, focando na autonomia para a produção de conteúdo. No entanto, a perspectiva crítica da literacia envolve discussões mais amplas sobre a forma que os cidadãos utilizam as tecnologias, o que torna necessário a realização de outros estudos para analisar os demais aspectos da literacia digital.

Ademais, lembramos que a pesquisa foi realizada com dois grupos de mulheres rurais específicos da realidade social brasileira, as quilombolas e assentadas. A temática da literacia digital é global e deve ser compreendida em todas as realidades e conjunturas sociais, para que, como defende a Unesco, possam ser desenvolvidas ações de educação digital que garantam o desenvolvimento social democrático de todas as populações.

Por fim, destaca-se que a presença dos povos quilombolas e do MST nas mídias digitais, enquanto produtores de conteúdo, auxilia na desconstrução dos preconceitos criados sobre os movimentos e na ampliação de suas narrativas próprias. Esperamos que este trabalho forneça um material que contribua com as lutas dos povos quilombolas e Sem Terra do Brasil, enfatizando a importância de políticas públicas que pensem interseccionalmente a inclusão digital (acesso e literacia) considerando gênero, raça e território entre outros marcadores sociais.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C.. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ALMEIDA, A., HENRIQUES, M. A apropriação do Facebook por agricultores que constroem a agroecologia e os feminismos em diferentes contextos socioambientais brasileiros. IN: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2018** [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2022.

ALZAMORA, G. C.; SALGADO, T. B. P.. Mídia. In: FRANÇA, V.V.; MARTINS, B.G.; MENDES, A. M. (orgs.). **Grupo de pesquisa em imagem e sociabilidade (GRIS): trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PPGCom – UFMG, 2014.

AMARAL, M. Internet e participação política: o uso da internet pelo cidadão. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, nº9, p. 109 – 124. Vitória da Conquista – BA, 2010. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/1955>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ARAGÃO, W. de A. O contradiscurso do MST à mídia hegemônica: a invasão da Floresta Fernandes. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 12, p. 323-346, 2019. DOI: 10.11606/extraprensa2019.152971. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/152971>. Acesso em: 4 jul. 2022.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELIN, L. Louca, doida, maluca: misoginia domina ofensas a candidatas nessas eleições. **Revista AzMina**, set. 2022. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/monitora-2022-misoginia-ofensas-candidatas/?utm_source=twitter&utm_medium=rede-social&utm_campaign=6092022post-lançamento-monitora22. Acesso em: 16 nov. 2022.

BIROLI, F.. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES, J.; OLIVEIRA, L. Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. **Observatório (OBS*) Journal**, vol.5 - nº4 (2011), 291-326.

BUCKINGHAM, D.. Defining digital literacy: what do young people need to know about digital media? In C. Lankshear & M. Knobel (Eds.), **Digital literacies**. New York: Peter Lang, 2008.

_____. Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, set./dez., 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BUNCHAFT, M. E.; SILVA, L. R. M.; MENDONÇA, G. P. S. Violência contra mulheres quilombolas: uma reflexão sobre a aplicação de uma perspectiva interseccional à luz da ideia

de contrapúblicos subalternos delineada por Fraser. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Gênero, Raça e Direito, vol. 10, Nº 2, ago. 2020.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**: Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Presidência da República: Casa Civil, Brasília, DF.

_____. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**: Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Presidência da República: Casa Civil, Brasília, DF.

_____. PLANALTO. (Org.). **Lei Geral das Telecomunicações**. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9472.htm>. Acesso em: 6 abr. 2023.

CAETANO, L. R. **Mulheres quilombolas do Buieíé, Viçosa – MG: articulação e resistência frente aos desafios da Covid-19**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa/UFV, Viçosa – MG, 2023.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. IN: **Estudos Avançados** 15 (43), 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2022.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Expressão Popular, edição, 2004.

CALHEIROS, F.P.; STADLER, H. H. C.. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 13. N. 1 p. 133-139, jan/jun. 2010.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade racial no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CASEMIRO, D. M. F.; SILVA, N. L. e. Teorias interseccionais brasileiras precoces e inominadas. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, Vol. 6, N. 2, 2021.

CAVALCANTI, J. S. B. Ressignificação dos territórios em um contexto de globalização. IN: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (org.). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014.

CERIGATTO, M. P.. Promovendo a literacia midiática e informacional no contexto emergente da desinformação: proposta para o ensino fundamental. **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 6, p. 1-23 out-dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2020v6n6a4p>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CERVO, A.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIRO, A. C. S. S. Por memórias do futuro: as potencialidades do patrimônio para o desenvolvimento local na comunidade quilombola do Buieí. **REVES – Revista Relações Sociais**, Vol. 1, N. 1. Viçosa, MG, 2018.

CISNE, M.. **Feminismo e Consciência de classe no Brasil**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2018.

COLLINS, P.H.; BILGE, S.. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2020**, edição COVID-19, metodologia adaptada [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022.

_____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2021** [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121125504/tic_domicilios_2021_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

_____. **Fronteiras da inclusão digital [livro eletrônico]**: dinâmicas sociais e políticas públicas de acesso à Internet em pequenos municípios brasileiros. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. – São Paulo, SP: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), 2022.

CORRÊA, S. S.; GONÇALVES, R. B. Competência em Informação e Mídia no Ensino de História: observações acerca de indicações de obras cinematográficas em meios virtuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 370–391, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/105056>. Acesso em: 29 ago. 2022.

Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – CIMOS; Ministério Público de Minas Gerais – PMMG. **Direitos dos povos e comunidades tradicionais – Cartilha**. Minas Gerais: 2012. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine. **Feminist Theory and Antiracist Politics**. Vol. 1989. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=ucl>>. Acesso em: 31 ago. 2021

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. N.171. 1/2002.

CRISÓSTOMO, M.; MELO, P. V.; TERSO, T.. TIC, raça, mulheres e territórios: o podcast Ondas da Resistência como ocupação das plataformas digitais em uma perspectiva interseccional. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, vol. 24 nº 1, janeiro/abril 2022.

DEALDINA, S.S. (org.). **Mulheres Quilombolas: Territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. **Em janeiro, cestas do Nordeste têm as maiores altas**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2023/202301cestabasica.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **Mexpar 4.0: ATER digital conectando pessoas** – Metodologia Participativa de Extensão Rural. EMATER-MG, Belo Horizonte, jul. 2020.

ESCOSTEGUY, A. C.; FELIPPI, A. C. T.; SIFUENTES, L.. Reconfigurações do espaço rural e do cotidiano familiar: os sujeitos e suas práticas com as tecnologias de comunicação. **Redes**, 25(1), 211-231, 2020. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14243>

ESCOSTEGUY, A. C. ; SIFUENTES, L. ; BIANCHINI, A. . Mulheres rurais e seus usos mediados das TICs: tensionamentos e permanências nas relações de gênero. **INTERCOM** (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 40, p. 195-211, 2017.

FERNANDES, B. M. Acampamento. IN: CALDART, R.S. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). IN: CALDART, R.S. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M. *et al.* A terra e dos desterrados: o negro em movimento – um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. IN: SANTOS, R. E. (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. 3ª ed. rev. ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, Coleção Cultura Negra e Identidades, 2013.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. IN: PRIORE, M. D.; BASSANEZI, C. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FILHO, E. S. R., *et al.* A reforma agrária como território da política e a reforma agrária de mercado como território da economia. In: FERNANDES, B. M.; RINCÓN, L. F.; KRETSCHMER, R.. (org.). **La Actualidad de La Reforma Agraria En América Latina y El Caribe**, CLACSO, 2018, pp. 41–68, <https://doi.org/10.2307/j.ctvnp0jt4.5>. Acesso em: 19 ago. 2022.

FISCHER, I. R.. **O protagonismo feminino no contexto da dominação: um estudo no acampamento do Engenho Prado**. 2004. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FISCHER, I.; GEHLEN, V. Reforma Agrária: chão masculino, pão feminino. **Textos para Discussão - TPD**, nº 130, fev., 2002. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/936>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FISCHER, I.; MARQUES, F. 113 - Gênero e exclusão social. **Textos para Discussão - TPD**, [S. l.], 2001. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/928>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

FONSECA, M. T. L. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, Coleção Educação Popular n 3, 1985.

GATTO, Y. R. *et al.* O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas redes sociais on-line: identidade e representação. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 165-182, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/133179>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

GATTO, Y. R.; MEDEIROS, A. A. Representações midiáticas do MST: entre censuras e potências da mídia. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 110–131, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10092>. Acesso em: 16 abr. 2023.

GARCIA, M. F. *et al.* Novos letramentos e docência na educação a distância. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP v.19 n.1 p. 211-233 jan./mar. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v19i1.8640578>. Acesso em: 08 ago. 2022.

GIRARDI, E. O. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª ed. Claro Enigma: São Paulo, 2015.

GOMES, N. L.. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2017.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos**, nº 27, Porto Alegre, agosto de 2005.

GONZALEZ, L.. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUEDES, A. C. B.; SALGADO, M. S. Mulheres quilombolas: protagonismo, identidade, território e territorialidade das mulheres negras em São Miguel do Guamá/Pará. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 328–354, 2020. DOI: 10.30612/rehr.v14i28.12239. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/12239>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

HERNANDEZ, D.; LOPEZ, O.; FLORES, S. Brecha digital y actividad económica: el caso de las mujeres indígenas en la Sierra Sur de Oaxaca, México. **Revista CTS**, nº 45, vol. 15, 2020.

HENRIQUES, M. S. *et al.* Relações públicas em projetos de mobilização social: funções e características. In: HERINQUES, M. S. (org). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOOKS, b. **Teoria Feminista: Da margem ao Centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19 Notas Técnicas.** 2020 Disponível em: <<https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/sharing/rest/content/items/9556f8bfb3834b86a8cbe907a3cd0d2d/data>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

_____. **Características gerais dos moradores 2020-2021.** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD contínua, 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

_____. **Censo Agropecuário de 2017.** Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-PNAD-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais.html>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

_____. **Desigualdades sociais por Cor ou Raça no Brasil.** Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2019, nº 41.

_____. **Educação 2019.** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD contínua, 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Estatísticas de Gênero:** Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2021, nº 38.

_____. **Informações sobre Visconde do Rio Branco - Minas Gerais.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/visconde-do-rio-branco/panorama>>. Acesso em: 15 jul. 2022

_____. **Informações sobre Viçosa - Minas Gerais.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama>>. Acesso em: 15 jul. 2022

_____. **Os quilombolas no Censo 2022.** IGBE Educa, 2022. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/images/educa/livreto-quilombolas-v4.pdf>> . Acesso em: 10 mai. 2023.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO DO BRASIL – IDC Brasil. **Mercado de celular fecha segundo trimestre de 2022 com alta de 3,1%, de acordo com estudo da IDC Brasil.** Setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prLA49834722>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. **Gênero e mulheres rurais no desenvolvimento agrícola e nos territórios rurais.** 2020.

KAROL, E. As noções de territorialidade e supraterritorialidade fragmentos de um debate. **Revista Vozes em Diálogo**, UERJ, nº 4, jul-dez, 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/vozesemdialogo/article/view/943>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

LANDRY, N.; BASQUE, J. A educação para as mídias: contribuições, práticas e perspectivas de pesquisa em Ciências da Comunicação. **Esferas**, n. 13, p. 1-19, 14 mar. 2019. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/10409/0>> Acesso em: 04 nov. 2022.

LEAL, D. U., **A comunicação de risco e o papel das mulheres rurais no enfrentamento da pandemia de Covid-19 na Zona da Mata (MG)**. Tese (doutorado), Programa de Pós Graduação em Extensão Rural – Universidade Federal de Viçosa/UFV, Viçosa – MG, 2023, no prelo.

LEITE, I. B.. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, setembro-outubro, 2008, p. 965-977.

LEITE, S. P. Assentamento rural. IN: CALDART, R.S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LELIS, D. A. de; COELHO, F. M. G.; DIAS, M. M.. A necessidade das intervenções: Extensão Rural como serviço ou como direito?. **Interações** (Campo Grande), v. 13, n. 1, p. 69-80, 2012.

LOPES, I. S.; CAETANO, L. R.; CARDOSO, J. S. M. Comunicação quilombola, resistência e proximidade na redução das desconexões no enfrentamento à pandemia. **Rev. Mídia & Cotidiano**, Volume 16, Número 3, setembro-dezembro, 2022.

LOPES, I. S.; CARDOSO, J. S. M.; LEAL, D. U. Mulheres quilombolas, desigualdade e estratégias de acesso às TIC na pandemia. IN: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2021** [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121125504/tic_domicilios_2021_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

LOPES, R. de C.; ZUIN, L. F. S.; OLIVEIRA, M. L. R.. Ater digital: Possibilidades, desafios e aproximações conceituais. In: **Diálogos em Ater Digital na Rede Aurora v.1**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MAIA, R. C. M. Internet e esfera pública: limites e alcances da participação política. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p.47-91.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTIN, A. Digital literacy and the "digital society". In: LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. (org.). **Digital literacies: concepts, policies and practices**. New York: Peter Lang, 2008.

MATUK, F. A.; MAGNO, L.. Território e territorialidade durante a consolidação de assentamentos rurais: assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco, MG. **Anais XVI Encontro Nacionais de Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.

MEDEIROS, L. S. de. Latifúndio. IN: CALDART, R.S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOREIRA, F. G. 34 anos do MST MG: 6 mil famílias, 56 assentamentos, muita resistência e luta. **Brasil de Fato**, 16 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2022/02/16/34-anos-do-mst-mg-6-mil-familias-56-assentamentos-muita-resistencia-e-luta>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MOTA, M. S. Posse e propriedade da terra no Brasil: das cerimônias de posse à propriedade privada da terra. **TRAJETOS - Revista de História da UFC**, v. 6, n. 11, 2008.

NASCIMENTO, A.. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africana. 3ª ed. Ver. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombos e movimento. 1ª ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2021.

OLIVEIRA, M.M.; GIACOMAZZO, G. F.. Educação e cidadania: perspectivas da literacia digital crítica. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 43, p. 153-174, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n43.7393>. Acesso em: 14 ago. 2022.

PASTI, A. Informação ascendente, políticas públicas e a atualidade da luta pela democratização da comunicação no Brasil. In: X Aniversario Telesur, Congreso Internacional “Comunicación e Integración Latinoamericana desde y para el SUR”. **CIESPAL**. Quito, Ecuador, 2015.

_____. Contribuições de Milton Santos para pensar a democratização da comunicação. In: BALDESSAR, M. J; MONJE, D. I. **Diálogos latino americanos**: comunicação e democracia em tempos de convergência. São Paulo: Intercom, 2018.

PINTO, N. M. A.; *et al.* Família, identidade e vínculos no meio rural: a comunidade negra do Buieí, MG. IN: “**TERRITÓRIO E CULTURA: a construção de identidades negras em uma comunidade rural da Zona da Mata Mineira**”. Viçosa, MG. 2018

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, T. STF já negou tese de marco temporal para quilombolas. **Jornal Folha de São Paulo**, junho de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/stf-ja-negou-tese-de-marco-temporal-para-quilombolas.shtml>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ROSA, P. R.. A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato. **Revista Nera**, ano 20, nº 36, Dossiê, 2017.

ROTONDI, V. *et al.* **Desigualdade digital e de gênero na América Latina e Caribe**. IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.iica.int/handle/11324/12489>>. Acesso em: 23 set. 2021

SAFFIOTI, H.. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular – Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, I. A. F. dos. “**Sem a mulher a luta vai pela metade**”: mulheres, feminismo e política no MST. Tese (doutorado), Programa de Pós Graduação em Extensão Rural – Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, RS, 2019.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. Hucitec, São Paulo, 1993.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record. 473 p. 2001.

SANTOS, R. E.; CORREA, G. S.. A geografia negra das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil. IN: SANTOS, R. E. (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:** o negro na geografia do Brasil. 3ª ed.rev. ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, Coleção Cultura Negra e Identidades, 2013.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Ano V – nº 10-1º semestre de 2002.

SILVA, A. F. Concentração fundiária, quilombos e quilombolas: faces de uma abolição inacabada. ISSN 1982-0259 **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 554-563, set./dez. 2021.

SILVA, C. M da. **Agricultura e Cooperação Internacional:** A atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese de doutorado em História da Ciência e da Saúde. FIOCRUZ, 2009.

SILVA, I. F. S. da; *et al.* Behaviors related to Quilombola women's health: a social representations study. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**. 2020, v. 73, suppl 4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0427>>. Acesso em: 15 out. 2021.

SILVA, J. F.. **Juventude Rural e telefone celular:** consumo, apropriação e sociabilidade. Dissertação (Programa de pós-graduação em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa/UFV, Viçosa – MG , 2019.

SILVA, M. G. Entre vínculos e veículos: a representação da mulher rural a partir da apropriação das TICs. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 11, n. 2, agosto de 2017. p. 98-119

SILVA, N. M. da; HERNANDEZ, A. R. C. Do território à territorialidade: construção do espaço do Assentamento do MST Lagoa do Junco em Tapes, RS. **Confins** 43 | 2019. Acesso em: 17 ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.24552>

SOARES, I. P.. *Ainda guardo o direito de algum antepassado de cor:* luta quilombola brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21. n. 3, p. 574-583m set./dez. 2018.

SOUZA, B. O.. **Aquilombar-se:** panorama sobre o movimento quilombola brasileiro. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2016.

STEDILE, J. P. Questão agrária. IN: CALDART, R.S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 1ª edição, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEVANIM, L. F.; MURTINO, R. **Direito à comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

STROZAKE, J. Função social da propriedade. IN: CALDART, R.S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

THEODORO, M.. **A sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

TEIXEIRA, M. T. **Assentamento Olga Benário**: um estudo de caso da espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa: UFV, 2012.

TORRES, C. H. **Mulheres do Buieíé: histórias de vida de uma comunidade negra na zona da mata mineira**. Viçosa, MG. 2014, 98p.

WESTRUP, A. C. Monopólios das plataformas digitais ameaçam democracia no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/monopolios-das-plataformas-digitais-ameacam-democracia-no-brasil/>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

WILSON, C *et al.* **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.

ANEXO A – Fotos da realização das oficinas



Realização da oficina de Canva no Olga Benário.
Fonte: Acervo pessoal, 2022.



Realização da oficina de Canva no Buieíé.
Fonte: Acervo pessoal, 2022.



Realização da oficina de Redes Sociais no Buieié.
Fonte: Acervo pessoal, 2022.



Realização da oficina de Redes Sociais no Olga Benário.
Fonte: Acervo pessoal, 2022.